



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

VITÓRIA SIQUEIRA DA SILVA

**Análise crítica do papel do YouTube na perpetuação do racismo
estrutural sob a perspectiva da Escola de Frankfurt**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Vitória Siqueira da Silva

3. Título do trabalho

Análise crítica do papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva da Escola de Frankfurt

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Vitória Siqueira Da Silva, Discente**, em 02/06/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hans Carrillo Guach, Professor do Magistério Superior**, em 15/06/2026, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6237312** e o código CRC **3933301E**.

VITÓRIA SIQUEIRA DA SILVA

Análise crítica do papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva da Escola de Frankfurt

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura

Linha de pesquisa: Desigualdades, Diferenças e Violências

Orientador: Prof. Dr. Hans Carrillo Guach

GOIÂNIA
2026

Silva, Vitória Siqueira da

Análise crítica do papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva da Escola de Frankfurt [manuscrito] / Vitória Siqueira da Silva. - 2026.

117 f.: 2026

Orientador: Prof. Dr. Hans Carrillo Guach

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2026.

Bibliografia.

Inclui: siglas, tabelas, grafico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Racismo Estrutural. 2. Youtube. 3. Escola de Frankfurt. 4. Indústria Cultural. 5. Análise Crítica do Discurso.

I. Guach, Hans Carrillo, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 07/2026 da sessão de Defesa de Dissertação de Vitória Siqueira da Silva, que confere o título de Mestra em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, a partir das quatorze horas, em formato híbrido, na Sala de Reunião das Coordenações – AT-17, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: Análise crítica do papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva da Escola de Frankfurt. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Hans Carrillo Guach (PPGS/UFG), com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Professor Doutor Guilherme Dantas Nogueira (ALARI/Harvard University), integrante titular externo ao Programa; e Professor Doutor Ailton de Souza (UEMS), integrante titular externo ao Programa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamado o resultado pelo Professor Doutor Hans Carrillo Guach, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Hans Carrillo Guach, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **AILTON DE SOUZA, Usuário Externo**, em 28/05/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Dantas Nogueira, Usuário Externo**, em 28/05/2026, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6218638** e o código CRC **A875FC39**.

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, dei passos importantes acompanhada de dúvidas, inseguranças e questionamentos. Ainda assim, continuei caminhando. Talvez seja justamente nessa persistência que eu tenha encontrado a minha força. Por isso, a conclusão desta dissertação representa mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica; representa a materialização de um percurso marcado por desafios, aprendizados, dúvidas, descobertas e crescimento pessoal. Nenhuma pesquisa é construída individualmente e, por isso, registro aqui minha profunda gratidão e carinho a todas as pessoas que, de diferentes maneiras, contribuíram para que este trabalho deixasse de ser um mero projeto e se tornasse realidade.

Sempre tive medo de não alcançar o que sempre tive como mérito, mas graças a quem me guia, Deus e Nossa Senhora, e à minha família, eis-me aqui escrevendo com os olhos marejados os agradecimentos da minha dissertação.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Luzia e José Luiz, e ao meu irmão Luiz Fernando (*in memoriam*), que sempre acreditaram em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidava. Vocês são o maior exemplo de amor, perseverança e dedicação que eu tenho na minha vida, queria deixar registrado aqui que, o apoio incondicional de vocês foi a base sobre a qual construí cada um dos meus passos até aqui.

Inevitavelmente não poderia deixar de expressar minha gratidão ao meu orientador, Dr. Hans Carrillo Guach, pela orientação, pelo conhecimento compartilhado comigo ao longo desta trajetória, pelas contribuições teóricas e metodológicas, e claro, pela confiança depositada em mim e em minha pesquisa. Seu apoio constante, tanto no âmbito acadêmico quanto nos momentos de dificuldade e insegurança, foi fundamental para que esta dissertação se concretizasse.

Claro que, também não poderia deixar de agradecer aos docentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFG), que ao longo desses dois anos de curso compartilharam conhecimentos, questionamentos e reflexões que contribuíram imensamente para a minha formação tanto acadêmica quanto pessoal.

Sou imensamente grata aos membros da banca examinadora, Dr. Guilherme Dantas Nogueira (ALARI/Harvard University) e Dr. Ailton de Souza (UEMS), pela disponibilidade em ler este trabalho e pelas incríveis contribuições oferecidas, que certamente enriquecem a pesquisa e ampliam suas possibilidades de reflexão no futuro.

Aos amigos, colegas de curso e companheiros de caminhada acadêmica, registro aqui meu agradecimento pelas conversas, pelas trocas de experiências, pelos conhecimentos

compartilhados e pelo apoio oferecido nos momentos de desafio e celebração. Dividir essa trajetória com vocês tornou o caminho mais leve, acolhedor e repleto de significado.

Agradeço também à Universidade Federal de Goiás (UFG), instituição pública que acolheu minha trajetória acadêmica desde a graduação e que, mais uma vez, tornou possível a realização desta pesquisa. Numa realidade social marcada por profundas desigualdades de acesso, a universidade pública reafirma diariamente seu papel como espaço de produção de conhecimento, formação crítica e transformação social. Ter construído minha formação neste espaço é motivo de profundo orgulho e gratidão.

Por fim, dedico esta pesquisa a todas as pessoas que lutam diariamente contra as diversas formas de desigualdade e discriminação. Como nos ensina Conceição Evaristo, o importante não é ser a primeira, mas abrir caminhos. Que este trabalho possa contribuir para ampliar possibilidades e fortalecer novas trajetórias acadêmicas.

A todos e todas que fizeram parte desta caminhada, meu mais sincero agradecimento.

*“Um rio não deixa de ser um rio porque conflui
com outro rio, ao contrário (...) ele se fortalece.
Quando a gente confluncia, a gente não deixa
de ser a gente (...) a gente rende.”*
Antônio Bispo dos Santos

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise crítica do papel da plataforma YouTube na perpetuação do racismo estrutural no Brasil, fundamentada na perspectiva teórica da Escola de Frankfurt. O estudo parte da premissa de que o racismo é um sistema de poder histórico, cujas raízes remontam ao período colonial e à escravidão, consolidando-se na modernidade através de dispositivos ideológicos como o mito da democracia racial. O objetivo geral é descrever as estratégias discursivas de hierarquização racial presentes na plataforma e identificar suas formas de contestação no período entre 2019 e 2025. Utilizando o arcabouço da Teoria Crítica, investiga-se como o YouTube, operando sob a lógica da Indústria Cultural e de algoritmos que visam ao lucro e ao engajamento, tende a privilegiar narrativas hegemônicas e a marginalizar vozes racialmente subalternizadas. Metodologicamente, a pesquisa emprega a Análise Crítica do Discurso (ACD), baseada no modelo tridimensional de Norman Fairclough, para examinar um corpus de dez vídeos de alta popularidade presente na plataforma e seus respectivos comentários. Os resultados revelam a coexistência de estratégias de hierarquização - caracterizadas pela negação do racismo estrutural e defesa da meritocracia - e potentes manifestações de resistência que mobilizam o testemunho, a ancoragem em dados estatísticos e a pedagogia crítica. Conclui-se que, embora o YouTube funcione como um campo de reprodução de desigualdades simbólicas, ele também oferece brechas para a circulação de discursos contra-hegemônicos que desafiam a estrutura racista da sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. YouTube. Escola de Frankfurt. Indústria Cultural. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This dissertation presents a critical analysis of the role of the YouTube platform in the perpetuation of structural racism in Brazil, grounded in the theoretical perspective of the Frankfurt School. The study is based on the premise that racism is a historical system of power whose roots date back to the colonial period and slavery, becoming consolidated in modernity through ideological mechanisms such as the myth of racial democracy. The main objective is to describe the discursive strategies of racial hierarchization present on the platform and to identify their forms of contestation between 2019 and 2025. Drawing on the framework of Critical Theory, the research investigates how YouTube, operating under the logic of the Culture Industry and profit- and engagement-driven algorithms, tends to privilege hegemonic narratives while marginalizing racially subalternized voices. Methodologically, the study employs Critical Discourse Analysis (CDA), based on Norman Fairclough's three-dimensional model, to examine a corpus of ten highly popular videos available on the platform and their respective comment sections. The findings reveal the coexistence of hierarchization strategies — characterized by the denial of structural racism and the defense of meritocracy — and powerful manifestations of resistance that mobilize testimony, statistical evidence, and critical pedagogy. The dissertation concludes that, although YouTube functions as a site for the reproduction of symbolic inequalities, it also provides opportunities for the circulation of counter-hegemonic discourses that challenge the racist structure of contemporary Brazilian society.

Keywords: Structural Racism. YouTube. Frankfurt School. Culture Industry. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACD** Análise crítica do Discurso
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PNAD** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- TRI.** Trimestre
- TV** Televisão
- UERJ** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda domiciliar per capita - Brasil 2023

Gráfico 2 - Taxa de desemprego por gênero e raça - Brasil, 2024 (2º trim.)

Gráfico 3 - Distribuição da riqueza no Brasil (relatório Oxfam 2023)

Gráfico 4 - Desigualdade racial na renda média no Brasil (Relatório Oxfam 2023)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensões analíticas do racismo adotada na pesquisa

Tabela 2 - Categorias analíticas nas três dimensões

Tabela 3 - Análise tridimensional do discurso conforme Fairclough

Tabela 4 - Descrição dos vídeos integrantes do corpus de análise

SUMÁRIO

Introdução.....	16
1. Da Colônia ao Brasil Contemporâneo: as raízes históricas do racismo.....	28
1.1 O período colonial e a escravidão.....	34
1.2 A Independência e a perpetuação da desigualdade.....	39
1.3 O Império e a questão racial.....	44
1.4 A República e a consolidação do racismo.....	48
1.5 A estrutura persistente: racismo e o legado histórico no Brasil contemporâneo.....	51
2. A mídia como poder: a crítica a Indústria Cultural.....	57
2.1 A crítica a Indústria Cultural.....	59
2.2 Reflexões frankfurtianas sobre mídias sociais no Brasil.....	62
2.3 O YouTube enquanto mídia de massa.....	65
3. Análise Crítica do Discurso: teoria e aplicação.....	70
3.1 Dimensões da Análise Crítica do Discurso conforme Fairclough.....	73
3.2 Discurso como prática social.....	75
3.3 Poder e ideologia no discurso.....	78
3.4 Etapas e técnicas de análise.....	80
4. Desvelando o racismo: uma análise crítica do discurso no YouTube.....	83
5. O papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva frankfurtiana.....	97
6. Síntese dos achados.....	104
Considerações finais.....	113
7. Referências bibliográficas.....	115

Introdução

A Sociologia, enquanto disciplina científica, apresenta uma singularidade fundamental: seu objeto de estudo — a sociedade — é também seu agente constitutivo. Ao investigar as relações sociais, os sociólogos analisam fenômenos complexos e historicamente situados, o que exige métodos e abordagens teórico-metodológicas específicas. Essa especificidade epistemológica distingue a Sociologia de outras ciências, ainda que compartilhe com elas o rigor científico.

Essa característica confere à Sociologia um lugar único no campo do conhecimento. Seu objeto — as relações sociais — não apenas é dinâmico, mas também está constantemente moldado por estruturas de poder, sistemas ideológicos e práticas culturais. Por isso, a análise sociológica se revela indispensável para uma compreensão crítica dos fenômenos sociais contemporâneos que atravessam a sociedade, como por exemplo, a relação entre mídia e racismo.

Em princípio, a capacidade analítica da Sociologia permite compreender não apenas as estruturas que organizam a sociedade, mas também os mecanismos de exclusão e desigualdade que se manifestam nas relações cotidianas. Ao revelar com categorias fundamentais - como classe, gênero e raça - influenciam a construção das identidades e o acesso a direitos, a Sociologia desvela desigualdades históricas que continuam a moldar trajetórias individuais e coletivas. Nessa perspectiva, ao investigar as condições sociais que afetam o bem-estar humano, a disciplina evidencia como preconceitos e estereótipos estruturam experiências e limitam oportunidades na vida das pessoas.

Dessa forma, o acesso à cidadania plena e às condições que a viabilizam é constitutivamente desigual. O racismo — compreendido aqui em sua dimensão estrutural — opera como um princípio organizador da sociedade que converte a cor da pele em marca de exclusão, negando ativamente esse acesso. Essa negação não se reduz a atos individuais de preconceito, mas se manifesta como racismo institucional: barreiras concretas e sistemáticas presentes nas esferas da saúde, educação, trabalho, moradia e justiça. Como consequência, em vez de trajetórias pautadas pela autonomia e pelo pertencimento, o que se produz são percursos de luta constante contra a privação material e contra as barreiras institucionais. Trata-se, portanto, do racismo como negação de direitos — um mecanismo que torna a desigualdade não residual, mas constitutiva da própria experiência de cidadania para a população racializada.

O racismo, em suas múltiplas formas, mina a autoestima, a confiança e o senso de pertencimento. A pessoa negra, constantemente alvo de preconceitos e estereótipos, tem sua humanidade questionada e seus direitos básicos negados. O racismo a impede de viver livremente, de alcançar seu pleno potencial enquanto cidadão. Assim, sua existência é reduzida a uma luta diária por reconhecimento e dignidade, conforme aponta Neusa Santos Souza (2021, p. 16):

O racismo ronda sua existência na condição de um fantasma desde o seu nascimento, ninguém o vê, mas ele existe; embora presente na memória social e atualizado através do preconceito e da discriminação racial, ele é sistematicamente negado, se constituindo num problema social com efeitos drásticos sobre o indivíduo.

Em vista disso, o racismo, enraizado em séculos de opressão e colonialismo, normaliza as desigualdades que limitam o acesso à educação qualificada, ao mercado de trabalho justo e em diversas outras esferas da vida em sociedade. A violência simbólica e física, expressa em olhares de desconfiança, em abordagens policiais brutais e/ou no apagamento de suas histórias e contribuições culturais, reforça um sistema que insiste em negar vozes e corpos negros. Conforme colocado por Araújo (2014, p. 80), “pode afirmar-se que o racismo e as práticas racistas que permeiam a sociedade brasileira na contemporaneidade, manifestam-se por meio de mecanismos rotineiros, violam e negam direitos humanos e agride a dignidade humana”.

Esse cenário de exclusão e violência encontra eco nas bases da sociologia clássica, que conceitua o racismo como um sistema multidimensional de dominação. Sob a perspectiva de W. E. B. Du Bois (2021), essa engrenagem opera por meio de uma "linha de cor" global que cinde a identidade do sujeito negro e justifica a exploração capitalista. Complementarmente, Frantz Fanon (2008) demonstra que essa dinâmica se apoia em uma despersonalização psicológica e cultural gerada pelo colonialismo, a qual visa desumanizar o oprimido. Por fim, ao analisar a realidade brasileira, Florestan Fernandes (2008) sela esse entendimento ao definir o racismo como um filtro socioeconômico moderno que se adaptou à sociedade de classes, atuando ativamente para barrar a integração da população negra e perpetuar os privilégios estruturais.

Em síntese, a persistência do racismo como estrutura nega às populações por ele subalternizadas o acesso à cidadania substantiva — aquela referente ao usufruto real de direitos, no reconhecimento e na autonomia material. Romper essa lógica demanda coragem para desmontar as narrativas históricas de exclusão, responsabilidade para desconstruir

privilégios no presente e um compromisso ético radical com a construção de um futuro onde a cor da pele seja irrelevante para a distribuição de oportunidades. Portanto, o bem-estar coletivo só será possível quando a violência racial se torne inexistente e todas as vidas, em sua particularidade, forem garantidas em seu direito fundamental ao existir pleno, livre de violência e privação conforme consta na Constituição.

No Brasil, a cor da pele, historicamente marcada pelo legado da escravidão e pela produção social de desigualdades, atua como um estigma racial que molda estruturalmente as experiências de vida da população negra. Conforme destaca Guimarães (2024), o racismo não se reduz a preconceitos individuais, mas constitui um sistema de dominação que organiza oportunidades, recursos e formas de reconhecimento social. Na mesma direção, Gonzalez (1984, p. 224) afirma que “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, evidenciando que o racismo não representa uma anomalia social, mas um elemento constitutivo da formação histórica e cultural do país.

Esse caráter de "marca social" que acompanha a população negra pode ser compreendido à luz do conceito de estigma desenvolvido por Goffman (1988, p.5-6). Para o autor, o estigma surge quando um atributo torna a pessoa diferente das demais em sua categoria social, gerando descrédito, exclusão e restrição de oportunidades. No contexto brasileiro, a cor da pele funciona exatamente como esse marcador negativo: não apenas limita o acesso a bens materiais e simbólicos, mas também influencia profundamente as interações sociais cotidianas, alimentando discriminação e preconceito. A interseccionalidade entre raça, classe e gênero intensifica ainda mais essas desigualdades, tornando a experiência da população negra complexa e multifacetada.

A abolição da escravidão, embora represente um marco formal na história brasileira, não concretizou a verdadeira liberdade para a população negra no país. A extinção do regime escravocrata em 1888, desacompanhada de políticas públicas estruturantes para integração social e econômica dos recém-libertos, criou um abismo de desigualdade que persiste como uma ferida aberta na sociedade contemporânea. Na prática, o que se observou foi a perpetuação do estigma racial sob novas roupagens: os ex-escravos, marcados por sua origem, foram sistematicamente marginalizados do sistema econômico vigente. Como aborda Heringer (2002, p. 58), “os ex-escravos tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente”. Esse processo contradiz os ideais de igualdade

propagados pelo discurso abolicionista¹, revelando o caráter incompleto e superficial daquela então transformação social.

Inquestionavelmente, o racismo no Brasil se manifesta de forma insidiosa e persistente, permeando todos os espaços sociais, incluindo o ambiente midiático². As análises de dados e inúmeros estudos científicos revelam um cenário preocupante: a mídia brasileira, em suas diversas manifestações, reproduz e perpetua estereótipos raciais, discriminando a população negra e reforçando preconceitos históricos (Oliveira Filho, 2002; Rodrigues, 2001).

Por consequência, a globalização, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela expansão do capitalismo, transformou profundamente as relações sociais, espaciais e temporais no mundo contemporâneo. Essa dinâmica intensificou os processos de circulação de informações, mercadorias e pessoas, redefinindo a maneira como os indivíduos experimentam o tempo e o espaço em suas vidas cotidianas. Nesse cenário, a comunicação midiática e as plataformas digitais assumem papel central na configuração de novas formas de sociabilidade no mundo atual e, conseqüentemente, na reprodução de estruturas sociais. Similarmente Thompson (2002, p. 40) alega que:

Com o desenvolvimento dos novos meios de transportes e comunicação, aliado à sempre mais intensiva e extensiva expansão da economia capitalista orientada para a rápida movimentação de capital e de bens, a importância das barreiras espaciais vem declinando à medida que o ritmo da vida social se acelera. (...) O mundo se parece um lugar cada vez menor: não mais uma imensidão de territórios desconhecidos, mas um globo completamente explorado, cuidadosamente mapeado e inteiramente vulnerável à ingerência dos seres humanos”.

Desta forma, conforme Castells (1999, p.57), “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por gerenciadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”. Logo, a mídia, vista como um poderoso agente socializador desempenha um papel crucial na formação de identidades e na construção de narrativas sobre raça e etnia, moldando assim as relações sociais e as hierarquias de poder.

¹ Para mais informações sobre o discurso abolicionista sugiro acessar uma conferência ministrada por Ruy Barbosa em 1885 no Theatro Polytheama da Corte. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174474>. Acesso em: 27/04/2025

² Dados da pesquisa "Raça, Gênero e Imprensa: Quem Escreve nos Principais Jornais do Brasil?", realizada pelo **Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema) da UERJ**, revelam que 84,4% dos profissionais que escrevem nos principais jornais brasileiros (Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo) são brancos, enquanto negros (pretos e pardos) representam apenas 9,5% do total. A subrepresentação é ainda mais acentuada em espaços de maior prestígio, como editoriais e colunas de opinião, onde a maioria dos autores é claramente branca, evidenciando um padrão de exclusão racial na grande mídia brasileira. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-forte-desigualdade-racial-na-grande-midia-brasileira>. Acesso em: 04/02/2025

A mídia pode ser entendida como o conjunto de meios ou canais pelos quais informações, ideias e conteúdos são produzidos, veiculados e recebidos por diferentes públicos, conforme Kellner (2001), a mídia não é apenas um veículo neutro de informação, mas um conjunto de instituições, práticas e discursos que produzem, circulam e difundem significados, moldando percepções, valores e comportamentos em diferentes contextos sociais. Historicamente, ela tem desempenhado um papel central na construção da opinião pública e na formação dos hábitos sociais, culturais e políticos. Desde os meios tradicionais, como jornal, rádio e televisão, até os meios digitais, como redes sociais e plataformas de streaming, a mídia atua como um agente de comunicação e influência, refletindo e, ao mesmo tempo, moldando a realidade contemporânea.

Se no passado a mídia era vista como um simples e neutro meio de disseminar informações entre as pessoas, hoje é entendida como um espelho que reflete a realidade sob diferentes perspectivas, moldadas por interesses, valores e poder. A ideia de que a realidade é socialmente construída — isto é, produzida e reproduzida pelas interações humanas e pelas representações simbólicas — torna-se, nesse sentido, um conceito fundamental para as ciências sociais (Berger; Luckmann, 2004).

Certamente, nesse processo, a mídia atua como um agente central de construção dessa realidade, na medida em que seleciona, organiza e apresenta as informações de forma a influenciar profundamente nossas percepções, valores e comportamentos. Sua atuação vai muito além da simples transmissão de notícias, por consequência, ela contribui ativamente para a formação de consensos, identidades e imaginários sociais. Diante disso, não surpreende que a literatura dedicada ao estudo dos meios de comunicação seja ampla e diversificada, acompanhando de perto a própria evolução das tecnologias midiáticas e seus impactos sobre a sociedade.

Desde os clássicos como Marshall McLuhan (1964) que já vislumbrava os impactos estruturais das tecnologias na sociedade, até análises contemporâneas com Castells (1999), que explora as transformações profundas impulsionadas pela internet, assim, a reflexão sociológica sobre a mídia tem sido um campo fértil e dinâmico. Ainda, Bourdieu (1989), Chomsky (1979) e Postman (1985), apontaram para a centralidade dos meios de comunicação na reprodução das estruturas de poder, na formação de hegemonias culturais e na configuração da opinião pública. Sendo assim, tais autores problematizam como a mídia, mais que informar, desempenha um papel crucial na construção de realidades simbólicas e na manutenção de desigualdades sociais.

Consequentemente, o estudo da mídia é essencial para compreender como as representações sociais são construídas, disseminadas e legitimadas, especialmente no que tange ao racismo. Como citado acima, a mídia em suas inúmeras formas, desempenha um papel central na configuração das percepções, valores e atitudes sociais, funcionando tanto como um espaço de reprodução de desigualdades quanto como um espaço de potencial transformação. De acordo com Costa (2018, p. 76) “a ausência ou distorção da imagem e representação do negro (a) nos meios de comunicação é uma forma de violência que se pratica contra os descendentes de africanos no Brasil em todos os formatos de comunicação, desde o início da imprensa brasileira”.

Stuart Hall (2016) argumenta que a mídia desempenha um papel central na construção e circulação de significados relacionados à raça. Segundo ele, ela não atua apenas como um veículo passivo de transmissão de ideias, mas sim como um espaço dinâmico onde representações raciais são articuladas, reconfiguradas e consolidadas. Por meio de uma representação seletiva — ou seja, escolhas editoriais, visuais e narrativas que privilegiam certas imagens e excluem outras - a mídia codifica e dissemina ideologias que influenciam profundamente como diferentes grupos sociais são percebidos, categorizados e tratados na sociedade.

Eventualmente, podemos dizer que, essa produção de sentidos não é neutra: ela reflete e reproduz desigualdades históricas e estruturais, contribuindo para a manutenção de hierarquias raciais. Assim, a mídia não apenas reflete os preconceitos existentes, mas também tem o poder de moldá-los e naturalizá-los, tornando-se um campo crucial de disputa simbólica. Nesse sentido, compreender como a mídia constrói suas narrativas sobre a raça é essencial não apenas para diagnosticar os mecanismos do racismo, mas também para propor estratégias de resistência e transformação. Investir na crítica e na produção de novas representatividades midiáticas significa, portanto, intervir nas estruturas simbólicas que sustentam as desigualdades raciais, promovendo uma maior justiça e equidade no campo da comunicação e da cultura.

A priori, o racismo, presente em diversas esferas da sociedade, desde a vida cotidiana até o mercado de trabalho, por exemplo, ganha novas nuances com o advento das plataformas digitais. Essa transição configura o que Tarcízio Silva (2022) classifica como racismo algorítmico, um processo no qual as plataformas, a exemplo do YouTube, deixam de ser meras ferramentas neutras de distribuição e passam a atuar como agentes ativos que replicam vieses, seja na seletividade de sua monetização ou no privilégio de alcance conferindo a

estéticas hegemônicas. Eventualmente surge a seguinte questão: Como o YouTube, a maior plataforma de compartilhamento de vídeos do mundo, reproduz e amplifica o racismo?

Certamente, a escolha do YouTube como plataforma central para análise nesta pesquisa se dá por razões múltiplas, que envolvem tanto sua posição no mundo digital, sendo ele o segundo maior site de buscas, com bilhões de usuários ativos e um papel de destaque na circulação de conteúdos audiovisuais, quanto suas particularidades enquanto espaço de produção, circulação e consumo de discursos. Diferentemente de redes sociais como Instagram, TikTok ou Twitter, o YouTube apresenta uma dupla natureza: ao mesmo tempo em que é uma rede social - onde usuários interagem, compartilham conteúdos e formam comunidades — também é uma plataforma de mídia de massa, com características semelhantes às da televisão tradicional. Essa dualidade permite que o YouTube seja palco tanto de expressões individuais e coletivas quanto de processos de massificação cultural impulsionados por algoritmos e lógicas comerciais (Castells, 1996).

Assim, ao considerar o contexto sociocultural mais amplo que envolve as relações de poder e representação racial, revela-se oportuno recorrer aos estudos da indústria cultural, desenvolvidos por Adorno e Horkheimer (1985). Segundo esses pensadores frankfurtianos, a indústria cultural configura-se como um sistema que produz e difunde conteúdos culturais padronizados, cujo principal objetivo é o lucro, muitas vezes em detrimento da crítica social e da diversidade simbólica. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa, historicamente dominados por elites econômicas e grupos hegemônicos, acabam reproduzindo visões de mundo que reforçam as desigualdades existentes, incluindo aquelas baseadas na raça.

A presente dissertação aprofunda a análise da interface entre mídia e racismo, um campo de estudo ainda emergente nas investigações sobre as relações raciais no Brasil. Parte-se da compreensão do racismo como um sistema de poder histórico e socialmente construído, que opera de forma interconectada nas dimensões estruturais, institucionais e simbólicas. Ele se manifesta por meio de discursos, práticas e estruturas que atribuem valor desigual a grupos humanos com base na raça (uma construção social), produzindo e legitimando hierarquias, desvantagens e privilégios. Sua eficácia, crucialmente, não depende da intenção individual, podendo se reproduzir tanto em atos explícitos quanto nas operações naturalizadas das instituições sociais - incluindo as plataformas digitais. Paralelamente, utilizaremos quatro dimensões analíticas do racismo nesta pesquisa que estão presentes na Tabela 1 (p. 55).

Importa destacar que as três dimensões constitutivas do racismo — estrutural, institucional e simbólica — não devem ser confundidas com as quatro categorias analíticas que orientam esta investigação. As primeiras constituem a parte teórica que define o racismo como fenômeno social total, ou seja, elas respondem à pergunta sobre como o racismo se

inscreve na realidade, operando nas instituições, nas estruturas socioeconômicas e no imaginário coletivo (Kabengele Munanga, 2004; Frantz Fanon, 2008; Bonilla-Silva, 1997). As segundas, por sua vez, funcionam como operadores metodológicos que permitem identificar, nos discursos concretos veiculados no YouTube, as manifestações específicas desse racismo (Norman Fairclough, 2001; Teun A. van Dijk, 2008). Assim, ao analisar um vídeo em busca de representações que insinuam a superioridade branca ou que mobilizem a ideologia do branqueamento, está sendo feito justamente um rastreamento de como as dimensões estrutural, institucional e simbólica se materializam em estratégias discursivas concretas.

Ainda que o YouTube seja compreendido como uma plataforma democrática, na qual qualquer pessoa pode produzir e compartilhar conteúdo, sua lógica algorítmica e comercial revela-se profundamente marcada pelos mesmos princípios da indústria cultural³. A busca por engajamento e audiência estimula a produção de conteúdos que reafirmam narrativas hegemônicas, muitas vezes invisibilizando ou estereotipando populações racialmente marginalizadas. Assim, longe de ser um espaço neutro, o YouTube atua como um campo de disputa simbólica onde estruturas históricas de dominação racial são tanto reproduzidas quanto contestadas.

As profundas desigualdades raciais que marcam a sociedade brasileira, herança direta da escravidão, possivelmente encontram no YouTube um terreno fértil para se reproduzirem e se amplificarem, refletindo e reforçando as estruturas de poder historicamente excludentes. Estudos têm demonstrado que as representações sociais de mulheres negras na mídia digital, especialmente em plataformas como o YouTube, são frequentemente atravessadas por crenças racistas sedimentadas historicamente na sociedade brasileira, conforme argumentado por Nascimento e Melo (2021, p. 16). A lógica algorítmica da plataforma, baseada em engajamento e popularidade, favorece conteúdos produzidos por criadores brancos e de classes sociais mais altas, enquanto marginaliza vozes negras, periféricas e dissidentes. Além disso, o discurso de ódio e o racismo, muitas vezes disfarçados de opinião ou humor, circulam com facilidade, encontrando respaldo em bolhas digitais que normalizam a discriminação.

³ De acordo com De La Cruz (2021, p. 208. tradução nossa): Os YouTubers continuam sendo empreendedores digitais que encontram no YouTube, em muitos casos, sua principal fonte de renda. Se essa plataforma impedir que eles monetizem seu conteúdo por causa das mensagens que ele contém, os YouTubers serão obrigados a decidir se mudam de conteúdo ou de plataforma. [...] Em outras palavras, o YouTube obriga os criadores de conteúdo a direcionar o material que produzem por meio de certos canais que beneficiam, não ao criador ou aos consumidores, mas à própria empresa”. Dessa forma, embora o YouTube se apresente como uma plataforma democrática - onde qualquer pessoa pode criar e compartilhar conteúdos - na prática, sua lógica algorítmica e comercial revela-se profundamente marcada pelos princípios da indústria cultural, com controle centralizado, falta de transparência e subordinação da produção simbólica aos interesses econômicos da empresa.

Assim, o espaço virtual, longe de ser neutro ou inclusivo, acaba por reproduzir as mesmas barreiras e violências simbólicas presentes no mundo offline.

Diante desse quadro, o presente estudo tem como objetivo geral descrever estratégias discursivas de hierarquização racial no YouTube e suas formas de contestação no período entre 2019 e 2025 a partir da perspectiva teórica da Escola de Frankfurt. Para alcançar esse propósito, busca-se identificar e analisar, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), narrativas, estereótipos e representações racializadas presentes em vídeos com alta popularidade na plataforma.

Os objetivos específicos desta dissertação orientam a investigação sobre as formas pelas quais a hierarquização racial é construída e contestada no YouTube. A análise será conduzida em três etapas principais, conforme detalhado a seguir:

1. **Seleção dos vídeos** - Serão selecionados vídeos com alta popularidade — utilizando o próprio filtro da plataforma — publicados entre 2019 e 2025, com duração de 5 a 40 minutos e mínimo de 40 mil visualizações, que abordem questões raciais, compondo um corpus representativo.
2. **Identificação e descrição das narrativas** - Serão identificados e descritos estereótipos, representações racializadas e estratégias discursivas de hierarquização presentes nos vídeos e comentários, bem como manifestações de contestação.
3. **Interpretação teórica** - Os achados serão interpretados à luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt, focando na produção de ideologia, cultura de massa e reprodução de desigualdades nas mídias digitais.

Para dar conta dos objetivos propostos acima, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e da síntese dos achados e considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado *Da Colônia ao Brasil Contemporâneo: as raízes históricas do racismo*, empreende uma análise histórica e sociológica da formação do racismo no Brasil. Partindo da colonização e da escravidão, percorre o período imperial e republicano até a atualidade, demonstrando como o racismo não é um fenômeno residual, mas uma estrutura de poder que se institucionalizou e se adaptou ao longo do tempo, consolidando-se como um eixo central da desigualdade social brasileira.

No segundo capítulo, *A mídia como poder: a crítica a Indústria Cultural*, recorro ao arcabouço teórico da Escola de Frankfurt, especialmente aos conceitos de indústria cultural e razão instrumental desenvolvidos por Theodor Adorno e Max Horkheimer. O objetivo é demonstrar como essas categorias, formuladas no contexto da mídia de massa do século XX, mantêm-se férteis para a compreensão das plataformas digitais contemporâneas, como o

YouTube, que operam sob a lógica da mercantilização, da padronização e do controle ideológico, agora potencializada pela mediação algorítmica. A discussão é atualizada com autores brasileiros que articulam a teoria crítica ao estudo do racismo e das mídias sociais no país.

O terceiro capítulo, *Análise Crítica do Discurso: teoria e aplicação*, apresenta a metodologia que guia a investigação empírica. Detalho o modelo tridimensional de Norman Fairclough (texto, prática discursiva e prática social), justificando sua escolha pela capacidade de conectar as dimensões micro textuais dos discursos às macro dinâmicas de poder e ideologia. Este capítulo também explicita as etapas e técnicas de análise empregadas na pesquisa, estabelecendo um protocolo claro para o exame do corpus de vídeos do YouTube.

A análise empírica propriamente dita é desenvolvida no quarto capítulo, *Desvelando o racismo: uma análise crítica do discurso no YouTube*, onde os dez vídeos selecionados são examinados à luz do modelo de Fairclough. Este capítulo identifica e descreve as estratégias discursivas que sustentam a hierarquização racial - como a negação do racismo estrutural e a defesa do "racismo reverso" — e, em contrapartida, as potentes formas de contestação — que mobilizam o testemunho, a ancoragem em dados e a pedagogia crítica. A análise revela o YouTube como um campo de disputa simbólica onde essas diferentes estratégias coexistem e se confrontam.

Por fim, o quinto capítulo, *O papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva frankfurtiana*, retoma os achados empíricos para interpretá-los à luz da teoria crítica. Discuto como a plataforma, ao mesmo tempo que reproduz a lógica da indústria cultural, oferece brechas para a produção de discursos contra-hegemônicos. Analiso o papel da mediação algorítmica na amplificação de certas vozes em detrimento de outras e reflito sobre os limites e as potencialidades da luta antirracista no ambiente digital contemporâneo.

No que concerne ao estado da arte, esta pesquisa se insere em um campo de estudos ainda emergente, mas em franco desenvolvimento, que busca compreender as interfaces entre o racismo estrutural e as plataformas digitais. Embora existam importantes contribuições sobre o racismo na mídia tradicional e sobre as dinâmicas de poder nas redes sociais, ainda são escassas as investigações que, como esta, articulam uma análise histórica e estrutural do racismo brasileiro com uma crítica detalhada do discurso em vídeos de alta popularidade no YouTube, utilizando a teoria crítica da Escola de Frankfurt como fio condutor. O trabalho dialoga com autoras e autores como Muniz Sodré, Tarcízio Silva e Lélia Gonzalez, mas avança ao propor uma abordagem metodológica sistemática que combina a análise do discurso com a crítica da indústria cultural digital.

Nesse sentido, a tentativa de contribuição deste estudo é múltipla. Em primeiro lugar, oferece uma contribuição teórico-metodológica ao demonstrar a fertilidade da articulação entre a Teoria Crítica e a Análise Crítica do Discurso para o estudo das mídias digitais, propondo um modelo analítico que pode ser replicado em outras pesquisas sobre discursos de ódio e desigualdade em plataformas online. Em segundo lugar, apresenta uma contribuição empírica ao sistematizar e analisar um conjunto expressivo de vídeos sobre questões raciais, revelando as estratégias discursivas que operam tanto para perpetuar quanto para contestar o racismo estrutural no YouTube. Por fim, a pesquisa busca colaborar com a política e o social ao desvelar os mecanismos de poder e ideologia que operam sob a aparente neutralidade da plataforma, oferecendo subsídios para a reflexão crítica de produtores de conteúdo, educadores e ativistas que buscam utilizar o ambiente digital como ferramenta de transformação social.

1. Da Colônia ao Brasil Contemporâneo: as raízes históricas do racismo

A reflexão sobre o futuro exige um olhar crítico e profundo sobre o nosso passado, especialmente sobre as estruturas históricas que consolidaram profundas assimetrias sociais no Brasil. Nesse cenário, o racismo emerge como uma consequência direta do sistema escravocrata — compreendido não apenas como um regime temporário de exploração econômica, mas como uma arquitetura social que institucionalizou hierarquias raciais e moldou o inconsciente coletivo brasileiro.

Para compreender como essas estruturas se consolidaram institucionalmente, é preciso analisar a própria formação do Estado e da ideia de nação no Brasil, constructos políticos que nasceram marcados pela exclusão racial.

A formação do Estado e da nação brasileira não se deu como um processo orgânico de inclusão e participação social ampla, mas como um constructo político marcado por profundas exclusões, especialmente de caráter racial. Desde a Independência (1822), o Estado brasileiro estruturou-se a partir de uma lógica oligárquica e escravocrata, que preservou os privilégios de uma elite branca e proprietária. Conforme Carvalho (2002), a cidadania no Brasil nasceu de forma truncada e excludente, restrita a uma minoria, enquanto a grande maioria — em especial a população negra escravizada e posteriormente liberta - foi sistematicamente excluída dos direitos civis, políticos e da participação na vida nacional (p. 17-21, 41-50).

A proclamação da República (1889) não representou uma ruptura democrática substantiva. O novo regime manteve e modernizou mecanismos de exclusão racial, agora respaldados por teorias pseudocientíficas (eugenia, darwinismo social) e pelo mito da “democracia racial”, que negava a existência do racismo enquanto consolidava hierarquias sociais. Como analisa Florestan Fernandes (1965), o Estado republicano institucionalizou uma ordem social que perpetuou a marginalização da população negra, agora sob a égide de uma modernização excludente.

A construção da nação brasileira foi um projeto político que buscou forjar uma identidade nacional homogênea, frequentemente embranquecida, silenciando as contribuições e demandas dos povos indígenas e da população afrodescendente. A noção de “nação” foi, portanto, um artefato ideológico que serviu para mascarar conflitos e desigualdades, naturalizando a subalternização de grupos racializados. Como argumenta Lília Moritz Schwartz (1998), o Brasil viu nascer um Estado antes de uma nação inclusiva, gerando uma fratura histórica entre a retórica nacionalista e a realidade da desigualdade estrutural, sustentada por teorias científicas racistas.

Essa formação histórica — de um Estado constituído a partir da exclusão e de uma ideia de nação que nega seu próprio conflito racial — é fundamental para compreender a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e suas reverberações nas instituições contemporâneas, inclusive nas plataformas midiáticas.

Diante dessa base estatal excludente, podemos agora examinar com maior clareza as raízes coloniais do racismo brasileiro.

Esse legado não se limita ao período histórico da escravidão, mas continua vivo em múltiplas dimensões da realidade social contemporânea — seja nas persistentes desigualdades socioeconômicas, seja nas representações culturais e simbólicas. Embora as estruturas discriminatórias tenham se transformado ao longo do tempo, elas permanecem como componentes estruturantes da experiência brasileira, revelando como o passado colonial ainda molda as relações raciais e condiciona o acesso à cidadania plena no Brasil do século XXI.

Sem dúvida, a percepção das diferenças fenotípicas como marcadores de desigualdade social não é intrínseca à natureza humana, mas sim um produto de processos históricos e sociais complexos. A raça, enquanto constructo social — uma ideia socialmente construída e não biológica — molda as oportunidades e experiências de indivíduos de diferentes grupos raciais, perpetuando hierarquias e desigualdades que se manifestam nas esferas econômica, política e cultural, em concordância, Schucman, Nunes e Costa (2017, p. 145) nos diz que “a construção social da raça e do racismo são os principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividos pelo povo brasileiro”.

Conforme discutido anteriormente, compreender o Brasil contemporâneo requer uma reflexão crítica sobre como a história colonial e escravocrata moldaram as atuais estruturas sociais. Ora, a colonização portuguesa estabeleceu um modelo econômico baseado na monocultura e na escravidão africana, consolidando padrões de desigualdade e segregação que se mantiveram mesmo após a independência política do país. Deste modo, as raízes do racismo no Brasil estão profundamente enraizadas em sua história escravocrata, o que significa que, durante séculos, milhões de africanos foram trazidos à força para o país, submetidos a condições de trabalho degradantes e desumanas.

A escravidão não apenas explorou a força de trabalho negra, mas também construiu uma hierarquia racial que privilegiou os brancos e, conseqüentemente, marginalizou os negros. As conseqüências dessa herança colonial são sentidas até hoje, manifestando-se em diversas esferas da vida social, política e econômica. Conforme argumenta Theodoro (2022, p. 279-281):

A violência contra o negro no Brasil remonta ao próprio momento em que ele foi arrancado da África como escravizado. (...) O longo período escravista pode ser considerado, sem sombra de dúvida, a etapa mais sinistra e vergonhosa da História. No Brasil, foram três séculos e meio de privação da liberdade, de exploração, de práticas desumanas, de torturas e maus-tratos direcionados a milhões de escravizados. Com a escravidão, o Brasil naturalizou a barbárie, iniciada com o massacre indígena, e da qual a sociedade brasileira nunca se distanciou. Pessoas vistas como objetos de exploração, descaracterizadas da condição de humanidade, vitimadas pela falta de comisseração, alteridade e empatia: tudo isso se incorporou ao ideário de funcionamento da nação, contribuindo para que o país se tornasse um protótipo da sociedade desigual.

Dados apontam que o Brasil foi o maior destino de africanos escravizados no hemisfério ocidental, onde a escravidão perdurou por séculos, destacando-se tanto pela duração quanto pela intensidade. Estima-se que quase cinco milhões de pessoas foram trazidas forçadamente da África para o Brasil, representando 40% de todos os escravizados que chegaram ao continente americano (Gomes, 2019). Além disso, o país se destacou pela resistência ao fim do tráfico e pela abolição tardia da escravidão, sendo “a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativo no continente americano em 1888 — quinze anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba” (Gomes, 2019, p.18). Isso evidencia a herança duradoura da escravidão na sociedade brasileira, e que até hoje, a maioria de seu povo enfrenta as inúmeras desigualdades resultantes desse passado.

O racismo se manifesta como um sistema histórico de opressão e exclusão que atravessa diversas esferas da sociedade brasileira — política, econômica, social e cultural. Trata-se de um fenômeno multidimensional que opera através de mecanismos tanto explícitos quanto implícitos, perpetuando sistematicamente a discriminação e a exclusão da população negra. Este sistema de opressão racial manifesta-se concretamente através de obstáculos educacionais persistentes, discriminação institucionalizada no mercado de trabalho, sub-representação sistemática em posições decisórias e disseminação contínua de estereótipos que desumanizam e inferiorizam pessoas negras, comprometendo seu acesso à cidadania plena. Particularmente no contexto brasileiro, o mito da "democracia racial"⁴ funciona como

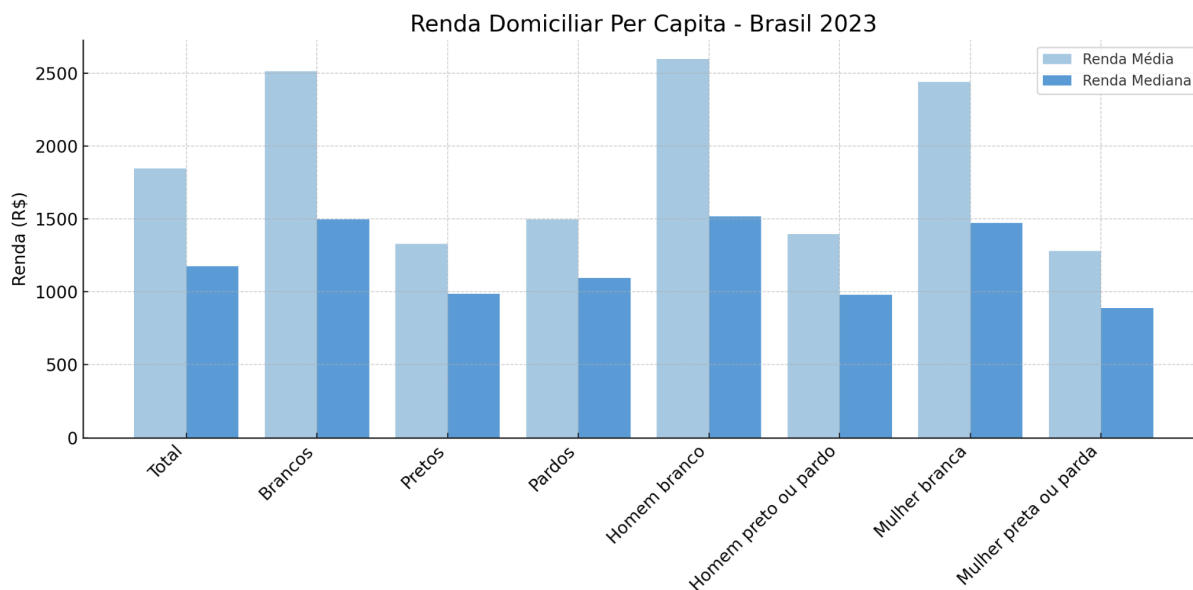
⁴ O mito da democracia racial é um conceito amplamente debatido nas ciências sociais que sugere a existência de uma convivência harmônica entre diferentes raças no Brasil, sem desigualdades ou discriminações significativas. Essa ideia foi forjada no século XX, especialmente após a abolição da escravatura, servindo como um discurso para ocultar as profundas desigualdades raciais estruturais que marcaram - e ainda marcam - a sociedade brasileira. Ao negar a existência do racismo, esse mito contribuiu para a perpetuação de um sistema hierárquico que limita a mobilidade social e reproduz injustiças contra populações negras e pardas. Autores como Fernandes (1965) e Gonzalez (2018) foram fundamentais para desconstruir essa narrativa, evidenciando as contradições e desigualdades reais subjacentes. A internalização desse mito, inclusive por setores que se consideram progressistas, inibe o debate sério sobre o racismo estrutural e dificulta a criação de políticas públicas eficazes de combate à desigualdade racial. Como aponta Fernandes (1965, p. 262), o mito da democracia racial funcionou como um mecanismo ideológico que favorecia a "raça dominante", sendo manipulado para manter privilégios históricos. Para que ele fosse realmente um instrumento de justiça social, seria necessário que grupos

sofisticado dispositivo ideológico que esconde as desigualdades raciais concretas, naturalizando hierarquias sociais e fortalecendo as relações assimétricas de poder estabelecidas durante o período escravocrata, ou seja, perpetuando uma ideia romântica de que não existem conflitos raciais.

Sem dúvida, esta narrativa falaciosa de harmonia racial não apenas dificulta o reconhecimento das disparidades raciais objetivas, mas também traz obstáculos à implementação de políticas públicas efetivas para sua superação, uma vez que nega a própria existência do problema estrutural que pretende resolver. A persistência deste sistema de opressão racial revela-se nos indicadores socioeconômicos contemporâneos (veja no Gráfico I a seguir a renda domiciliar Per Capita - Brasil 2023)⁵, onde a população negra apresenta consistentemente desvantagens em áreas como educação, emprego, renda, saúde e representação política, evidenciando como o racismo transcende manifestações individuais de preconceito para configurar-se como elemento constitutivo da própria organização social brasileira.

historicamente excluídos tivessem autonomia suficiente para redefini-lo em prol da democratização da riqueza, cultura e poder. Conforme posto por Fernandes (1965, p. 262), “como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato”.

⁵Os dados utilizados nesta análise são provenientes da Tabela 2.1 da PNAD Contínua 2023 (IBGE), que apresenta o rendimento domiciliar per capita médio e mediano no Brasil, desagregado por cor ou raça e sexo. A análise revela disparidades significativas: pessoas brancas possuem rendimento médio 89% superior ao de pessoas pretas, e uma mediana 51% maior, evidenciando desigualdades estruturais. Ao combinar sexo e raça, observa-se uma diferença de mais de R\$ 1.300 mensais entre homens brancos (grupo com maior renda) e mulheres pretas ou pardas (grupo com menor renda), demonstrando a interseccionalidade da desigualdade. Além disso, o fato de a mediana ser sistematicamente inferior à média em todos os grupos indica uma alta concentração de renda, com poucos indivíduos concentrando os maiores ganhos. Tabela disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 27/04/2025

Gráfico 1 - Renda Domiciliar Per Capita - Brasil 2023

Além disso, o racismo no Brasil não apenas mantém a exclusão histórica da população negra, mas também se adapta às mudanças sociais, preservando as relações de poder herdadas do passado colonial. Como argumenta Moura (1988), após a abolição, as elites brasileiras remodelaram os mecanismos de controle e as instituições de repressão para assegurar a continuidade da marginalização da população negra. Essa adaptação incluiu a manutenção de estereótipos negativos e a marginalização cultural, visível, por exemplo, na estigmatização das religiões afro-brasileiras. Desse modo, percebemos como o racismo se reinventa constantemente, reforçando a hierarquia racial e mantendo a população negra em posições subordinadas, justificando sua exclusão e inferioridade por meio de discursos ideológicos que naturalizam as desigualdades sociais.

Para compreender a complexidade do racismo na sociedade brasileira contemporânea, é fundamental examinar suas origens históricas profundas. Conforme já dito anteriormente, a escravidão não representou apenas um sistema econômico transitório, mas constituiu o eixo central da formação social brasileira durante mais de três séculos, estabelecendo uma hierarquia racial rigidamente codificada que transcendeu o período colonial e imperial, inscrevendo-se na própria arquitetura institucional da nação.

Este sistema escravista, diferentemente de outros regimes de trabalho forçado, fundamentou-se em uma ideologia de inferiorização racial que justificava a desumanização sistemática da população negra. As relações de poder estabelecidas nesse período não se dissolveram com a abolição formal em 1888, mas se rearticularam através de novos

mecanismos de exclusão e subordinação. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão social no período pós-abolição demonstra como o Estado brasileiro contribuiu diretamente para a continuidade das desigualdades raciais.

A herança colonial revela-se nos dias atuais por meio de diversas dimensões interligadas: desigualdades socioeconômicas duradouras, segregação espacial nas grandes cidades e um sistema penal marcado por critérios racializados de seleção e punição. Mesmo apresentando-se como neutras, as instituições contemporâneas muitas vezes reproduzem padrões racializados que remontam ao período escravocrata, seja no acesso à educação, no mercado de trabalho ou no sistema penal. Como argumenta Aníbal Quijano (2005), as categorias raciais criadas durante o período colonial continuam a estruturar as relações de poder e desigualdade, perpetuando formas de controle e exclusão que se manifestam de maneira invisível, mas profundamente eficaz, nas sociedades modernas.

Ao analisar criticamente esta formação histórica, podemos identificar como os mecanismos de privilégio e opressão racial não são resquícios isolados do passado, mas elementos constitutivos da modernidade brasileira, operando através de práticas institucionais e discursos culturais que naturalizam as desigualdades. Este entendimento histórico-estrutural permite reconhecer que o enfrentamento efetivo do racismo requer não apenas mudanças comportamentais individuais, mas transformações profundas nas estruturas sociais, políticas e econômicas que continuam a reproduzir hierarquias raciais estabelecidas desde a colonização.

A tese central deste capítulo é que a história do Brasil, marcada pela escravidão e pela construção de uma hierarquia racial, é essencial para entender a permanência do racismo na sociedade atual⁶. A seguir apresento um breve mapeamento da questão racial no Brasil — da colônia à atualidade — para contextualizar a persistência do racismo na sociedade contemporânea.

Outrossim trata-se de um fenômeno cuja superação parece cada vez mais distante, mesmo diante de avanços legais e da implementação de políticas afirmativas nas últimas décadas. O racismo no país — não tão diferente de outras nações — revela-se particularmente resistente à mudança precisamente porque está incorporado nas fundações mais profundas da identidade nacional, operando não apenas através de manifestações explícitas de discriminação, mas principalmente por meio de mecanismos sutis que naturalizam as desigualdades raciais.

⁶ A utilização de dados estatísticos atualizados é indispensável para comprovar que as problemáticas discutidas neste estudo permanecem gerando impactos na contemporaneidade.

1.1 O período colonial e a escravidão

Conforme citado brevemente anteriormente, durante o período escravocrata no Brasil, a estrutura social foi profundamente marcada por uma lógica de dominação racial — entendida como controle exercido por um grupo sobre outro, com base em ideologias de superioridade. Essa organização sociorracial não era apenas uma consequência econômica da escravidão, mas também um mecanismo político e cultural que reforçava desigualdades sistêmicas. Como alertou Frantz Fanon (2008), a dominação racial não opera apenas pela força bruta: ela se sustenta em um processo de desumanização que faz com que o grupo dominado interiorize sua própria inferioridade, naturalizando a hierarquia imposta. Práticas como a miscigenação controlada, a segregação espacial e a naturalização da inferioridade dos grupos dominados contribuíram para a construção de uma sociedade rigidamente estratificada, em que as relações de poder eram mediadas pela cor da pele.

Schwarcz (1993) demonstra como, no Brasil do final do século XIX e início do XX, a teoria racial serviu como justificativa para a manutenção de uma ordem social desigual, fundada em hierarquias raciais legitimadas pela ciência da época:

De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais (...) De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional (...) Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. (Schwarcz, 1993, p. 27-28)

A colonização do território atualmente conhecido como Brasil⁷ esteve ligada à expansão do capitalismo mercantil europeu (Prado Jr, 2011). Suas estruturas de dominação geraram uma violência epistêmica, material e simbólica com características fundacionais. Este processo não se resume a um mero “encontro” entre culturas, mas a um conflito assimétrico no qual os colonizadores europeus impuseram, mediante coerção física e simbólica, um paradigma extrativista que subjugou tanto os corpos quanto os saberes das populações que aqui viviam. Neste contexto, a violência não foi episódica, mas sistêmica, funcionando como

⁷ Antes da chegada dos portugueses em 1500, o território brasileiro era denominado Pindorama pelos povos tupi-guarani que aqui habitavam originalmente - termo que significa "terra das palmeiras" na língua tupi. Esta denominação refletia a relação profunda destes povos com o ambiente natural e sua percepção da abundância de palmeiras na região. Após o contato europeu, a terra passou a ser conhecida inicialmente como Ilha de Vera Cruz, logo alterada para Terra de Santa Cruz pelos portugueses. O nome "Brasil" derivou posteriormente da árvore pau-brasil, cujo cerne avermelhado produzia um corante valorizado na Europa e que se tornou o primeiro produto de exploração comercial sistemática pelos colonizadores. A transição de um nome indígena que celebrava elementos da natureza para uma denominação ligada à exploração comercial simboliza, em muitos aspectos, a própria transformação imposta pelo processo colonizador. SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 61–86, 2001. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.v0i145p61-86](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i145p61-86). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18919>. Acesso em: 3 jan. 2025.

mecanismo central na desconstrução de modos de vida indígenas — desde formas comunais de organização social até cosmovisões radicalmente distintas da lógica eurocêntrica de exploração.⁸

Inevitavelmente, para compreender as bases dessa formação social, é necessário analisar três dimensões da colonização: a exploração econômica, materializada inicialmente na escravização indígena e, posteriormente, na africana, que sustentou a acumulação primitiva de capital; o epistemicídio, que se refere à supressão violenta de sistemas de conhecimento, rituais e línguas originárias, substituídos por uma ordem cultural hibridizada sob dominação europeia (Carneiro; Fischmann, 2005); e a hierarquização racializada do poder, que naturalizou a superioridade do colonizador como eixo estruturante da sociedade. Essa violência epistêmica foi também filosófica, como evidenciado na visão de pensadores europeus como Hegel, que "minimiza o Continente Africano e o retira da história, negando toda a importância histórica que a compõe" (Campos & Tebet, 2024, p. 7).

No contexto contemporâneo do YouTube, é possível identificar a reatualização de dinâmicas historicamente associadas à colonialidade do poder. A exploração econômica manifesta-se, por exemplo, na desigualdade algorítmica que influencia o alcance e as oportunidades de monetização de criadores negros e indígenas. Como observa Benjamin (2019, p. 20), “à medida que plataformas como Twitter, Instagram e YouTube oferecem mais oportunidades para julgar atos flagrantes de racismo, muitas dessas mesmas empresas codificam formas mais insidiosas de desigualdade na própria concepção de seus produtos e serviços”. De modo semelhante, processos de marginalização epistemológica podem ser observados na hierarquização de saberes promovida pelos sistemas de recomendação, que tendem a conferir maior legitimidade a narrativas alinhadas a referenciais hegemônicos, enquanto conteúdos de perspectiva decolonial enfrentam menor visibilidade (Tufekci, 2014). Nesse cenário, mecanismos de moderação e classificação algorítmica podem contribuir para a reprodução de assimetrias raciais já identificadas por autores como Mbembe (2017), ainda que sob configurações próprias do ambiente digital.

De acordo com Quijano (2005, p. 121) os colonizadores reprimiram “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu

⁸ Conforme Fernandes (1965) a abolição não pôs fim ao sistema escravista: apenas encerrou oficialmente uma instituição cujos efeitos e resquícios continuaram presentes em toda a organização social. Salvo outros regimes de trabalho forçado historicamente documentados, a escravidão brasileira fundamentou-se explicitamente em critérios raciais, onde a cor da pele e a origem africana determinavam não apenas a condição jurídica do indivíduo, mas também seu valor social e suas possibilidades de existência. Hasenbalg (2005), aponta que a sociedade brasileira estruturou um modelo de desigualdade que utilizava as distinções raciais como fundamento, impondo tanto obstáculos concretos quanto simbólicos ao progresso socioeconômico da população negra.

universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade”. O autor destaca ainda que a dominação colonial instituiu uma estrutura de poder racializada, na qual “a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça (...) permeia as dimensões mais importantes do poder mundial”(p.117).

Um dos pilares centrais dessa colonialidade foi a escravidão, que não apenas garantiu a mão de obra necessária para a produção de açúcar e outras commodities, mas também estabeleceu uma estrutura social rigidamente hierarquizada. Conforme posto por Gomes (2019, p. 271):

A cultura do açúcar gestada nos trópicos caracterizava-se pelo binômio casa-grande e senzala, dos senhores de engenho e seus milhares de escravos, que a partir de então marcariam profundamente a identidade brasileira. “Ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos” [...] os donos dos maiores engenhos exploravam o trabalho de 100 a 150 escravos.

O açúcar, principal produto de exportação no período colonial, demandava um trabalho árduo, repetitivo e brutal — inviável para a população europeia ou para os indígenas, que resistiram à escravidão e foram rapidamente dizimados por doenças e violência. Diante disso, os africanos passaram a ser vistos como a "solução ideal" para suprir as necessidades do sistema produtivo. Conforme Gomes (2019, p. 113):

Índios escravizados puderam ser observados no Brasil até o começo do século XVIII. A partir daí, foram sendo rapidamente substituídos pelos negros africanos. [...] Há diversas explicações para o malogro da escravidão indígena. A primeira foram as doenças, que rapidamente dizimaram a população nativa. A segunda, as guerras de conquista dos portugueses, que reduziram significativamente o número de índios nas regiões próximas aos engenhos. Os indígenas, além disso, estavam pouco adaptados ao trabalho exaustivo nas lavouras de cana, rebelavam-se e fugiam com frequência.

Consequentemente, o tráfico de africanos tornou-se central para a colonização do Brasil, fazendo do país o maior destino do comércio negreiro. Gomes (2019, p. 20) revela que:

Enquanto isso, a África continua dentro do Brasil. Forte e predominante, como sempre esteve. O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é atualmente o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo.

Além do impacto econômico, é fundamental reconhecer a dimensão humana da escravidão. Gomes (2019) oferece um relato das condições enfrentadas durante a travessia do Atlântico: cerca de 1,8 milhão de africanos morreram durante a travessia - vítimas de doenças, fome e violência nos porões dos navios. Conforme colocado pelo autor:

Hoje estima-se com relativa segurança que aproximadamente 12,5 milhões de cativos foram despachados nos porões dos navios, mas só 10,7 milhões chegaram aos portos do continente americano. O total de mortos na travessia do oceano seria de 1,8 milhão de pessoas (portanto, superior aos 10% citados por Miller para o caso de Angola). Dado o alto índice de mortalidade após o desembarque, apenas 9 milhões de africanos teriam sobrevivido aos tormentos dos três primeiros anos de escravidão no novo ambiente de trabalho. A história da escravidão africana no Brasil é repleta de dor e sofrimento. (Gomes, 2019, p. 40)

A chegada ao Brasil não significava o fim do sofrimento. A vida nas plantações era marcada por jornadas exaustivas, punições físicas severas e um sistema de vigilância constante. Gomes (2019, p. 202) ressalta que os escravizados eram tratados como bens móveis - mercadorias que podiam ser compradas, vendidas ou castigadas conforme a vontade dos senhores⁹.

Esse modelo econômico escravista, além de assegurar a acumulação de riquezas, influenciou a organização social da colônia. Holanda (1995, p. 82) argumenta que o sistema gerou uma sociedade marcada pela predominância da grande propriedade rural e pela centralidade da casa-grande, símbolo máximo do poder patriarcal:

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, freqüentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar.

Essa desumanização não se limitou ao aspecto econômico, mas abrangeu também o cultural e o psicológico. O processo de escravização visava à destruição das identidades africanas, substituindo-as por novas formas de linguagem, religião e organização social. Apesar disso, os africanos resistiram de diversas maneiras, preservando elementos de sua

⁹ O autor relata que “o propósito principal do violento negócio negreiro era o lucro, o que exigia o transporte Á do maior número possível de cativos entre a África e a América, e, de preferência, que todos chegassem vivos e saudáveis ao destino. Com escravos mortos, não seria possível fazer dinheiro. Do ponto de vista do traficante, a morte de um deles implicava, mais do que a perda de uma vida humana, um prejuízo certo. Esse objetivo, no entanto, era limitado por forças naturais, que os negreiros não controlavam, em especial as doenças que infestavam os navios antes, durante e depois das longas travessias. (Gomes, 2019, p. 202)

cultura por meio de práticas como o candomblé¹⁰, a capoeira e as tradições orais, que mais tarde se tornariam parte fundamental da identidade cultural brasileira.

A matriz colonial brasileira transcendeu o marco formal da independência de Portugal em 1822, manifestando-se no genocídio sistemático de povos indígenas, na marginalização socioeconômica das populações negras e na naturalização das desigualdades como consequências inevitáveis de um projeto que mercantilizou seres humanos e territórios.

Assim, a herança social do escravismo revela-se como um elemento central para compreender as persistentes desigualdades raciais e socioeconômicas que marcam o país até os dias atuais. A compreensão dos fenômenos contemporâneos demanda o reconhecimento da colonialidade enquanto uma estrutura de poder persistente, que, embora tenha se metamorfoseado ao longo do tempo, continua a exercer uma influência profunda nas relações entre o Estado, a sociedade e o ambiente no Brasil do século XXI. Como afirma Silvio Almeida (2019), no Brasil o racismo é estrutural, institucional e sistêmico, o que exige uma análise que vá além das manifestações individuais de preconceito.

¹⁰ O Candomblé representa uma das mais importantes expressões religiosas de matriz africana no Brasil, constituindo-se como um complexo sistema de crenças, rituais e conhecimentos que resistiu e se recriou no contexto da diáspora africana (Da Silva, 2005). Originado principalmente das tradições religiosas dos povos iorubás, bantos e fon-ewe (jejes), o Candomblé desenvolveu-se como espaço fundamental de preservação da cosmovisão africana e de resistência cultural durante o período escravocrata. Seus terreiros funcionavam não apenas como centros religiosos, mas como verdadeiras comunidades alternativas onde os valores civilizatórios africanos podiam ser mantidos e transmitidos às novas gerações. O culto aos orixás, inquices e voduns – divindades que representam forças da natureza e arquétipos humanos – estabelece uma compreensão do sagrado profundamente relacionada com o mundo natural e com a ancestralidade. A complexa liturgia do Candomblé, que inclui rituais iniciáticos, oferendas, festas públicas com danças e músicas específicas para cada divindade, e um elaborado sistema oracular, preserva conhecimentos milenares sobre plantas medicinais, alimentação, ecologia e resolução de conflitos. Apesar da intensa perseguição sofrida durante séculos por parte do Estado brasileiro e das instituições religiosas hegemônicas, o Candomblé não apenas sobreviveu como influenciou profundamente a formação cultural brasileira, demonstrando a extraordinária capacidade de resistência e reinvenção dos povos africanos e seus descendentes no Brasil. Para saber mais: DA SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. Selo Negro, 2005.

1.2 A Independência e a perpetuação da desigualdade

A Independência do Brasil, em 1822, é frequentemente celebrada como um marco heróico na história do país, porém, podemos dizer que, a análise desse processo histórico exige um olhar crítico que vá além das narrativas triunfalistas e reconheça as contradições e desafios que persistiram após a separação de Portugal. Um dos aspectos mais importantes a serem considerados é a permanência da escravidão e a profunda desigualdade social que marcou o Brasil independente.

O processo de Independência não rompeu com a economia colonial, voltada para a exportação de commodities e sustentada pelo trabalho escravo. Como observa Prado Jr (2011, p.24), a formação do Brasil se deu em função dos interesses externos:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco (...) mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.

A lógica produtiva permaneceu inalterada. Schwarcz e Starling (2015, p. 325) reforçam que a independência foi liberal apenas no aspecto político, mas conservadora ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial, com uma noção estreita de cidadania que alijou a maior parte da população. Assim, criou-se um Estado¹¹, mas não uma Nação.

Se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. (...) Prevaleceu uma noção estreita de cidadania, que alijou do exercício da política uma vasta parte da população e ainda mais o extenso contingente de escravizados. Com isso, noções bastante frouxas de representatividade das instituições políticas se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado mas não uma Nação.

A ideologia dominante construiu uma narrativa de progresso e modernidade, enquanto mantinha uma sociedade profundamente desigual. A escravidão foi preservada não apenas como sistema econômico, mas como pilar estrutural da hierarquia social. Além disso, a participação de pessoas escravizadas e libertas na Guerra da Independência foi

¹¹ O novo Estado criou instituições formais de representação, mas negou acesso à participação política a quem não fosse branco, rico e proprietário. O processo foi liderado pela própria elite agrária, que buscava manter seus privilégios. Como observa Carvalho (2002, p. 26), “a principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra”. A ruptura formal não alterou as estruturas socioeconômicas profundas (PRADO JR., 2011, p. 127).

frequentemente ignorada ou instrumentalizada. Chalhoub (1990, p. 178) aponta que muitos esperavam, com sua contribuição militar, obter liberdade ou melhores condições de vida:

O desenrolar dos eventos após a independência revela a determinação da classe senhorial em frustrar as expectativas de liberdade geradas durante o conflito. Processos judiciais do período mostram escravizados recorrendo à justiça para fazer valer promessas de alforria recebidas por sua participação militar, geralmente sem sucesso. A independência política do Brasil não poderia, na visão das elites, comprometer a estrutura produtiva baseada no trabalho escravo.

A oposição à emancipação foi sustentada por um discurso de crise que mesclava interesses econômicos e medos raciais. Ribeiro (1995, p. 25)¹² assinala que o medo da rebeldia dos escravos, de coloração escura, persistia como forma de justificar a repressão. Angela Davis (2016, p. 133)¹³ argumenta que, em contextos escravistas, a ideia de caos social funcionava como dispositivo de controle, projetando o medo de insurgências para legitimar a violência de Estado.

No caso brasileiro, essa lógica se manifestou de maneira particular após a Independência, quando as elites dominantes buscaram preservar o sistema escravista como forma de manter sua hegemonia econômica e social. Após a abolição em 1888, a ausência de políticas públicas de integração criou um "caos social silencioso". A ideologia da "democracia racial" (Freyre, 1933) mascarou as desigualdades persistentes. Intelectuais como Nascimento (1978) e Gonzalez (1984) desconstruíram este discurso, que, segundo Munanga (2008, p. 77), permite às elites dissimular os sutis mecanismos de exclusão.

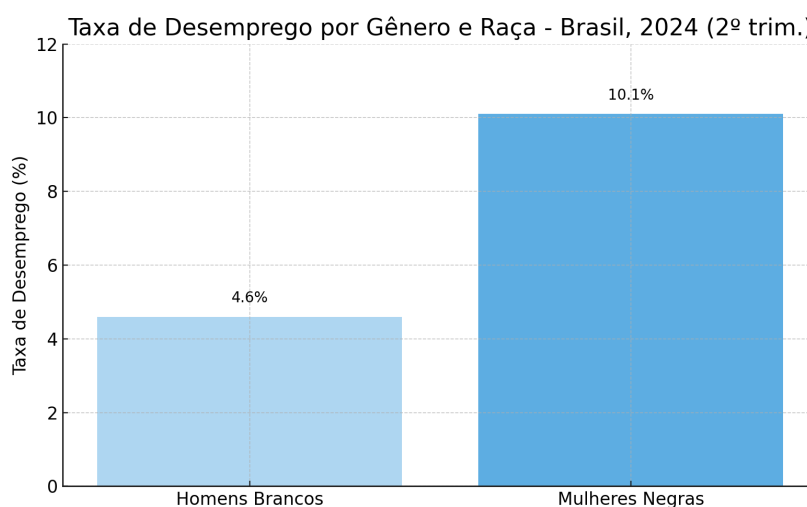
O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Munanga (2008, p. 77).

¹² De acordo com Ribeiro (1995, p. 25) “é de assinalar que essa preocupação se assentava, primeiro, no medo da rebeldia dos escravos. Dada a coloração escura das camadas mais pobres, esse medo racial persiste, quando são os antagonismos sociais que ameaçam eclodir com violência assustadora. Efetivamente, poderá assumir a forma de convulsão social terrível, porque, com uma explosão emocional, acabaria provavelmente vencida e esmagada por forças repressoras, que restaurariam, sobre os escombros, a velha ordem desigualitária.

¹³ Certamente, a perpetuação do racismo como estrutura no Brasil pode ser compreendida como parte de uma estratégia histórica de controle social que utiliza o medo e a ideia de caos para legitimar a exclusão racial. Conforme Angela Davis (2016, p. 133) “durante a primeira grande onda de linchamentos, a propaganda estimulando a defesa da natureza feminina branca dos irrepreensíveis instintos violadores dos homens negros foi notável pela sua ausência. Como Frederick Douglass observou, a diminuição de mortes do povo negro foi mais frequentemente descrita como uma medida preventiva para deter as massas negras de se levantarem numa revolta. Nesse tempo a função política dos assassinatos de multidões era descamufhada. O linchamento era não dissimulado contra-insurgência, uma garantia de que o povo negro não seria capaz de alcançar os seus objetivos de cidadania e igualdade econômica”.

As desigualdades estruturais persistem de forma atualizada. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE mostram que, em 2024¹⁴, a taxa de desemprego entre mulheres negras (10,1%) é mais que o dobro da registrada entre homens brancos (4,6%). O relatório da Oxfam do ano de 2023¹⁵ evidencia que 1% da população concentra 63% da riqueza, e a renda média da população branca supera em mais de 70% a da população negra.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego por gênero e raça - Brasil, 2024 (2º tri.)



Essa disparidade no mercado de trabalho revela como o racismo estrutural atua de forma interseccional, sobrepondo opressões de gênero e raça.

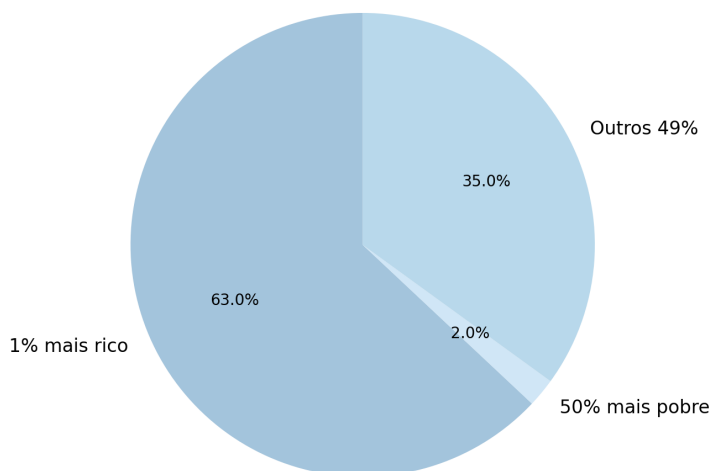
¹⁴ Dados Disponíveis em:

https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/boletim-desigualdade-racial/Boletim_sobre_desigualdade_racial_no_mercado_de_trabalho_VF.pdf. Acesso em: 26/02/2025.

¹⁵ Relatório Oxfam 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 04/02/2025.

Gráfico 3 - Distribuição da riqueza no Brasil (relatório Oxfam 2023)

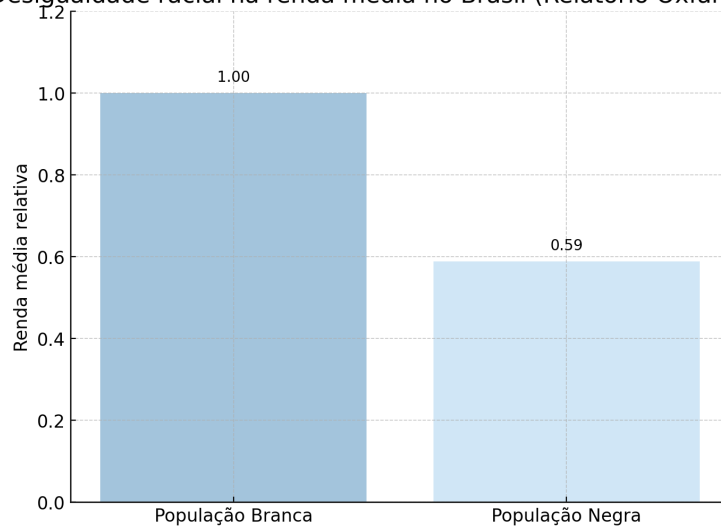
Distribuição da riqueza no Brasil (Relatório Oxfam 2023)



A concentração de renda nas mãos de poucos é ainda mais dramática quando observada sob o recorte racial.

Gráfico 4 - Desigualdade racial na renda média no Brasil (Relatório Oxfam 2023)

Desigualdade racial na renda média no Brasil (Relatório Oxfam 2023)



Esses dados evidenciam um racismo que opera de forma interseccional, sobrepondo opressões de gênero e classe, e reforçando a necessidade de reconhecermos que a luta pela independência política em 1822 não trouxe emancipação social para a maioria da população. A abolição, como apontam Campos & Tebet (2024), pode ser compreendida como "malsucedida, haja vista o não rompimento com as mazelas impostas aos negros" (p. 11).

Passados mais de cinquenta anos de debates e da implementação de diferentes políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, observa-se que muitas das formas de negação do racismo identificadas por Gonzalez já estavam presentes nos anos 1980 e continuam a se manifestar na sociedade brasileira. Ao ironizar o discurso da democracia racial, Gonzalez (1984, p. 226) evidencia mecanismos de invisibilização das desigualdades raciais que ainda persistem:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto."

Em síntese, a Independência de 1822 foi uma ruptura formal com Portugal, mas consolidou um Estado oligárquico, escravista e excludente, que manteve intactas as estruturas sociais, econômicas e raciais que garantiam os privilégios da elite branca.

1.3 O Império e a questão racial

A questão racial durante o período imperial constitui um dos aspectos mais complexos da formação da sociedade brasileira. O Império (1822-1889) foi marcado por uma estrutura social profundamente hierarquizada e racializada, na qual a escravidão funcionava não apenas como sistema econômico, mas como ordenamento social que definia as relações entre os grupos.

Segundo Prado Júnior (2011, p. 285), o “que caracteriza a sociedade brasileira no início do século XIX é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra lhe levou a palma na anuência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social”. Dessa forma, mesmo diante das mudanças políticas ao longo do período imperial, a estrutura racializada da sociedade permaneceu intacta. A abolição da escravidão em 1888, não representou a superação das desigualdades raciais, mas sim a sua reconfiguração sob novas formas de exclusão.

Com a declaração da independência proferida por D. Pedro I, o Brasil herdou do período colonial uma economia fortemente dependente do trabalho escravo. Diferentemente de outras nações americanas que aboliram a escravidão após suas independências, o Brasil manteve essa instituição por quase todo o período imperial. Isso consolidou a escravidão não apenas como regime de trabalho, mas como um sistema que estruturava todas as relações sociais. Segundo Ribeiro (1995, p. 299), “a vitória da velha ordem se impôs, porém, a todos os revoltosos, consolidando a monarquia lusitana e, com ela, a escravidão e o latifúndio. A abolição da escravidão só viria décadas depois”.

Apesar da assinatura do Tratado de 1826¹⁶, que supostamente comprometia Portugal e o Brasil a cessar o tráfico atlântico de africanos, o comércio de pessoas escravizadas persistiu intensamente nas décadas seguintes. Entre 1822 e 1850, mais de 1,5 milhões de africanos foram trazidos coercitivamente para o Brasil, consolidando-o como o maior importador de mão de obra escravizada no século XIX. A economia agroexportadora, centrada em café, açúcar e algodão, sustentava-se sobre uma base escravista. Em 1822, a população escravizada representava cerca de um terço do total, com proporções maiores em províncias estratégicas como Rio de Janeiro e Bahia. Apesar de acordos internacionais, o tráfico atlântico persistiu

¹⁶ “Em 1826, o Império do Brasil e o governo britânico assinaram outro documento estendendo a proibição do tráfico a todos os navios negreiros vindos da África. Esses acordos não eram completamente respeitados pelo Império, o tráfico, ilegal em teoria, continuava sem a repressão do governo imperial” Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/acordos-internacionais-e-legislacao-sobre-escravacao/#:~:text=Em%201826%2C%20o%20Imp%C3%A9rio%20do,a%20repress%C3%A3o%20do%20governo%20imperial>. Acesso em Fev. 2025.

intensamente até a Lei Eusébio de Queirós (1850)¹⁷, tendo o Brasil se consolidado como o maior importador de escravizados no século XIX.

Se a persistência do tráfico revela o compromisso econômico do Império com a escravidão, suas ações políticas demonstram um projeto racial ainda mais ativo e institucionalizado do que o período colonial. Longe de ser um mero herdeiro passivo do racismo colonial, o Estado imperial atuou para refinar o controle sobre a população negra, inclusive através de medidas repressivas diretas.

Se o período colonial estabeleceu as bases materiais e ideológicas do racismo brasileiro, o Império (1822-1889) consolidou-o como um projeto de Estado ativo e sofisticado, em muitos aspectos ainda mais explícito e institucionalizado. Ao contrário de uma mera continuação passiva do legado colonial, o regime imperial atuou para refinar e legalizar a hierarquia racial, garantindo o domínio da elite branca e agrária em um contexto de nação formalmente independente.

Um exemplo emblemático dessa política racial ativa foi a desmobilização e dispersão forçada de unidades militares com predominância negra após a Independência, conforme analisado por Hendrik Kraay (2002). O Levante dos Periquitos (1824), liderado por soldados negros e libertos, serviu de pretexto para que o governo imperial removesse de Salvador a maioria dos soldados negros e ex-escravos, transferindo-os para guarnições distantes ou para a marinha. Essa medida não visava apenas restaurar a disciplina militar, mas também reafirmar a hierarquia racial e o controle branco sobre as instituições armadas. Ao dispersar esses contingentes, o Estado imperial evitou a consolidação de uma força militar autônoma formada por negros livres e libertos, reafirmando assim o monopólio da força e da plena cidadania como privilégio das elites brancas. Dessa forma, o governo atuou ativamente para bloquear caminhos de ascensão e organização política da população negra no período pós-Independência.

A própria derrubada de D. Pedro I em 1831 - muitas vezes narrada como um conflito entre monarquia e liberalismo - carrega um forte componente de interesse das elites agrárias escravistas, temerosas de que eventuais pressões abolicionistas ou reformas que enfraquecessem seu controle racial e social pudessem avançar. O poder imperial, embora por vezes em tensão com setores da aristocracia rural, operou fundamentalmente como um

¹⁷ Promulgada em 4 de setembro de 1850 (Lei nº 580, de 4 de setembro de 1850), a Lei Eusébio de Queirós foi responsável por declarar extinto o tráfico negreiro no Brasil. Apesar de sua proibição legal, o comércio de africanos continuou de forma clandestina até meados da década de 1860, graças à fragilidade do aparelho estatal e à forte pressão dos grupos escravistas. Ver: BARICKMAN, B. J. **Um gosto amargo: a escravidão, a lei e a proibição do tráfico de escravos no Brasil (1850–1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

"ditador das elites", um árbitro que mantinha a ordem escravocrata e a subalternização racial em benefício da classe dominante. A abdicação não alterou essa lógica; pelo contrário, consolidou o domínio político direto dessas elites durante o período regencial e no Segundo Reinado.

Dessa forma, o Império não foi um interlúdio benigno entre a colônia escravista e a República excludente. Foi um regime que profissionalizou e burocratizou o racismo, utilizando-se de leis, códigos, políticas de imigração branca e um aparato estatal para gerenciar e perpetuar a desigualdade racial. O racismo imperial era, portanto, um racismo de Estado, ativo e legislado, peça fundamental na construção de uma nação que se queria moderna, mas cimentada na antiga hierarquia de cor.

O ordenamento jurídico imperial foi um dispositivo estruturante das relações raciais. A Constituição de 1824 negava aos escravizados qualquer reconhecimento como sujeitos de direito. Para os libertos, a cidadania era parcial e condicionada. Como destaca Florestan Fernandes (1965), as instituições foram historicamente constituídas para preservar a estrutura escravocrata.

O Código Criminal do Império de 1830¹⁸ refletia uma estrutura legal profundamente desigual, estabelecendo punições particularmente severas para escravizados, incluindo a pena de morte por agressão ao senhor e a manutenção dos açoites. O controle social estendia-se à vida cotidiana da população negra livre por meio de posturas municipais, que restringiam reuniões, circulação e até vestimentas. Conforme Chazkel (2013, p. 33), a cidade do Rio de Janeiro esteve sob toque de recolher “por mais da metade do século XIX”. Esses dispositivos consolidavam a marginalização e enfraqueciam formas de organização e resistência.

Apesar da opressão severa, surgiram diversas formas de resistência. Os quilombos representavam espaços de liberdade e organização alternativa. A Revolta dos Malês (1835)¹⁹ destacou-se por sua organização e sofisticação, desafiando diretamente às autoridades. Conforme argumenta Davis (2021), a resistência negra foi ativa e organizada, envolvendo tanto a luta física quanto a preservação cultural frente ao processo de desumanização.

¹⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 28/02/2025.

¹⁹ A Revolta dos Malês foi um levante ocorrido na madrugada de 24 de janeiro de 1835, em Salvador, Bahia, liderado por escravizados e libertos africanos muçulmanos - principalmente do grupo étnico haussá, conhecidos como "malês". O movimento visava a libertação dos africanos escravizados e possivelmente a implantação de um governo islâmico na região. Organizada e bem planejada, a revolta foi rapidamente reprimida com violência extrema pelas autoridades imperiais, resultando em execuções sumárias, deportações para a África e prisões. Este episódio tornou-se um marco da resistência negra e revelou a força das identidades culturais e religiosas africanas no Brasil. REIS, João José. A Revolta dos Malês em 1835. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <https://historia-do-brasil-e-do-mundo.hi7.co/a-revolta-dos-males-em-1835-56c6566c0fc54.html>.

O movimento abolicionista foi plural. De um lado, figuras como José do Patrocínio²⁰ e Luís Patrocínio²¹ defendiam a abolição imediata. De outro, Joaquim Nabuco²² propunha uma transição gradual com indenizações. Um aspecto crucial foi a participação ativa das pessoas negras, através de fugas em massa e redes de apoio, que enfraqueceram diretamente o sistema. Fernandes (2015) argumenta que a abolição não representou uma ruptura substancial com as desigualdades, mas uma mudança no formato da exploração.

No final do período imperial, consolidou-se o embrião do "mito da democracia racial" (Freyre, 1933), que propagava uma imagem de harmonia entre as raças. Esta ideia mascarava relações de poder desiguais e violências, como o abuso sexual de mulheres negras escravizadas. Teorias raciais pseudocientíficas importadas da Europa fortaleceram um projeto de "branqueamento" da população, que promovia a imigração europeia enquanto dificultava o acesso à terra para ex-escravizados, como evidenciado pela Lei de Terras de 1850. Como analisam Campos & Tebet (2024), "o Estado brasileiro buscou, de todas as formas, elaborar diversos mecanismos, principalmente no final do século XIX e início do século XX, para um branqueamento da população, e a imigração fazia parte desse projeto" (p. 11).

A análise da questão racial no Império é fundamental para compreender as origens estruturais do racismo no Brasil e as formas de resistência que a população negra construiu, parte essencial de nossa herança cultural e social.

²⁰ José do Patrocínio (1854-1905) foi um jornalista, político e abolicionista brasileiro, conhecido por sua retórica inflamada e defesa veemente da libertação imediata dos escravizados.

²¹ José do Patrocínio (1854-1905) foi um jornalista, político e abolicionista brasileiro, conhecido por sua retórica inflamada e defesa veemente da libertação imediata dos escravizados.

²² Joaquim Nabuco (1849–1910), político e escritor, foi um dos nomes mais influentes do movimento abolicionista no Brasil; diferentemente de Patrocínio e Gama, defendia uma emancipação progressiva, acompanhada de indenizações aos proprietários, com o objetivo de minimizar os impactos sociais e econômicos da abolição.

1.4 A República e a consolidação do racismo

Em 1889, a Proclamação da República foi saudada como um marco de modernidade e igualdade. No entanto, esse período consolidou, de maneira sistemática, o racismo nas estruturas sociais, políticas e econômicas, em um paradoxo fundamental: a promessa democrática conviveu com a perpetuação da exclusão.

O fim da escravidão (1888) não foi seguido por políticas de inclusão da população negra. Pelo contrário, abriu espaço para novos mecanismos de controle e marginalização. O ideal republicano serviu para reforçar a exclusão, perpetuando desigualdades raciais estruturais.

Esse processo se consolidou na Primeira República (1889-1930), quando as elites adotaram teorias raciais pseudocientíficas europeias que viam a população negra como "inferior". Isso se materializou na ideologia do branqueamento, que propunha a "melhoria" racial através da imigração europeia e da miscigenação, influenciada pelo movimento eugênico.

Esta ideologia sustentava-se numa visão de progresso que negava a realidade mestiça do Brasil e suas desigualdades estruturais. Florestan Fernandes (2004)²³ alertou que a crença na miscigenação como solução era um "mito duradouro" que ignorava as hierarquias raciais persistentes (p. 19). Autores como Freyre (2003) e Holanda (1995) analisaram essa narrativa de integração, que, na prática, escondia uma lógica de inferiorização das populações negras e indígenas.

A política de imigração do governo republicano formalizou esse projeto racista. O Decreto 528 (1890) permitia a entrada livre de europeus, mas impunha restrições severas aos africanos e asiáticos, exigindo autorização do Congresso. Esta medida, ao subsidiar a imigração europeia enquanto negava oportunidades aos ex-escravizados, institucionalizou uma forma de apartheid racial e estruturou a exclusão que reverbera até hoje.

Essa exclusão ia além da mera eliminação física, buscando antes consolidar uma hierarquia racial, onde a raça branca era vista como sinônimo de civilização e progresso. Ao negar oportunidades iguais aos ex-escravizados e aos negros o Estado brasileiro não apenas reafirmava a sua adesão a um projeto colonial racista, mas também implementava uma estrutura de segregação que ainda reverbera nas desigualdades sociais, econômicas e

²³ “A ideia de que a solução para o problema racial passava pela miscigenação é um dos mitos mais duradouros da cultura brasileira, pois desconsidera as profundezas das desigualdades sociais e a persistência de uma hierarquia racial no Brasil” (FERNANDES, 2004, p. 19).

educacionais enfrentadas pelos negros e outras populações consideradas marginalizadas no país.

Paralelamente, o Estado republicano intensificou a repressão às culturas afro-brasileiras. O Código Penal de 1890²⁴ criminalizou práticas como o candomblé e a capoeira sob o pretexto de combater a "feitiçaria" e a "vadiagem", num ataque direto às formas de resistência espiritual e cultural da população negra, buscando moldar a nação conforme valores eurocêntricos.

Em particular, o artigo 157 do referido código punia atividades associadas à magia, ao espiritismo e ao uso de talismãs, configurando um ataque direto às religiões de matriz africana, disfarçado sob uma linguagem moralista e repressiva. Assim, o novo regime republicano não só reafirmava o racismo, mas também buscava moldar a cultura nacional conforme os valores eurocêntricos, negando o lugar e a legitimidade das práticas culturais dos descendentes de africanos.

Neste contexto, esboçou-se o "mito da democracia racial". Como afirma Fernandes (1965, p. 204-205), a convicção de relações raciais democráticas era um mito, utilizado para dissimular atitudes e comportamentos aristocráticos da "raça branca". Diferente da segregação explícita de outros países, o Brasil desenvolveu um sistema insidioso, baseado em práticas sociais excludentes mascaradas por um discurso público de harmonia.

Os ideais eugênicos ganharam institucionalidade, como evidenciado pela fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918). Campanhas de saúde pública frequentemente associavam doenças a hábitos das populações negras, utilizando o discurso científico para estigmatizar e controlar, sob a pretensão de "melhorar" a raça brasileira²⁵. Como argumenta Fernandes (1965), essas políticas eram, em essência, uma forma de "controle social", que utilizava a ciência como um instrumento para legitimar e aprofundar as desigualdades raciais e sociais no Brasil. A implementação de políticas eugênicas no Brasil não pode ser vista apenas como uma questão de saúde pública, mas como uma estratégia mais ampla de construção de uma "raça brasileira" homogênea e, na visão dos eugenistas, superior.

O legado deste período é profundo e duradouro. A República não só herdou as desigualdades do passado escravista, mas as institucionalizou através de mecanismos

²⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 04/03/2025.

²⁵ De acordo com Stepan (2004, p. 558) "o surgimento da eugenia brasileira foi condicionado pela situação racial do país, nação racialmente híbrida, resultado da fusão de indígenas, africanos e povos europeus. Desde a transferência da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a 'capacidade' brasileira e o destino nacional. E, particularmente a partir da abolição em 1888 e da proclamação da Primeira República no ano seguinte, a ciência emergira como ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e - especialmente - raciais".

modernos: segregação socioeconômica, repressão cultural e um discurso oficial que negava a existência do racismo. Este sistema complexo manteve a população negra em condição de desvantagem estrutural, moldando uma sociedade de desigualdades persistentes cujo confronto efetivo ainda é um desafio contemporâneo.

1.5 A estrutura persistente: racismo e o legado histórico no Brasil contemporâneo

A formação plural da sociedade brasileira, resultado da confluência entre portugueses, indígenas e africanos (Ribeiro, 1995), não se traduziu em uma valorização equitativa dessa herança. Pelo contrário, tornou-se a base de uma colonialidade do poder, marcada por uma hierarquização racial que sustenta profundas desigualdades sociais até os dias atuais. Como observa Ribeiro (1995, p. 20), apesar da múltipla ancestralidade, o Brasil não se fragmentou em grupos antagônicos, mas consolidou um sistema com hierarquias raciais profundamente enraizadas²⁶.

Esse sistema foi estabelecido como um instrumento de classificação social básica. Conforme Quijano (2005, p. 117), raça e identidade racial foram constituídas como ferramentas das relações de dominação, associando identidades a hierarquias e papéis sociais específicos. Esta classificação colonial instaurou uma estrutura que privilegiou brancos de origem europeia e relegou indígenas, africanos e seus descendentes a posições subalternas, assegurando uma desigualdade estrutural refletida na distribuição desigual de recursos, oportunidades e representatividade.

A colonialidade do poder (Quijano, 2005), portanto, não é um legado estático, mas uma estrutura persistente que se adapta e se reproduz nas relações sociais, econômicas e políticas contemporâneas, naturalizando a subordinação de grupos racializados.

A exclusão das populações afrodescendentes tem suas raízes na chamada "ciência das raças". Embora a noção biológica de raça tenha sido desacreditada, sua construção social e política permanece. Como aponta Munanga (2010, p. 11), a raça persiste como categoria histórica, política e social. O racismo contemporâneo, portanto, não depende mais de justificativas biológicas, mas se reconfigura através de representações e ideologias.

No século XIX e início do XX, o racismo encontrou suposta legitimação em correntes como o darwinismo social e a eugenia. Estas teorias, recebidas com entusiasmo pelas elites, serviram para justificar a desigualdade e estabelecer "critérios diferenciados de cidadania" (Schwarcz, 2015, p. 24) em um contexto pós-escravidão.

²⁶ Ribeiro (1995, p. 20) reflete sobre o impacto desse processo, destacando que: "a confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação.

A compreensão sociológica contemporânea realizou uma mudança paradigmática crucial: deslocou o foco do racismo como preconceito individual para entendê-lo como uma estrutura de poder enraizada nas relações sociais. Sob essa perspectiva, ele é um sistema histórico e institucional que organiza e perpetua desigualdades.

Essa visão biologicista do racismo foi amplamente difundida em contextos políticos e institucionais, moldando políticas públicas e estruturas sociais que perpetuavam a dominação de certos grupos sobre outros²⁷. No entanto, com o avanço das ciências sociais e biológicas ao longo do século XX, ficou evidente que as distinções raciais baseadas em características biológicas eram falaciosas e construídas socialmente (Munanga, 2004).

A sociologia contemporânea tem desempenhado um papel crucial ao deslocar o foco do racismo como mero preconceito individual para uma análise mais ampla que o concebe como uma estrutura de poder profundamente enraizada nas relações sociais (Munanga, 2004). Essa mudança paradigmática permitiu compreender o racismo não apenas como atos isolados de discriminação, mas como um sistema que organiza e perpetua desigualdades raciais em múltiplos níveis da vida social. O racismo, sob essa perspectiva, é visto como uma construção histórica e institucional que beneficia determinados grupos em detrimento de outros, reproduzindo hierarquias raciais por meio de mecanismos sutis e muitas vezes invisíveis.

Mário Theodoro (2022) oferece uma análise contundente deste sistema, demonstrando como ele se materializa em disparidades salariais, no acesso à educação, na segregação residencial e na violência. Para ele, o racismo é um elemento constitutivo da estrutura socioeconômica brasileira, uma ideologia que hierarquiza pessoas a partir do biotipo, organizando a sociedade e perpetuando a desigualdade (p. 11). De acordo com ele:

O racismo consolidou-se como a ideologia que diferencia e hierarquiza as pessoas em uma escala de valores que tem como polo positivo o biotipo branco caucasiano e como polo negativo o biotipo negro africano. É sob essa valoração que a sociedade brasileira se organiza e opera - e é nela que se baseia o reconhecimento social do indivíduo historicamente construído e que explica a perpetuação da desigualdade. (Theodoro, 2022, p. 11)

²⁷ As teorias racistas desempenharam um papel central na legitimação de sistemas opressores ao longo da história. No caso do imperialismo europeu, ideias como a "missão civilizadora" justificavam a exploração e dominação de povos não europeus, sustentadas por noções pseudocientíficas de superioridade racial. Nos Estados Unidos, as leis de Jim Crow (implementadas após a abolição da escravidão e vigentes até meados do século XX) institucionalizaram a segregação racial, reforçando desigualdades socioeconômicas e políticas. Da mesma forma, o apartheid na África do Sul (1948-1994) foi um regime de segregação racial que utilizou práticas discriminatórias baseadas em teorias racistas para manter a supremacia branca. Esses exemplos ilustram como o racismo foi estruturado e mantido por meio de discursos ideológicos e políticas institucionais. (Du Bois, 2021).

Guimarães (2024) aprofunda essa análise com o conceito de racismo institucional como um "fato social total". Ele argumenta que ele se manifesta através de normas e culturas organizacionais aparentemente neutras, cuja aplicação por agentes sociais resulta sistematicamente em desigualdades raciais, não prescindindo de agência humana (p. 38). De acordo com ele:

não há racismo sem raças, assim como não há racismo sem agência humana. Embora tal tese possa parecer um lugar-comum, significa que o que entendemos por racismo, seja estrutural ou institucional ou sistêmico, não prescinde de agência, e que essa deve ser explicitada sob o risco de o conceito esvaziar-se numa petição de princípios. (Guimarães, 2024, p. 38)

Sodré (2023) aborda a dimensão simbólica deste poder, compreendendo o racismo como um regime de visibilidade/invisibilidade midiática que naturaliza a branquitude como norma e submete o corpo negro à estigmatização ou à caricatura, em uma lógica cultural transmitida entre gerações (p. 37).

Conforme Sodré (2023, p. 37), esse regime midiático não é neutro: ele faz parte de uma lógica paraestrutural do racismo, que “ocupa um lugar cultural transmitido de uma geração para outra dentro dos processos de produção econômica e de sociabilidade nacionais”. Sendo assim, trata-se de uma lógica que atravessa instituições e subjetividades, sustentada pela negação do outro como sujeito pleno e pela reiteração simbólica de fronteiras raciais. Assim, o controle das narrativas, das imagens e da circulação de representações é também uma forma de domínio - “um saber que descreve, um poder que prescreve e uma massa que transcreve” (Sodré, 2023, p. 16-17), como afirma o autor, citando Korinman e Ronai.

Cida Bento (2022) traz a noção de um "pacto narcísico" não verbalizado entre pessoas brancas, que garante a manutenção de privilégios. Ela critica a meritocracia por ignorar as desigualdades históricas de acesso (p. 14) e defende que o enfrentamento do racismo exige o rompimento desse pacto. Conforme ela, “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro” (2022, p. 9).

Na esfera subjetiva, Frantz Fanon (2008) analisa o racismo como um fenômeno alienante que empurra o negro para fora da dialética do reconhecimento, numa interiorização da inferioridade que exige tanto transformação psíquica quanto estrutural (p. 26-28).

Diante desse amplo quadro teórico, fica claro que o racismo no Brasil é estrutural, profundamente enraizado na história e nas instituições. Como definido por Bonilla-Silva

(1997), trata-se de um sistema social racializado, um fenômeno sistêmico incorporado às práticas cotidianas, forjado pelo colonialismo e pela escravidão.

Nesse sentido, Bonilla-Silva (1997) contribui para essa compreensão ao definir o racismo como estrutura, a partir da noção de sistemas sociais racializados. Essa perspectiva supera uma visão idealista ou meramente psicológica do racismo — que o reduz a atitudes individuais, preconceitos ou crenças - e propõe uma abordagem materialista e estrutural. Para o autor, o racismo não se resume a um conjunto de ideias ou comportamentos isolados, mas constitui um fenômeno sistêmico, incorporado às instituições e às práticas sociais cotidianas. O colonialismo e a escravidão foram os grandes forjadores dessa estrutura racial global, da qual o Brasil é um exemplo paradigmático.

Embora a Sociologia ofereça diversas dimensões e correntes teóricas para compreender um fenômeno social, com o racismo não é exceção. Acima, foram brevemente discutidas algumas vertentes do racismo em debate atualmente. Para fins desta pesquisa, adotaremos a seguinte definição operacional: o racismo é compreendido como um sistema de poder histórico e socialmente construído que opera de forma interconectada em dimensões estruturais, institucionais e simbólicas. Ele funciona por meio de discursos, representações, práticas e estruturas organizacionais que atribuem valor desigual a grupos humanos com base em sua raça (uma construção social), resultando na produção e legitimação de hierarquias, desvantagens e privilégios. Crucialmente, sua eficácia não depende da intenção consciente dos agentes individuais, manifestando-se tanto em atos explícitos de discriminação quanto nas operações "normais" e naturalizadas da sociedade e de suas instituições, incluindo as plataformas digitais. Ainda, pretende-se recorrer a definição de racismo como estrutura de Bonilla-Silva (1997) sempre que necessário durante a análise.

Em síntese, nesta pesquisa, o racismo será entendido como um sistema estrutural de desigualdade racial que opera em múltiplas dimensões. Veja a seguir na tabela 2 as dimensões analíticas que serão adotadas na pesquisa:

Tabela 1 - Dimensões analíticas do racismo adotadas na pesquisa

Dimensão analítica	Implicações sociais	Descrição
Superioridade branca	Justifica o racismo estrutural, exclusão social e a concentração de poder entre pessoas brancas	Ideologia que coloca pessoas brancas como superiores intelectual, moral e culturalmente em relação a outros grupos
População negra vista como degenerada	Legitima a marginalização, violência e políticas públicas excludentes	Narrativas históricas e científicas racistas que associam a população negra a inferioridade física, moral e social
Branqueamento e hierarquia racial (negros e pardos em posições subalternizadas)	Reforça o racismo de forma disfarçada, dificultando a afirmação da identidade negra	Ideologia e prática que valorizam a branquitude e incentivam a miscigenação com o intuito de "melhorar" a raça
Hierarquização racial que permanece operante nas relações sociais contemporâneas	Reproduz desigualdades no mercado de trabalho, educação, saúde e representatividade política	Persistência de uma lógica racial hierárquica nas instituições e nas interações cotidianas, mesmo após o fim formal da escravidão

Para fins analíticos, as categorias apresentadas na Tabela 1 devem ser compreendidas não apenas como fenômenos sociais, mas também como construções discursivas que se manifestam por meio da linguagem. Seu emprego vocabular refere-se ao conjunto de termos, expressões, qualificações, nomeações e estratégias linguísticas que contribuem para produzir, reproduzir ou contestar significados racializados.

A categoria da superioridade branca corresponde ao uso de recursos linguísticos que posicionam a branquitude como referência implícita de normalidade, competência, civilização, racionalidade ou beleza. Em seu emprego vocabular, essa categoria opera através de termos e construções discursivas que universalizam características associadas aos grupos brancos, apresentando-as como neutras, desejáveis ou superiores.

Já a categoria da representação da população negra como degenerada refere-se às formas de nomeação e qualificação que atribuem sentidos negativos à população negra. No plano vocabular, manifesta-se por meio de expressões que associam sujeitos negros à incapacidade, irracionalidade, violência, atraso moral ou inadequação social, contribuindo para a construção simbólica de sua inferiorização.

A ideologia do branqueamento, por sua vez, diz respeito ao emprego de vocabulários que valorizam características fenotípicas, culturais ou comportamentais associadas à branquitude. Discursivamente, essa categoria opera por meio da atribuição de prestígio,

beleza, progresso ou aceitação social a elementos identificados com o universo branco, enquanto características associadas à negritude tendem a ser silenciadas, desvalorizadas ou tratadas como obstáculos à mobilidade social.

Já a categoria da hierarquização racial contemporânea refere-se aos mecanismos discursivos que naturalizam, justificam ou ocultam as desigualdades raciais presentes na sociedade atual. Em seu emprego vocabular, manifesta-se através de formulações que apresentam as diferenças sociais como resultado exclusivo de fatores individuais, econômicos ou meritocráticos, deslocando ou negando a dimensão racial das desigualdades.

Dessa forma, o emprego vocabular dessas categorias não se limita à ocorrência de palavras isoladas, mas envolve os sentidos produzidos pelas escolhas lexicais, pelas formas de classificação dos sujeitos e pelas estratégias argumentativas mobilizadas nos discursos. A análise dessas dimensões permite compreender como relações raciais historicamente construídas são reproduzidas, legitimadas ou contestadas por meio da linguagem.

2. A mídia como poder: a crítica a Indústria Cultural

O avanço tecnológico e a globalização da internet consolidaram os ambientes virtuais como espaços centrais de comunicação e interação social. Neste contexto, o estudo sociológico da mídia ganha relevância, especialmente na análise do impacto das ideologias. A teoria crítica, em particular, dedica atenção à dimensão ideológica, vista como essencial para interpretar os processos de comunicação.

A ideologia, entendida como um conjunto de crenças e valores que influenciam comportamentos, desempenha um papel crucial na forma como as informações são interpretadas e disseminadas. Para Thompson (1998, p. 76), ela é “sentido a serviço do poder”. Na comunicação, a ideologia se manifesta tanto nos conteúdos quanto nas estruturas de poder que moldam as mensagens, determinando o que é destacado ou silenciado.

A Escola de Frankfurt é uma referência teórica fundamental nessa análise. Surgida na Alemanha dos anos 1920, buscava compreender e transformar a sociedade por meio de uma crítica interdisciplinar às suas estruturas. Após a ascensão do nazismo, seus principais membros — como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse — foram para o exílio nos Estados Unidos²⁸.

Esse deslocamento foi crucial. Ao observar a sociedade de massas norte-americana, Horkheimer e Adorno desenvolveram uma crítica contundente ao Iluminismo e à racionalidade instrumental, argumentando que a razão moderna havia se tornado um mecanismo de dominação. A cultura, antes associada à liberdade e à crítica, foi transformada em mercadoria sob o capitalismo.

Assim nasceu o conceito de Indústria Cultural, central para este capítulo. Ele descreve como os meios de comunicação de massa atuam como um mecanismo de controle social, padronizando o pensamento, neutralizando a capacidade crítica e reforçando o status quo. A produção cultural é guiada por interesses econômicos e políticos, servindo como ferramenta de dominação ideológica.

Este capítulo discutirá criticamente esse conceito, explorando seu papel na manipulação da consciência e na alienação social. A análise será estendida a dois contextos específicos:

²⁸ O marco inicial da Escola de Frankfurt foi a fundação do Instituto de Pesquisa Social em 1923, vinculado à Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Sua criação se deve ao jovem Félix J. Weil, de ascendência judaica e influenciado pelo marxismo, que vislumbrava a necessidade de um espaço institucional capaz de unir rigor acadêmico e engajamento político. Como destaca Jay (2008, p. 41): “desde seus primórdios, a independência foi entendida como um pré-requisito necessário à tarefa de inovação teórica e de pesquisa social irrestrita”.

- a) O Brasil: Como a mídia hegemônica contribui para a reprodução do racismo e de estereótipos raciais.
- b) O Século XXI: A plataforma YouTube será examinada como uma nova forma de Indústria Cultural, demonstrando como, apesar de democratizar a produção de conteúdo, opera por meio da padronização algorítmica, mercantilização e controle simbólico.

Por fim, a apropriação das ideias frankfurtianas no Brasil será brevemente mencionada, destacando seu valor para uma reflexão crítica sobre mídia, cultura e dominação na realidade social e no mundo digital contemporâneo.

2.1 A crítica a Indústria Cultural

A Escola de Frankfurt desenvolveu a Teoria Crítica, uma abordagem interdisciplinar que busca compreender a sociedade moderna analisando as relações entre economia, poder e cultura. Seu objetivo central é desvendar os mecanismos de dominação e alienação. Como sintetiza Martins (2012, p. 203), esta Escola defendia uma ciência comprometida com a transformação social e a emancipação humana, superando uma mera descrição do status quo. De acordo com ele:

A leitura crítica proposta por esta Escola, celebrenemente sintetizada por Max Horkheimer, preconizava a necessidade de uma ciência que, ao invés de se limitar a descrever a sociedade, estabelecesse um compromisso com um projeto de transformação social a bem da emancipação humana. Assim, no quadro de uma perspectiva que definia a objetividade do conhecimento pela assunção do lugar situado do investigador, perspectiva-se uma transformação global da sociedade que permitisse superar um status quo marcado por condições de dominação. Tendo em Karl Marx a sua principal referência, a teoria crítica entreviu na alternativa marxista ao capitalismo a pedra de toque de uma tal transformação, ao mesmo tempo que desenvolvia uma leitura do marxismo oposta à vulgata soviética.

A partir dessa visão, Theodor Adorno e Max Horkheimer cunharam o conceito central de Indústria Cultural. Eles argumentam que, nas sociedades capitalistas avançadas, os meios de comunicação de massa (rádio, cinema, TV) transformaram a cultura em uma mercadoria industrializada. O que antes era visto como esfera de liberdade e crítica social tornou-se um produto padronizado, destinado ao consumo em massa. Como observa Lima (2000, p. 13), a partir dos anos 1940 intensificou-se o debate sobre o poder e as consequências socioculturais desses novos meios de alcance massivo. Veja:

A partir da década de 1940, nos Estados Unidos, questão pouco frequente entre ensaístas, pensadores e pesquisadores sociais tornou-se assídua entre suas publicações. Tratava-se da importância e consequências socioculturais das mensagens transmitidas por canais, dotados de alto poder de alcance e/ou reprodução (...). (Lima, 2000, p. 13).

A indústria cultural promove uma padronização do pensamento e do comportamento, neutralizando a capacidade crítica dos indivíduos. Em vez de questionar a ordem social existente, as produções culturais da indústria servem para reforçá-la, oferecendo distrações e entretenimento que desmobilizam as massas e impedem a consciência crítica. As promessas de inovação, originalidade e liberdade individual na cultura de massa, segundo a Escola de Frankfurt, são ilusórias, pois, na realidade, a produção cultural é regida por padrões repetitivos e previsíveis que sustentam a dominação capitalista²⁹.

²⁹ De acordo com Kellner (2001, p. 44) “a Escola de Frankfurt inaugurou o estudo crítico da comunicação nos anos 1930 e combinou economia política dos meios de comunicação, análise cultural dos textos e estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa. Seus proponentes cunharam a expressão “indústria cultural” para indicar o processo de industrialização da cultura

Para Adorno e Horkheimer, a Indústria Cultural atua como um poderoso mecanismo de controle social. Ela padroniza produtos culturais, homogeneiza o pensamento e neutraliza a capacidade crítica dos indivíduos. Sua função, portanto, é reforçar passivamente a ordem social vigente, oferecendo uma falsa sensação de escolha e entretenimento que, na realidade, desmobiliza e aliena. Eles afirmam que "a barbárie estética consome hoje a ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito desde que foram reunidas e neutralizadas a título de cultura" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 123).

A mídia, nessa perspectiva, não é neutra. Ela é uma ferramenta para disseminar a ideologia das classes dominantes, selecionando narrativas e marginalizando outras. Opera sob a lógica do mercado, mercantilizando a cultura e esvaziando-a de seu potencial crítico. Conforme Adorno e Horkheimer (1985, p. 19), na Indústria Cultural, "o esclarecimento consiste aí, sobretudo, no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão". A mídia serve, assim, para legitimar relações de poder existentes, difundindo valores como consumismo e conformismo.

Esse processo leva à alienação. A cultura de massa, produzida em série, promove uma identificação passiva do público com seus produtos, distanciando os indivíduos de uma reflexão profunda sobre sua realidade. A arte perde seu caráter transformador, tornando-se uma fuga superficial. A padronização é evidente em fórmulas repetitivas (como em certos gêneros de cinema e TV) que inibem a inovação e reforçam o conformismo. Adorno (2008, p. 5-6) critica essa lógica, observando que o cinema e o rádio se auto definem como indústria, e seu lixo é legitimado pelo próprio fato de ser um negócio.

A Teoria Crítica também analisa como a mídia manipula a consciência pública. Ao enquadrar notícias e selecionar temas, ela molda a interpretação da realidade, criando uma "consciência falsa" que naturaliza as estruturas sociais desiguais. Isso se vincula à ideia de que "a ideologia dominante é, em cada época, a ideologia da classe dominante" (Marx; Engels, 2007, p. 47). A produção midiática, assim, opera de forma sutil para reproduzir os interesses das elites e inibir a crítica.

Essa crítica se estende à construção de hierarquias raciais. A ideologia dominante disseminada pela mídia hegemônica frequentemente reflete e reproduz uma visão de mundo branca e eurocêntrica. Como mostra Quijano (2005), a categoria "raça" foi historicamente construída para legitimar a dominação colonial. A Indústria Cultural, ao veicular estereótipos

produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema. Os teóricos críticos analisavam todas as produções culturais de massa no contexto da produção industrial, em que os produtos da indústria cultural apresentavam as mesmas características dos outros produtos fabricados em massa: transformação em mercadoria, padronização e massificação".

e estabelecer padrões de normalidade, contribui para a perpetuação dessas estruturas racistas, naturalizando desigualdades e apagando narrativas dissidentes. A crítica frankfurtiana, portanto, fornece um ferramental essencial para desnaturalizar o papel da mídia na manutenção não apenas da dominação de classe, mas também do racismo estrutural.

2.2 Reflexões frankfurtianas sobre mídias sociais no Brasil

As categorias analíticas da Escola de Frankfurt, formuladas no contexto da mídia de massa do século XX, revelam-se ferramentas poderosas para decifrar o ambiente midiático digital brasileiro. Longe de representar uma ruptura emancipatória, as plataformas digitais no Brasil reatualizam e potencializam a lógica da Indústria Cultural, adaptando-a a um contexto marcado por profundas desigualdades raciais e sociais. Neste ecossistema, a racionalidade instrumental, a padronização e a mercantilização da cultura se renovam pela mediação algorítmica, articulando-se com a persistente hierarquia racial.

As categorias analíticas da Escola de Frankfurt, formuladas no contexto da mídia de massa do século XX, revelam-se ferramentas poderosas para decifrar o ambiente midiático digital brasileiro. A internet, especialmente a partir da consolidação das plataformas digitais, reconfigurou profundamente a indústria da comunicação, atualizando e expandindo a lógica da Indústria Cultural descrita por Adorno e Horkheimer (1985).

A internet, especialmente a partir da consolidação das plataformas digitais, reconfigurou profundamente a indústria da comunicação, atualizando e expandindo a lógica da Indústria Cultural descrita por Adorno e Horkheimer. Se, no século XX, a indústria cultural se materializava no rádio, no cinema e na televisão, no século XXI ela se desloca para o ambiente digital, onde a produção, a distribuição e o consumo de conteúdos são mediados por plataformas algorítmicas e regidos pela lógica do engajamento, da dataficação e da monetização. A internet não é um meio neutro ou democratizante por essência; ela opera como uma indústria da comunicação hiperconcentrada e globalizada, onde poucas corporações (como Google/YouTube, Meta e Amazon) controlam a infraestrutura, os dados e os fluxos de atenção, reproduzindo assimetrias de poder e padronizando formas de expressão (Silveira, 2019; Bruno, 2013).

A promessa inicial de democratização radical da comunicação esbarra na estruturação algorítmica das plataformas. Estas organizam a visibilidade com base em métricas de engajamento e rentabilidade, não em diversidade ou interesse público. No Brasil, essa lógica frequentemente reforça vozes hegemônicas (majoritariamente brancas e situadas em centros de poder) e marginaliza conteúdos periféricos e antirracistas, criando um pluralismo truncado. Como analisa Silva (2022) o racismo algorítmico opera pela codificação de vieses e desigualdades sociais nos sistemas técnicos, onde narrativas racializadas são amplificadas sob o disfarce da neutralidade técnica.

Assim, a cultura digital torna-se uma extensão contemporânea da Indústria Cultural. Plataformas como YouTube, TikTok e Instagram submetem a produção cultural a uma lógica de produtividade e performance. Criadores negros e periféricos enfrentam barreiras adicionais, sendo pressionados a adaptar seus conteúdos a formatos padronizados e comercialmente viáveis. A pressão pelo engajamento gera uma homogeneização criativa, esvaziando o potencial crítico e confirmando a análise de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a cultura como um "sistema de imitação do absoluto".

A promessa inicial de democratização radical da comunicação esbarra na estruturação algorítmica das plataformas. Sérgio Amadeu (2022) discute o racismo algorítmico como uma expressão contemporânea da colonialidade do poder, na qual sistemas técnicos reproduzem e amplificam vieses discriminatórios presentes na sociedade. Já Tarcízio Silva (2020) investiga como plataformas como YouTube, Instagram e TikTok operam como dispositivos de visibilidade seletiva, privilegiando conteúdos e criadores que se alinham a padrões estéticos, políticos e econômicos hegemônicos, muitas vezes em detrimento de vozes negras, indígenas e periféricas. Diante disso, o presente estudo preenche essa lacuna ao analisar não apenas os vídeos, mas também os comentários da plataforma, revelando como a disputa discursiva sobre o racismo se atualiza na interação entre os usuários — dimensão frequentemente negligenciada pelas abordagens focadas exclusivamente nos algoritmos ou nos criadores de conteúdo.

Um mecanismo crucial de controle digital é a moderação de conteúdo. Apresentadas como medidas técnicas, suas políticas frequentemente atuam de forma seletiva, silenciando discursos antirracistas e periféricos sob alegações vagas. Esta prática configura uma censura velada que perpetua a invisibilidade de grupos racializados. Como observa Noble (2021, p. 58), as plataformas "moldam ativamente o que vemos e, por extensão, como pensamos". No Brasil, isso reforça o epistemicídio, suprimindo saberes que contestam a ordem racial.

A especificidade do caso brasileiro reside na interseção entre racialização e digitalização. A colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) manifesta-se nas próprias arquiteturas das plataformas, que naturalizam a branquitude como padrão de normalidade e legitimidade. Como analisa Sodré (2023), o racismo opera na mídia como um "fascismo da cor", um regime de visibilidade que estetiza a branquitude e inferioriza a negritude. Rer a crítica frankfurtiana a partir dessa experiência permite desvendar como a suposta neutralidade tecnológica encobre relações de poder onde a raça permanece um eixo estruturante.

Em síntese, a análise frankfurtiana sugere que as plataformas digitais no Brasil não são ferramentas neutras, mas espaços onde a Indústria Cultural se reconfigura, mantendo sua função de reproduzir desigualdades. A crítica auxilia a desnaturalizar a operação do racismo estrutural no cerne da comunicação digital. Essa compreensão prepara o terreno para a análise específica do YouTube — a principal plataforma de vídeos do país — como lócus privilegiado para observar a perpetuação dessa lógica na era algorítmica.

2.3 O YouTube enquanto mídia de massa

No século XXI, a forma como consumimos e produzimos conteúdo audiovisual sofreu uma revolução. Especificamente sobre o YouTube como objeto de pesquisa, estudos brasileiros têm destacado sua dupla face: espaço potencial de expressão diversificada e, ao mesmo tempo, mecanismo de reprodução de estereótipos e desigualdades.

Conforme Nascimento e Melo (2021), o YouTube se apresenta como um espaço contraditório onde, ao mesmo tempo que youtubers negras utilizam a plataforma para o ativismo e a valorização da estética negra, os comentários revelam a persistência do racismo estrutural por meio da infra-humanização e do branqueamento. O que pode evidenciar que o YouTube, constitui um campo de disputa simbólica onde se atualizam as estruturas racistas analisadas pela teoria crítica, exigindo uma investigação atenta às suas dimensões discursivas, algorítmicas e econômicas.

Na sociedade contemporânea, a internet consolida-se como um fenômeno sociotécnico sem precedentes. Mais do que uma infraestrutura material, ela assume o papel de mediadora central das relações humanas, redefinindo radicalmente o acesso à informação e os processos de democratização do conhecimento, conforme dito por Castells (1996, p.57), “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade”. Ao desafiar hierarquias tradicionais de saber, essa rede global não apenas alterou a produção e a circulação de conteúdos, mas também reestruturou as interações entre indivíduos e comunidades dispersas geograficamente.

No século XXI, a forma como consumimos e produzimos conteúdo audiovisual sofreu uma revolução. O surgimento do YouTube em 2005 foi um marco na democratização da produção midiática, transformando qualquer indivíduo com acesso à internet em potencial criador de conteúdo. Longe dos monopólios tradicionais das emissoras de TV e estúdios cinematográficos, plataformas como o YouTube permitiram que vozes diversas se multiplicassem, formando comunidades globais em torno de interesses variados. Tendo em vista essas transformações na comunicação digital, este capítulo busca analisar como o YouTube deixou de ser meramente uma plataforma de compartilhamento de vídeos para assumir o papel de uma verdadeira mídia de massa³⁰ contemporânea. — com influência

³⁰ O termo mídia de massa designa os meios de comunicação capazes de atingir um grande número de indivíduos de maneira simultânea - que é o caso do YouTube atualmente. Historicamente, esse conceito esteve associado a formatos como jornais, rádio e televisão - canais que se caracterizavam por operar sob um modelo de comunicação unidirecional, em que uma fonte institucional difunde mensagens a um público amplo e relativamente passivo.

cultural, econômica e política sem precedentes. Analisaremos suas características, seu funcionamento, sua relação com o público e o impacto que trouxe tanto para os meios de comunicação tradicionais quanto para a sociedade digital.

O YouTube, atualmente uma das principais plataformas de compartilhamento de vídeos, foi fundado em 2005 por três ex-funcionários do PayPal — Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. Em 2006, a plataforma foi adquirida pelo Google por aproximadamente US\$1,6 bilhão em ações, tornando-se um dos maiores fenômenos de comunicação do século XXI. O site não era apenas uma plataforma de compartilhamento de vídeos; ele representava o início de uma revolução nas formas de comunicação, no consumo de mídia e na construção de identidades sociais. Dessa forma, a plataforma cresceu rapidamente, adaptando-se e moldando as novas dinâmicas de produção e consumo cultural que emergiam no início do século XXI³¹.

Posteriormente, essa inicialização simples evoluiu para um modelo complexo de interação e produção cultural. No entanto, a ampliação do acesso à produção e distribuição de conteúdo alterou as formas de consumo de mídia. Assim, em vez de depender das grandes emissoras de televisão ou dos estúdios cinematográficos, os indivíduos passaram a ser tanto consumidores quanto criadores de conteúdo, facilitando a democratização do acesso, onde a produção de conteúdo não se encontrava mais restrita a uma elite cultural ou midiática, o que significa que um indivíduo, com recursos mínimos e uma plataforma como o YouTube, poderia alcançar milhares de pessoas ao redor do mundo, muitas vezes sem a mediação de instituições tradicionais. Dados estatísticos da empresa Statista revelam que o número de usuários ativos mensais no YouTube atingiu quase 2,5 bilhões em abril de 2024, tornando-se a segunda rede social mais popular da internet³².

Embora o YouTube tenha surgido como uma ferramenta de democratização da comunicação, à medida que se tornava uma plataforma globalmente dominante, passou a ser cada vez mais influenciado por lógicas econômicas capitalistas. Assim, o modelo de negócios

³¹ O número global de usuários do YouTube deverá aumentar continuamente entre 2024 e 2029, totalizando 232,5 milhões de usuários (+24,91%). Após o nono ano consecutivo de crescimento, estima-se que a base de usuários do YouTube alcance 1,2 bilhão de usuários e, portanto, um novo pico em 2029. Notavelmente, o número de usuários do YouTube tem aumentado continuamente nos últimos anos. Os números de usuários, mostrados aqui em relação à plataforma YouTube, foram estimados levando em consideração registros da empresa ou material de imprensa, pesquisa secundária, downloads de aplicativos e dados de tráfego. Eles se referem à média mensal de usuários ativos durante o período. Os dados mostrados são um trecho dos Indicadores-Chave de Mercado (KMI) da Statista. Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/forecasts/1144088/youtube-users-in-the-world>. Acesso em: 18/05/2025.

³² Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/statistics/1287137/youtube-global-users-age-gender-distribution/>. Acesso em: 03/03/2025.

da plataforma, baseado principalmente na monetização através de anúncios, criava uma dependência do engajamento do público, resultando em uma corrida pela visibilidade e, consequentemente, pela criação de conteúdo que fosse capaz de capturar e manter a atenção dos usuários. Assim, o algoritmo do YouTube, com seu sistema de recomendação, se tornou central para essa dinâmica, determinando quais vídeos se tornariam virais e, muitas vezes, estabelecendo novos padrões de sucesso na plataforma. O algoritmo, que favorece conteúdos com alta taxa de cliques, curtas durações e engajamento alto, passou a moldar o tipo de conteúdo produzido.

Paralelamente à lógica comercial, o YouTube também opera como um agente de regulação da comunicação. Suas políticas de moderação de conteúdo, embora justificadas sob alegações de combate à desinformação e violência, são aplicadas de forma muitas vezes arbitrária e sem transparência. Canais inteiros podem ser excluídos ou desmonetizados com pouca explicação, afetando diretamente a voz política e cultural de indivíduos e movimentos sociais (Suzor, 2019). Essa dupla função — de facilitador da expressão e censor silencioso — reflete a ambiguidade das plataformas digitais como espaços de disputa simbólica e política, cujas regras são definidas em grande parte por sistemas técnicos opacos e interesses corporativos (Gillespie, 2010).

A mídia de massa, tradicionalmente associada à difusão unidirecional de conteúdos por meio de canais centralizados — como televisão, rádio e jornais — passou por uma transformação radical com o advento das plataformas digitais. Hoje, o conceito precisa ser repensado diante da interatividade, da produção descentralizada e da mediação algorítmica. O YouTube, nesse sentido, apresenta características híbridas: permite a participação ampla dos usuários na produção de conteúdo, mas mantém mecanismos de controle e distribuição altamente centralizados, o que redefine as dinâmicas de poder no campo midiático. Segundo Adorno e Horkheimer (1947/1995), a mídia de massa³³ é entendida como parte integrante da chamada Indústria Cultural — um sistema que utiliza meios de comunicação em larga escala, como rádio, cinema, televisão e jornais, para produzir e disseminar conteúdos culturais de forma padronizada, orientados prioritariamente pelo interesse econômico. Nessa visão crítica,

³³ Conforme Thompson (2011, p. 50), “o termo “massa” é especificamente enganoso. Ele evoca a imagem de uma vasta audiência de muitos milhares e até milhões de indivíduos. Isto pode perfeitamente vir a calhar para alguns produtos da mídia, tais como os mais modernos e populares jornais, filmes e programas de televisão; mas dificilmente representa as circunstâncias de muitos produtos da mídia, no passado e no presente. (...) Assim, se o termo “massa” deve ser utilizado, não se pode, porém, reduzi-lo a uma questão de quantidade”. Ainda, o autor ainda traz que, “há um outro aspecto em que o termo “massa” pode enganar. Ele sugere que os destinatários dos produtos da mídia se compõem de um vasto mar de passivos e indiferenciados indivíduos”. (Thompson, 2011, p. 51). THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 12. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

a cultura perde sua autonomia e se transforma em mercadoria, destinada ao consumo em massa. A mídia, nesse contexto, atua como ferramenta central de reprodução de estruturas de poder e controle social no capitalismo, impondo padrões culturais que reforçam interesses comerciais e limitam a capacidade crítica do indivíduo, integrando-o passivamente à lógica do mercado. Essa perspectiva contrasta com definições convencionais da mídia de massa, como a apresentada por Wimmer e Dominick (2013), que a descrevem como simples canais de comunicação capazes de alcançar grandes públicos, enfatizando seu alcance técnico, mas ignorando suas dimensões políticas, ideológicas e sociais.

A Escola de Frankfurt, embora tenha desenvolvido suas críticas em um contexto anterior ao surgimento da internet, fornece importantes ferramentas analíticas que ajudam a compreender como a mídia digital perpetua a manipulação da consciência. A internet, embora pareça ser uma mídia mais democrática, também está sujeita às mesmas dinâmicas de mercado e controle corporativo que a mídia tradicional. Empresas de tecnologia, como o Google e a Meta, exercem grande controle sobre o fluxo de informações, direcionando a visibilidade dos conteúdos com base em interesses econômicos. Como Marcuse (1991) observa, “a tecnologia é a maior expressão da razão instrumental, que se torna uma forma de dominação, limitando as possibilidades de uma vida realmente humana”. Essa dominação se reflete como as plataformas digitais moldam a percepção pública, enfatizando a necessidade de uma análise crítica das estruturas de poder que permeiam o ambiente.

Conforme Thompson (2011, p. 61) “se a mídia alterou a nossa compreensão do passado, criou também aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”: nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”. Essa ideia é particularmente pertinente no contexto das plataformas digitais, como o YouTube, onde conteúdos audiovisuais não apenas informam, mas também estruturam maneiras de ver, sentir e interpretar a realidade. A produção em larga escala de vídeos — seja por criadores independentes, influenciadores ou canais institucionais — amplifica a circulação de narrativas que, muitas vezes, refletem interesses específicos, visões de mundo padronizadas ou agendas comerciais disfarçadas de entretenimento.

O YouTube, embora tenha democratizado a criação e o acesso ao conteúdo, também se tornou um espaço central na formação da mundanidade mediada, conceito proposto por Thompson (2009) - que se refere à forma como os meios de comunicação moldam nossa compreensão do mundo e das experiências sociais. Nesse contexto, as experiências dos usuários são filtradas por representações midiáticas impulsionadas por algoritmos, que

reforçam certos discursos e silenciam outros. A plataforma age como uma esfera pública híbrida - aberta, mas controlada; participativa, mas mercantilizada. A natureza visual e imediata do vídeo intensifica o impacto emocional e sensorial sobre o espectador, muitas vezes sem estimular o pensamento crítico. Assim, o YouTube influencia tendências culturais, posicionamentos políticos e a construção de identidades, atuando como uma nova mídia de massa que modela a realidade social sob lógicas tecnológicas e midiáticas. Isso destaca a necessidade de uma análise crítica sobre seus mecanismos e seus efeitos na sociedade contemporânea.

Em síntese, o YouTube surge como uma nova configuração da mídia de massa: descentralizada na produção, mas centralizada na distribuição; democrática na acessibilidade, mas assimétrica na visibilidade. Sua influência ultrapassa o mero entretenimento, moldando percepções, valores e identidades em escala global.

3. Análise Crítica do Discurso: teoria e aplicação

A Análise Crítica do Discurso (ACD) se configura como uma metodologia imprescindível para a compreensão das dinâmicas de poder, ideologia e desigualdade presentes nas interações discursivas, pois de acordo com Van Dijk (1997, p. 23, tradução nossa), “o discurso é uma parte inerente da sociedade e participa tanto das injustiças sociais quanto da luta contra elas”. Assim sendo, originada nos estudos da linguagem, a ACD ultrapassa a análise linguística tradicional ao investigar os discursos como práticas sociais que tanto refletem quanto reproduzem relações de poder. Ainda de acordo com Van Dijk (2008, p. 113):

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social.

Este capítulo se dedica a apresentar a ACD não apenas como um campo de estudo, mas como uma lente analítica fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos. Ao contextualizar o surgimento e a evolução dessa abordagem, será possível traçar suas conexões com os movimentos teóricos das ciências sociais, particularmente no que tange à crítica às estruturas de dominação e à reprodução de desigualdades por meio das práticas discursivas nos ambientes digitais.

Embora diversos autores tenham contribuído para a consolidação da ACD, como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk e Michel Foucault, este trabalho se concentrará especificamente nas contribuições de Fairclough, cuja perspectiva crítica e interdisciplinar revela-se particularmente relevante para a análise do discurso no ambiente digital. Através de suas obras, a ACD nos permite investigar como os discursos não são meras construções linguísticas, mas antes instrumentos que fazem parte de uma rede complexa de práticas sociais que produzem e reforçam hierarquias sociais, políticas e culturais. O que, de acordo com Van Dijk (1997, p. 33), “seguindo uma série de princípios característicos, a análise do discurso está, assim, conquistando seu próprio espaço nas humanidades e nas ciências sociais. Ela tem demonstrado ser capaz de oferecer insights sobre muitos fenômenos sociais e mentais que outras disciplinas podem ignorar ou negligenciar”.

A escolha da ACD como método de investigação neste trabalho se justifica pela sua capacidade única de iluminar as interações discursivas que atravessam as esferas de poder,

oferecendo uma visão mais holística dos processos sociais em jogo. Este capítulo, portanto, visa não apenas apresentar as bases teóricas da ACD, mas também demonstrar sua relevância na análise crítica de fenômenos sociais que, muitas vezes, estão imersos nas camadas mais sutis e complexas do discurso cotidiano.

Van Dijk (1997, p. 27, tradução nossa) destaca que:

Aos poucos, e ao longo das décadas de 1970 e 1980, os diversos ramos dos estudos da comunicação testemunharam uma crescente conscientização sobre a utilidade da análise detalhada do discurso, por exemplo, das mensagens da mídia de massa, bem como da comunicação interpessoal, intercultural ou empresarial. De fato, podemos esperar que as muitas sobreposições entre as preocupações dos estudos do discurso e da comunicação levem, no futuro, a uma maior integração ou até mesmo a uma fusão dessas diferentes abordagens da comunicação e do uso da linguagem.

A análise do discurso no YouTube, por exemplo, permite compreender como os produtores de conteúdo utilizam a linguagem não apenas para informar ou entreter, mas como uma estratégia de ação sobre o outro — seja para persuadir, engajar, emocionar ou criar pertencimento. No ambiente digital, marcado pela mediação de imagens, sons e algoritmos, cada fala é estratégica e busca produzir efeitos específicos no público.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 25), “falar é uma forma de ação sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo”, o que evidencia que os discursos presentes em vídeos na plataforma podem operar como práticas sociais, atravessadas por intenções, identidades e relações de poder. Assim, analisar esses discursos implica investigar como os youtubers mobilizam recursos linguísticos e paralinguísticos para interpelar seus espectadores e produzir sentidos que vão muito além da simples descrição da realidade.

A ACD propõe uma abordagem investigativa que vai além da superfície textual, buscando compreender como as práticas discursivas estão imbricadas em estruturas sociais desiguais.³⁴ No contexto digital, especialmente em plataformas como o YouTube, os discursos não apenas refletem realidades sociais, mas também as constroem, reforçam ou contestam. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar como determinadas representações são naturalizadas ou problematizadas por meio da linguagem. Conforme destacam Wodak e Meyer (2009, p. 10, tradução nossa), “a ACD visa estudar de maneira crítica a desigualdade social tal como é expressa, constituída, legitimada e assim por diante pelo uso da língua (ou discurso)”, evidenciando o papel central da linguagem na manutenção ou subversão das hierarquias sociais. Assim, a investigação discursiva nesse ambiente demanda uma postura

³⁴ Fairclough e Wodak (1977: 271-80) sintetizam os principais fundamentos da ACD da seguinte maneira: a ACD aborda problemas sociais; as relações de poder são discursivas; o discurso constitui a sociedade e a cultura; o discurso realiza um trabalho ideológico; o discurso é histórico; a relação entre texto e sociedade é mediada; a análise do discurso é interpretativa e explanatória; o discurso é uma forma de ação social. (2008, p. 115).

crítica diante das formas pelas quais o discurso contribui para a (re)produção de assimetrias de poder, especialmente em espaços que aparentam neutralidade ou informalidade comunicativa.

A construção de preconceitos e ideologias no âmbito social não ocorre de forma espontânea ou natural, mas sim como resultado de processos comunicativos e discursivos que moldam as percepções coletivas ao longo do tempo. Nesse sentido, os meios de comunicação, os discursos políticos e até mesmo as conversas cotidianas desempenham um papel central na formação dessas ideias. Conforme Van Dijk (2001, p. 147), "os preconceitos étnicos e as ideologias não são inatos (...). Eles são adquiridos e aprendidos, e isso em geral ocorre por meio da comunicação, por meio dos textos e das conversas", evidenciando que essas construções sociais são sustentadas e reproduzidas por práticas linguísticas que naturalizam desigualdades e exclusões.

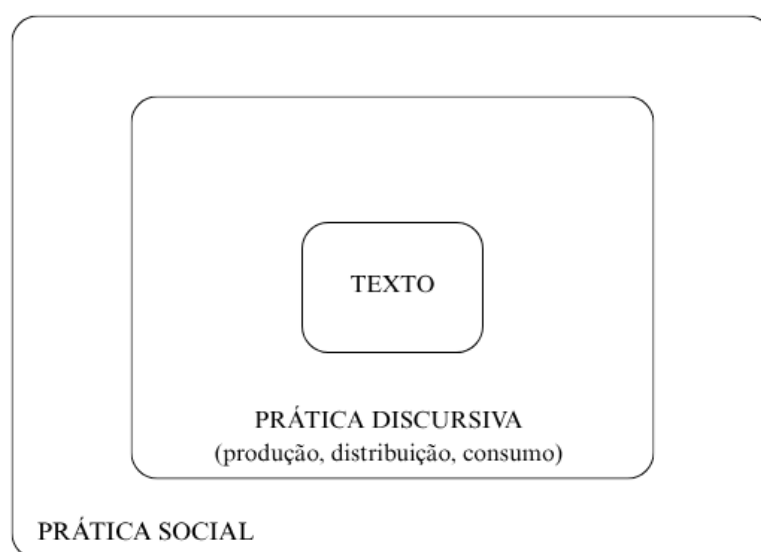
No contexto da análise do discurso, as mídias ocupam um papel central como espaços de circulação e legitimação de diferentes vozes sociais. Elas não apenas veiculam informações, mas também moldam os sentidos a partir das interações entre os diversos discursos que nelas transitam. Conforme Maingueneau (2015, p. 148), "as mídias são, ao mesmo tempo, uma zona entre o conjunto das áreas de produção discursiva de uma sociedade e um conjunto de lugares nos quais todos os discursos vêm se refletir, inclusive as próprias mídias, que cada vez mais entram em cena". Isso evidencia que as mídias funcionam como arenas discursivas nas quais se refletem e se ressignificam os discursos sociais, incluindo os próprios discursos midiáticos, que se tornam progressivamente autoconscientes e participativos na construção de suas narrativas.

Foi possível apresentar aqui a Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma ferramenta teórica e metodológica fundamental para compreender as dinâmicas de poder, ideologia e desigualdade presentes nos discursos veiculados no ambiente digital. Com base nas contribuições de autores como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk e Dominique Maingueneau, demonstrou-se que o discurso não é apenas um reflexo da realidade social, mas também um instrumento ativo na construção, reprodução ou contestação das relações de poder. A escolha da plataforma YouTube como locus de análise revela-se particularmente relevante no contexto contemporâneo, dada sua influência na formação de opinião pública e na circulação de representações sociais. Os discursos audiovisuais ali produzidos operam como práticas sociais performáticas, em que linguagem, imagem e som são estratégias mobilizadas para interpelar o público, construir sentidos e, muitas vezes, naturalizar preconceitos e hierarquias raciais. Dessa forma, Van Dijk (2008, p. 135), traz que "ainda que

o discurso possa parecer apenas “palavras”, a escrita e a fala desempenham um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo.”

3.1 Dimensões da Análise Crítica do Discurso conforme Fairclough

A ACD, desenvolvida por Norman Fairclough (1995), é uma abordagem interdisciplinar que investiga as relações entre linguagem, poder e sociedade. Seu objetivo central é compreender como os discursos, entendidos como práticas sociais, contribuem para a construção e reprodução de desigualdades sociais, culturais e políticas. A metodologia proposta por Fairclough baseia-se em três dimensões inter-relacionadas — texto, prática discursiva e prática social — que, embora ofereçam perspectivas distintas, só revelam seu pleno potencial quando analisadas de forma integrada. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos discursivos em suas múltiplas camadas, conforme observado abaixo na figura 1.



**Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso
Fairclough (1992, p. 73)
[tradução nossa]**

A primeira dimensão, denominada texto³⁵, refere-se ao produto linguístico concreto — palavras, frases, estruturas sintáticas e semânticas — que constitui o discurso propriamente dito. Nessa dimensão, o foco está na forma como o texto é estruturado, quais significados ele evoca e como esses significados são organizados de maneira a favorecer certas interpretações

³⁵ É importante deixar claro que, nunca se fala realmente sobre características de um texto sem alguma referência à produção e/ou interpretação. (Fairclough, 1992, p. 73)

em detrimento de outras, revelando posicionamentos ideológicos subjacentes. A análise textual examina os elementos linguísticos e semânticos do discurso, como escolhas lexicais, uso de metáforas e a construção das sentenças, buscando identificar as ideologias e valores subjacentes que influenciam o discurso. Dessa forma, de acordo com Fairclough (1992, p. 75):

A análise de texto pode ser organizada em quatro tópicos principais: “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura do texto”. Estes podem ser considerados em escala ascendente: o vocabulário lida principalmente com palavras individuais, a gramática lida com palavras combinadas em orações e sentenças, a coesão lida com a forma como as orações e sentenças são interligadas e a estrutura do texto lida com propriedades organizacionais em larga escala dos textos. [tradução nossa]

A segunda dimensão é a prática discursiva, que nas palavras de Fairclough (1992, p. 78) “envolve processos de produção, distribuição e consumo de textos, e a natureza desses processos varia entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais” [tradução nossa]. Ou seja, analisa-se quem está produzindo o discurso, como ele está sendo veiculado e recebido, e quem são os interlocutores ou destinatários do discurso. A prática discursiva investiga as relações de poder e as condições sociais que possibilitam e moldam a circulação de determinados discursos, focando nos contextos de produção e recepção. Essa dimensão busca entender o discurso como um produto social, refletindo as condições materiais e culturais que influenciam sua forma e seu conteúdo. Em relação a isso, Fairclough (1992, p. 75) pontua que:

(...) distingo outros três tópicos principais que serão usados na análise da prática discursiva em vez da análise de texto, embora certamente envolvam características formais dos textos: a “força” dos enunciados, ou seja, que tipos de atos de fala (promessas, solicitações, ameaças etc.) eles constituem a “coerência” dos textos e a “intertextualidade” dos textos. [tradução nossa]

Ainda Fairclough (2001, p. 35-36):

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre ‘pistas’ no texto.

A última dimensão é a prática social, que amplia a análise para o contexto mais amplo em que o discurso está inserido, considerando a sociedade como um todo. A dimensão da prática social busca compreender como os discursos se articulam com estruturas sociais, culturais e ideológicas mais amplas. Segundo Fairclough, o discurso não apenas reflete essas estruturas, mas também contribui ativamente para sua reprodução ou transformação, funcionando como um elemento constitutivo das relações de poder e das identidades sociais.

Sendo assim, Fairclough (1992, p. 86) aborda o discurso em relação à ideologia e ao poder, situando-o dentro de uma perspectiva em que o poder é compreendido como hegemonia, e as transformações nas relações de poder são vistas como lutas hegemônicas.

As três dimensões - texto, prática discursiva e prática social - estão profundamente interconectadas, e sua análise conjunta permite uma compreensão crítica dos eventos discursivos. O texto, como produto linguístico, é sempre o reflexo de práticas discursivas específicas, que por sua vez são influenciadas pelas práticas sociais que estruturam o contexto mais amplo. O discurso não existe isoladamente; ele é parte de um ciclo contínuo de produção e interpretação, sempre entrelaçado com as dinâmicas de poder e ideologia que caracterizam a sociedade. A tabela 2 a seguir traz uma definição das categorias analíticas:

Tabela 2 - Categorias de análíticas nas três dimensões

Dimensão	Categoria analítica	Foco da análise
1. Texto	Ordem de discurso textual	Linguagem, estrutura textual e estilo
2. Prática discursiva	Ordem de discurso discursiva	Produção, interpretação e circulação do texto
3. Prática social	Ordem de discurso social	Relação com estruturas sociais, ideologia e mudança social

Em suma, a ACD de Fairclough propõe uma forma de análise dos discursos como fenômenos sociais, interligando os micro e macro contextos que os envolvem. Ela nos permite não apenas entender como os discursos funcionam, mas também como eles são elementos ativos na construção de significados sociais e na perpetuação ou transformação das relações de poder.

3.2 Discurso como prática social

No campo da ACD, a compreensão do discurso vai além de sua concepção tradicional enquanto uma mera construção linguística. Nessa perspectiva, o discurso é conceituado como uma prática social dinâmica e multifacetada que tanto molda quanto é moldada pelas relações sociais nas quais está imerso. Essa abordagem teórica parte da premissa de que a linguagem não é um mero reflexo da realidade, mas um instrumento ativo na construção e reprodução de significados em contextos históricos e sociais. Portanto, o discurso não pode ser considerado algo isolado ou neutro, pois está profundamente entrelaçado às práticas e estruturas sociais que o sustentam e reproduzem. Conforme Resende e Ramalho (2006, p. 26):

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social.

Prática social, segundo autores como Bourdieu (1996) e Foucault (1972), refere-se às ações coletivas historicamente situadas que são produzidas e reproduzidas por meio de regras, valores e significados compartilhados. Nesse sentido, o discurso não ocorre em um vácuo, mas emerge de práticas sociais específicas, sendo ao mesmo tempo condicionado e condicionante dessas práticas. Assim, falar é sempre agir socialmente, pois as formas de dizer e escrever refletem e reforçam modos de pensar e estar no mundo legitimados por grupos dominantes ou contestados por grupos subalternos. Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p.21) práticas dizem respeito a “modos habituais, ligados a tempos e espaços específicos, nos quais as pessoas aplicam recursos (...) para agir juntos no mundo.” Desta forma, “as práticas são constituídas em toda a vida social — nos domínios especializados da economia e da política (...) da cultura, incluindo a vida do dia a dia.”

Essa dimensão social do discurso implica diretamente na forma como a ideologia se manifesta e opera nos textos e interações. Segundo Eagleton (1997), a ideologia opera muitas vezes de forma implícita, naturalizando certas visões de mundo e apagando alternativas. A linguagem, portanto, não apenas carrega valores ideológicos, mas também os legitima por meio de padrões discursivos recorrentes, como estereótipos, metáforas e categorizações. Essa operação ideológica no discurso é central para compreender como práticas discriminatórias ou desigualdades se mantêm como algo natural na sociedade.

A ACD entende a linguagem como um campo de disputa, onde grupos sociais em diferentes posições de poder buscam influenciar como o mundo é representado e interpretado. A forma como os indivíduos e grupos falam sobre si mesmos e sobre os outros não é apenas uma expressão de opinião, mas sim um reflexo das relações de poder que estruturam a sociedade. Em outras palavras, a linguagem não só transmite informações, mas também constrói e legitima identidades, práticas sociais e as próprias relações de poder existentes.

Além de sua natureza interacional e textual, o discurso deve ser analisado em sua dimensão histórica e material. Isso significa considerar que os sentidos construídos no discurso não surgem de forma aleatória, mas estão relacionados a condições históricas, econômicas e políticas concretas. Como destaca Foucault (1972), o discurso é atravessado por regimes de verdade que variam conforme o contexto histórico e que são produzidos por

instituições como a mídia, a escola, o Estado e a religião. Dessa forma, a análise crítica do discurso busca revelar essas condições de produção e seus efeitos de sentido no presente.

Dentro dessa perspectiva, o discurso se torna uma ferramenta central para a construção de significados. Ao falar sobre o mundo, os sujeitos discursivos (indivíduos ou coletivos que produzem e/ou circulam discursos) não estão apenas transmitindo um conjunto de ideias ou fatos objetivos, mas, sim, engajando-se em um processo de negociação de sentidos que pode reforçar ou subverter as estruturas de poder dominantes. Essa negociação discursiva contribui para a produção de identidades sociais e subjetividades, que são, por sua vez, influenciadas por fatores históricos, culturais e políticos.

Além disso, o uso da linguagem tem papel central na conformação das relações de poder. As formas discursivas não são neutras; elas revelam e reforçam as hierarquias sociais existentes, seja por meio de normas explícitas ou pela sutileza das representações. A maneira como determinados grupos ou práticas sociais são representados no discurso pode legitimar sua marginalização ou, inversamente, sua hegemonia. Portanto, ao ser compreendido como prática social, o discurso oferece uma ferramenta analítica fundamental para entender os mecanismos através dos quais o poder é exercido e contestado na sociedade.

Uma das contribuições centrais da ACD é reconhecer que o sujeito não é um agente autônomo e transparente, mas é constituído discursivamente. Como propõe Butler (2003), identidades não são inatas, mas performatividades construídas por meio de repetições discursivas e normativas. Assim, os indivíduos assumem papéis sociais e identitários dentro de limites estabelecidos pelos discursos hegemônicos — seja como gênero, classe, etnia, nacionalidade etc. A crítica ao discurso, nesse sentido, permite problematizar quais identidades são legitimadas e quais são silenciadas ou marginalizadas.

Ainda, conforme Fairclough (1997), as abordagens de análise do discurso podem ser agrupadas em duas categorias principais: críticas e não críticas. Enquanto as abordagens não críticas tendem a descrever o funcionamento do discurso de forma mais neutra, as abordagens críticas vão além da descrição, buscando revelar como o discurso está profundamente imbricado em relações de poder e ideologias.

A ACD, ao focar na análise crítica dessas dinâmicas discursivas, busca revelar como os discursos sociais não apenas refletem, mas também produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Dessa forma, ao investigar as formas pelas quais o discurso constrói realidades e identidades, a ACD se propõe a desvelar as formas de controle e resistência que operam nos processos de comunicação social.

A ACD se caracteriza por ser uma abordagem interdisciplinar, articulando conhecimentos da linguística, sociologia, filosofia, ciências políticas e estudos culturais. Essa pluralidade teórica permite uma análise mais rica e contextualizada dos fenômenos discursivos, possibilitando investigar como questões como racismo, sexismo, colonialismo e neoliberalismo se manifestam e se reproduzem por meio da linguagem. Ao mesmo tempo, essa interdisciplinaridade abre espaço para diálogos com movimentos sociais e agendas políticas emancipatórias.

Portanto, ao entender o discurso como prática social, a ACD oferece uma lente analítica capaz de revelar os mecanismos de dominação presentes nos textos e nas interações cotidianas. Mais do que isso, ela abre espaço para repensar as formas pelas quais falamos, pensamos e agimos no mundo, possibilitando novas maneiras de existir e conviver em sociedade. Nesse sentido, a crítica ao discurso torna-se crítica à própria ordem social — e, potencialmente, ferramenta de transformação.

Em resumo, a Análise Crítica do Discurso entende o discurso como uma prática social complexa, que vai além de um simples meio de comunicação, sendo um espaço de construção de significados, identidade e, fundamentalmente, de poder. A partir dessa ótica, o discurso torna-se um terreno crucial para a compreensão e a transformação das relações sociais em qualquer contexto.

3.3 Poder e ideologia no discurso

O discurso, em suas mais diversas formas, é uma ferramenta fundamental na construção e manutenção das relações sociais. Sua função não se limita a uma simples transmissão de informações ou ideias; ele é, antes de tudo, um meio pelo qual as estruturas de poder são exercidas, legitimadas e contestadas. Através do discurso, os grupos dominantes não apenas mantêm sua posição hegemônica, mas também moldam as percepções da realidade social. Assim, eles podem tanto reproduzir quanto desafiar as desigualdades que marcam as interações sociais.

Ao abordar o conceito de poder no discurso, é essencial compreender que ele não se restringe à força bruta ou à coerção explícita. Foucault (1976)³⁶, em suas reflexões sobre o poder, sugere que este não reside exclusivamente nas instituições ou nas autoridades, mas permeia toda a sociedade. De acordo com ele:

³⁶. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes 2005.

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa - mas, afinal de contas, em qualquer sociedade - múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (Foucault, 1976 a: 28).

O poder se exerce nas relações interpessoais, na definição do que é considerado normal ou desviante, no controle da linguagem e nas narrativas que legitimam determinadas práticas sociais. Assim, o discurso age como um mecanismo de internalização do poder, influenciando subjetividades e construindo identidades sociais. Nesse sentido, autores como Pierre Bourdieu³⁷ destacam como o uso da língua está vinculado ao capital simbólico, sendo um instrumento de dominação e distinção social.

Se o poder se manifesta através do discurso, ele o faz muitas vezes sob a forma de ideologia. Em relação à ideologia, ela desempenha um papel crucial na construção de discursos que naturalizam e legitimam as desigualdades sociais. A ideologia³⁸, conforme já citada anteriormente - entendida como um conjunto de crenças e valores compartilhados — é frequentemente invisível, atuando como uma lente através da qual o mundo é percebido e interpretado. Em muitos casos, a ideologia dominante serve para justificar a ordem social existente, apresentando-a como "natural" ou "inevitável". Autores como Louis Althusser (2007), por exemplo, mostram como os aparelhos ideológicos do Estado, como a escola e a mídia, são responsáveis por reproduzir e disseminar essas visões. Dessa forma, discursos que circulam em diferentes esferas da sociedade — desde os meios de comunicação até as práticas educacionais — são carregados de ideologia, contribuindo para a reprodução das hierarquias de classe, gênero, raça e outras formas de desigualdade. De acordo com Fairclough (1992, p.87):

³⁷ Pierre Bourdieu (2003) contribui para essa discussão ao introduzir o conceito de capital simbólico, mostrando como o uso da língua se torna um instrumento de poder e dominação. A língua dominante, muitas vezes associada à elite cultural, funciona como um mecanismo de exclusão simbólica, legitimando práticas sociais e mantendo certos grupos em posição de privilégio.

³⁸ Sobre o conceito de ideologia, é importante considerar contribuições. Louis Althusser (2007), por exemplo, propõe uma visão estruturalista da ideologia, entendendo-a como um sistema de representações que sustenta a reprodução das relações de produção. Para ele, a ideologia opera por meio dos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) - como escola, religião e mídia - moldando subjetividades e garantindo a aceitação da ordem social vigente. Outra perspectiva fundamental é a de Antonio Gramsci, para quem a ideologia está ligada ao conceito de hegemonia. Nessa abordagem, o grupo dominante não impõe apenas sua visão de mundo pela força, mas também por meio da construção de consensos culturais. O discurso hegemônico se apresenta como senso comum, integrando grupos subordinados em valores que legitimam a ordem existente (GRAMSCI, 2001). Já Slavoj Žižek (1989; 1997) atualiza a discussão sobre a ideologia, destacando sua operação nos registros do inconsciente e do desejo. Para ele, a ideologia não apenas distorce a realidade, mas também estrutura nossa experiência cotidiana, fazendo-nos agir como se certas condições fossem naturais ou inevitáveis - muitas vezes mesmo quando somos conscientes de sua artificialidade.

As bases teóricas que tenho em mente são três afirmações importantes sobre a ideologia. Primeiro, a afirmação de que ela tem uma existência material nas práticas das instituições, o que abre caminho para a investigação de práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a afirmação de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que o leva à visão de que um dos “efeitos ideológicos” mais significativos que os linguistas ignoram no discurso é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a afirmação de que “aparelhos ideológicos estatais” (instituições como a educação ou a mídia) são tanto locais quanto apostas na luta de classes, o que aponta para a luta no e sobre o discurso como um foco para uma análise do discurso ideologicamente orientada. [tradução nossa]

Contudo, o discurso também pode ser um espaço de resistência e transformação. Através de discursos alternativos, contra-hegemônicos ou críticos, grupos historicamente marginalizados podem contestar as relações de poder estabelecidas e propor novas formas de organização social. Antonio Gramsci (2001), ao falar de hegemonia, destaca esse processo como um campo de disputas contínuas, onde o senso comum é constantemente negociado e transformado. Nesse contexto, ACD surge como uma metodologia importante para revelar os mecanismos ideológicos subjacentes aos textos e interações, permitindo que se viabilize o que muitas vezes parece neutro ou inquestionável. No contexto das lutas sociais, por exemplo, o discurso de grupos subalternizados pode questionar e reverter narrativas dominantes, desconstruindo ideologias que sustentam a opressão e a exclusão.

Além disso, é importante reconhecer que o discurso também contribui para a construção e reforço de identidades sociais. Autores como Stuart Hall (2016) e Judith Butler (2003) destacam como categorias como raça, gênero e classe são produzidas e performatizadas no discurso, muitas vezes reforçando estereótipos e papéis sociais fixos. Essa produção identitária está profundamente imbricada com as relações de poder e com as representações ideológicas vigentes.

Em suma, a análise do poder e da ideologia no discurso revela as formas sutis e complexas pelas quais as desigualdades sociais são mantidas, mas também oferece pistas sobre as possibilidades de transformação. Portanto, a análise crítica do discurso é não apenas uma ferramenta de compreensão da realidade, mas também um instrumento político essencial para desconstruir hierarquias e promover transformações sociais.

3.4 Etapas e técnicas de análise

A realização da Análise Crítica do Discurso (ACD) nesta pesquisa estrutura-se em etapas metodológicas claras, empregando técnicas específicas ancoradas no modelo tridimensional de Norman Fairclough. Esta abordagem permite investigar não apenas os

sentidos superficiais do texto, mas também as relações de poder e ideologia nele imbricadas. A seguir, sintetizado há, respectivamente, o percurso metodológico, as ferramentas de análise e o quadro teórico-operacional indispensáveis.

A pesquisa segue as etapas canônicas da ACD. Inicia-se pela seleção do material discursivo, cuidadosamente escolhido para refletir as práticas sociais em estudo. Segue-se a fase de descrição, que consiste na minuciosa observação formal dos dados. A interpretação examina o processo de produção e consumo do discurso, considerando-o como uma prática discursiva. Por fim, a explicação situa o discurso em seu contexto social mais amplo, interrogando suas condições de distribuição e seus efeitos.

Para operacionalizar essa análise, conforme detalhado acima, adotam-se técnicas complementares. A análise linguística examina a estrutura formal do texto. A análise interacional analisa a interação e as relações sociais no discurso. Já a análise social foca em investigar o contexto macro que envolve o discurso. A escolha justifica-se pela necessidade de capturar tanto a estrutura textual quanto às estratégias argumentativas, alinhando-se ao objetivo de desvendar como se constrói e mantém uma possível hegemonia. Este procedimento é aplicado de forma integrada através da análise em três dimensões.

A Tabela a seguir explicita o modelo de análise tridimensional do discurso conforme Fairclough, que serve de alicerce para este estudo:

Tabela 3 - Análise tridimensional do discurso conforme Fairclough

Dimensão da análise	Objetivo/foco principal	Elementos examinados
Análise linguística	Examinar a estrutura formal do texto	Examina a materialidade linguística, incluindo a escolha de palavras, construção de frases, estrutura textual e uso de recursos como a intertextualidade. É o nível da descrição.
Análise interacional	Analisar a interação e as relações sociais no discurso	Analisa o discurso como prática situada, focando na interação entre participantes. Investiga como as escolhas linguísticas medeiam relações, ativam pressuposições e contribuem para a construção de sentidos que legitimam relações de força e poder. Aqui, observam-se os processos de produção, distribuição e consumo dos textos.
Análise social	Investigar o contexto macro que envolve o discurso	Situa a prática discursiva no contexto macro, investigando as orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas que a moldam e que ela, por sua vez, pode reproduzir ou contestar. É o nível da explicação, onde a ideologia e as estruturas de hegemonia são confrontadas.

Desse modo, ao percorrer essas etapas e aplicar essas técnicas na perspectiva tridimensional, a pesquisa visa a desnaturalizar o discurso, revelando suas conexões intrínsecas com a prática social mais ampla.

Ressalta-se que a mesma abordagem tridimensional de Fairclough foi aplicada à análise dos comentários dos vídeos escolhidos, com foco na dimensão da prática discursiva (produção, circulação, consumo) desses comentários, permitindo compreender como a interação entre usuários reproduz ou contesta as hierarquias raciais identificadas nos vídeos.

4. Desvelando o racismo: uma análise crítica do discurso no YouTube

A Análise Crítica do discurso (ACD) enquanto abordagem metodológica vinculada a intenção de desvelar relações de poder pode facilitar nossa análise sobre o racismo na plataforma. Essa perspectiva permite explorar não apenas as dimensões institucionais e culturais do racismo, mas também suas manifestações sutis nas interações cotidianas, especialmente nas plataformas digitais como as redes sociais e o YouTube. Ao aplicar a ACD ao estudo do racismo, torna-se possível identificar como esse fenômeno se articula, se reproduz e se perpetua por meio de discursos e práticas discursivas multifacetadas, que atuam em diferentes contextos sociais e comunicacionais. Assim, a análise revela como o racismo se insere de maneira estrutural e simbólica nas dinâmicas contemporâneas de comunicação.

A partir desse arcabouço teórico, que nos fornece as lentes necessárias para desvelar as relações de poder e os mecanismos de reprodução do racismo, daremos início agora à análise empírica, examinando concretamente como esses processos discursivos se materializam. Seguindo a linha de investigação já estabelecida anteriormente, focaremos nossa análise em exemplos específicos extraídos da plataforma. na tabela a seguir encontra-se os vídeos selecionados.

Tabela 4 - Descrição dos vídeos integrantes do corpus de análise

N.º	Título do vídeo	Canal	Data de publicação	Duração	N.º de visualizações	Palavras-chave
1	O Brasil depois da abolição da escravidão - ft Rael da Rima	Nostalgia	10/2/2021	13:27	3.130.257	Racismo estrutural Brasil realidade
2	A verdadeira origem do racismo no Brasil - Leandro Karnal	Cortes do Inteligência [oficial]	9/11/2023	14:34	1.948.500	Explicando o racismo no Brasil
3	Racismo reverso ou hipersensibilidade branca Papo rápido Papo de segunda	GNT	9/3/2021	22:00	72.2	Racismo reverso existe mesmo
4	Jones Manoel fala sobre o racismo no Brasil	Cortes Podcast 3 irmãos [Oficial]	15/07/2025	27:55:00	41.901	Democracia racial no Brasil
5	O Brasil é um país racista? Mc Carol Mude minha ideia Quebrando o Tabu	GNT	2/7/2019	23:46	750.1	Racismo no Brasil exagero
6	Existe racismo no Brasil? Leandro Karnal	Prazer, Karnal - Canal oficial de Leandro Karnal	22/11/2020	29:31:00	427.568	Racismo é invenção
7	5 fatos sobre o racismo no Brasil	Mínutos Psíquicos	10/6/2020	6:54	554.758	Luta antirracista
8	As cotas atrapalham o Brasil? Marcelo Madureira - Mude minha ideia Quebrando o Tabu	GNT	16/07/2019	27:10:00	389.11	No Brasil não existe racismo
9	Racismo reverso, BBB e outras ficções	Tempero Drag	4/3/2021	18:07	610.938	Mito da democracia racial
10	O que é racismo estrutural? Desenhando	QoT	1/8/2019	5:06	899.582	Dados do racismo no Brasil

Nota: Os dados de visualização apresentados na tabela acima foram coletados em 09/02/2026, podendo sofrer alterações posteriores.

Nesta seção faremos uma análise dos vídeos selecionados acima conforme as especificações já relatadas anteriormente. Para ilustrar como essas dinâmicas operam na prática, tomaremos como objeto de análise um número de 10 vídeos – com mais de 40 mil visualizações, duração entre 5 e 40 minutos e publicados entre 2019 e 2025. Desta forma, para capturar as estratégias discursivas de perpetuação racial, utilizaremos termos que refletem discursos de negação, inversão e naturalização do racismo. Para as formas de contestação, utilizaremos termos que expressam desnaturalização, problematização e resistência. Esta abordagem dialética — entendida aqui a partir das contribuições de Bakhtin (dialogismo e confronto de vozes sociais) e de Adorno (dialética negativa, sem síntese conciliadora) — permite analisar o campo discursivo em sua complexidade, confrontando teses e antíteses sem reduzi-las a uma falsa harmonia. A seguir daremos início à análise.

Os vídeos que reproduzem ou naturalizam hierarquias raciais, ainda que por vezes de forma sutil, compartilham características discursivas comuns. A análise permitiu identificar três estratégias principais que atuam na perpetuação do racismo: (a) a negação do racismo estrutural, (b) a inversão do ônus da prova e (c) a universalização abstrata da experiência racial.

a) A negação como mecanismo de perpetuação

A estratégia mais recorrente nos discursos de hierarquização é a negação da existência do racismo no Brasil ou sua minimização como fenômeno residual. O vídeo de Marcelo Madureira no quadro "Mude Minha Ideia" do Canal GNT ([Vídeo 8](#)) exemplifica essa operação. Ao afirmar "sou pela meritocracia" e "não consigo ver cor", Madureira mobiliza a ideologia da democracia racial em sua versão contemporânea: o racismo é apresentado como algo do passado ou como fruto de uma "hipersensibilidade" de quem o denuncia. Sua fala inicial é marcada por modalizações que atenuam a posição contrária às cotas — "eu acho que", "talvez", "não sei" —, mas que, paradoxalmente, revelam a fragilidade argumentativa de uma posição que desconsidera a materialidade das desigualdades raciais.

Apresento a seguir o recorte do discurso de Marcelo Madureira que exemplifica a estratégia de negação do racismo. O contexto do enunciado é o programa “Mude Minha Ideia” (GNT/Quebrando o Tabu), formato de debate em que um convidado defende uma posição controversa. No trecho que interessa à análise, Madureira afirma: “O que define uma pessoa ser negra, ser branca, ser mulata? [...] a ciência já provou que não existe nenhuma diferença” e “Para mim, o interessante é ser todo mundo igual”. Tais enunciados mobilizam a ideologia da democracia racial ao deslocar o problema do racismo social para uma suposta

igualdade biológica. Ademais, ao declarar “Eu sou pela meritocracia” e sugerir que o preconceito se deve “talvez por ser pobre”, o locutor minimiza o racismo estrutural, reduzindo-o a um reflexo da desigualdade de classe.

A análise textual do discurso de Madureira evidencia o uso de termos biológicos superados pela sociologia contemporânea, como “mulato” e “pardo claro”, que remetem a uma concepção racial baseada no fenótipo e na miscigenação como solução, em vez de reconhecer a negritude como identidade política. Como aponta Lilia Schwarcz (1994), a miscigenação no pensamento social brasileiro funcionava como um “conceito negociado” — elogiado como traço de originalidade nacional, mas utilizado na prática para legitimar o branqueamento, negar diferenças e postergar a plena cidadania da população negra e mestiça. Essa escolha lexical não é inocente: ela ancora-se no senso comum construído pelo mito da democracia racial e pela ideologia do branqueamento, que durante décadas moldaram o imaginário nacional — como discutem Florestan Fernandes (1965) e Kabengele Munanga (1999) ao analisar a miscigenação como estratégia de embranquecimento e apagamento da identidade negra.

A seção de comentários revela a força dos discursos de negação do racismo estrutural, frequentemente articulados por meio de narrativas meritocráticas e da deslegitimação das políticas de ação afirmativa. Comentários como “Kkkkkkkkkkk. Sempre os negros envergonhando os negros quem quer vai atrás. Sou negro e consegui tudo sem essas cotas nojentas.” e “Que vitimismo isso acontece na África nos EUA em todos lugares os negros estão reclamando mas fazem corpo mole.” operam uma falsa universalização da experiência individual, silenciando as desigualdades historicamente produzidas e reproduzidas pelas estruturas sociais. De modo semelhante, afirmações como “Nenhuma dessas pessoas foram escravizadas, tiveram as mesmas oportunidades que todos brasileiros e se sentem inferiores em vez de estudarem, as cotas em si mesmo é racista” constituem discursos de despolitização do racismo, pois o reduzem a experiências individuais e negam seu caráter histórico e estrutural. Dessa forma, tais enunciados atualizam e reforçam o mito da democracia racial, ao sugerirem que as oportunidades são distribuídas igualmente na sociedade brasileira.

Para comprovar como essa negação se materializa discursivamente, selecionamos um comentário paradigmático do [Video 8](#): “Kkkkkkkkkkk. Sempre os negros envergonhando os negros quem quer vai atrás. Sou negro e consegui tudo sem essas cotas nojentas.”.

Este comentário exemplifica a negação do racismo estrutural pela via da exceção individual. O usuário utiliza sua própria trajetória (supostamente) livre de discriminação para invalidar a realidade coletiva de milhões de negros brasileiros. Do ponto de vista da Análise

Crítica do Discurso, opera-se uma falácia de generalização apressada que silencia o dado estrutural. Ao mesmo tempo, a afirmação “*as cotas em si mesmo é racista*” revela adesão à ideologia meritocrática, desconsiderando que a desigualdade racial é produto de um sistema histórico, não de esforço individual. Este comentário confirma o diagnóstico frankfurtiano da semiformação (Halbbildung): o sujeito apropria-se de um dado individual para invalidar uma realidade estrutural, demonstrando um conhecimento fragmentado que serve à manutenção do status quo, não à emancipação.

No vídeo de Leandro Karnal intitulado “A verdadeira origem do racismo” disponível no canal Cortes do Inteligência [Oficial] ([Vídeo 2](#)), observa-se uma estratégia mais sofisticada de hierarquização, ainda que o autor se proponha a fazer uma crítica. Karnal utiliza uma abordagem histórica comparativa, distinguindo a escravidão antiga (não racial) da moderna (racializada). Conforme argumenta Leandro Karnal no [vídeo 2](#), a escravidão na Antiguidade (gregos, romanos, persas) não se estruturava com base na cor da pele ou na melanina, sendo a associação entre escravidão e características físicas um fenômeno típico da Idade Moderna, quando a população escravizada no mundo ocidental passou a ser majoritariamente negra. No entanto, ao universalizar o racismo como um problema da humanidade, sua análise tende a diluir a especificidade do racismo estrutural brasileiro. Como observado na análise, seu lugar de fala (homem branco, intelectual) pode reproduzir uma epistemologia branca sobre o racismo, desautorizando vozes negras a definirem o que é racismo — na medida em que a autoridade para definir o que é racismo permanece centralizada em vozes hegemônicas, mesmo quando estas se propõem críticas.

Grande parte dos comentários reforça a posição do autor (“sensato”, “equilibrado”), enquanto poucos questionam a ausência de vozes negras. Um comentário paradigmático de resistência afirma: “*Um branco explicar racismo e história negra é bárbaro*”. Este comentário aponta para uma tensão crucial: a dificuldade de estabelecer alianças sem reproduzir hierarquias. Por outro lado, comentários que deslegitimam o conteúdo pela rotulação ideológica — “*Agora eu tenho certeza, é mimimi mesmo*” — aparecem em praticamente todos os vídeos, funcionando como um atalho para desqualificar o argumento sem engajamento.

b) A inversão do ônus da prova: o “racismo reverso”

Outra estratégia recorrente é a invocação do conceito de “racismo reverso” como forma de deslegitimar as lutas antirracistas. O vídeo do canal Tempero Drag intitulado Racismo reverso, BBB e outras ficções ([Vídeo 9](#)) dedica-se precisamente a desmontar essa

noção, mas a sua própria existência demonstra a centralidade desse discurso no debate público. A análise do vídeo mostra como a youtuber precisa retroceder a argumentos básicos - como a listagem de leis racistas na história brasileira - para refutar a ideia de que brancos podem ser vítimas de racismo. Como ela afirma: *“Não existe racismo reverso porque nunca existiu no planeta um sistema de segregação, apartheid, genocídio da população branca”*.

O conceito de "racismo reverso" opera uma inversão lógica: equipara discriminação individual (que pode atingir qualquer pessoa) a um sistema histórico de opressão que nunca institucionalizou privilégios para negros. Como aponta a análise do [Vídeo 9](#), se não houve institucionalização do privilégio negro, não pode haver racismo contra brancos. Essa estratégia discursiva, ao falsear a simetria entre grupos racialmente hierarquizados, contribui para a manutenção do status quo, na medida em que desvia a atenção das desigualdades estruturais para casos isolados de suposta "discriminação às avessas".

Os comentários do vídeo do Tempero Drag e do Papo de Segunda ([Vídeo 3](#)) são campos de batalha sobre este tema. Um comentário típico da posição de hierarquização afirma: *“Racismo reverso existe sim. Putz véi. Minha irmã é branquela e sem ser racista claro, mas a maioria dos alunos da escola em que ela estudava eram assim. Fora que as meninas invejavam ela demais por ela ser quieta e calada e elogiada (...)”*. Este comentário equipara um xingamento a um sistema de opressão histórica, exatamente o ponto que a apresentadora desmonta. A força desse comentário está na sua ancoragem em uma experiência de dor subjetiva, que para o interlocutor parece inegável. Outro comentário revela confusão conceitual: *“Lumena foi racista sim com a Carla Diaz”* — denuncia um ato de discriminação individual, mas utiliza a categoria errada, o que pode enfraquecer a luta antirracista ao equiparar violências de diferentes ordens.

Para evidenciar a persistência dessa inversão, apresentamos outro comentário recorrente no [Vídeo 3](#): *“Racismo não é negrofobia, e preconceito contra uma raça diferente, ou seja, brancos podem sofrer racismo, e isso acontece, porém isso acontece com 1% dos brancos, e não é porque acontece menos que deve ser ignorado, isso é passar pano pra racista, e sim a Lumena foi racista, e racismo reverso não é racismo com porque RACISMO COM BRANCO É RACISMO.”*

Este comentário evidencia a confusão conceitual entre discriminação individual (que pode ocorrer em qualquer direção) e racismo estrutural (que exige um sistema histórico de opressão institucionalizada). Ao equiparar um xingamento a séculos de escravidão e exclusão, o comentário despolitiza o conceito de racismo e contribui para a manutenção do status quo. Sob a perspectiva frankfurtiana, essa operação discursiva é um exemplo da razão instrumental

aplicada ao debate racial: reduz-se a justiça a uma igualdade formal abstrata entre indivíduos, ignorando as condições históricas e materiais que produzem desigualdades assimétricas. A razão instrumental, ao desconsiderar a dimensão histórica da opressão, torna-se ela mesma um instrumento de dominação racial.

c) A universalização abstrata da experiência racial

Uma terceira estratégia identificada na perpetuação do racismo é a universalização da experiência racial, que opera apagando as diferenças estruturais entre grupos. No vídeo de Karnal ([Vídeo 6](#)), "Existe racismo no Brasil?" presente no próprio canal do historiador intitulado Prazer, Karnal — Canal oficial de Leandro Karnal, observa-se um esforço pedagógico importante — o autor reconhece o racismo estrutural, utiliza conceitos como "privilégio da branquitude" e "lugar de fala", e chega a afirmar categoricamente que "o Brasil é um país racista, sim". No entanto, a análise da prática discursiva revela que, apesar do conteúdo crítico, o formato e a posição social do produtor podem reforçar uma dinâmica de autoridade branca sobre a questão racial.

Karnal alterna entre o uso de "nós" ("nós podemos pensar") e "eu" ("eu, Leandro, jamais fui seguido"), construindo uma identidade compartilhada com o público brasileiro, mas simultaneamente marcando seu lugar de homem branco que não experimenta o racismo. Essa estratégia, embora honesta, pode ter o efeito de centralizar no intelectual branco a mediação do debate racial, ainda que ele próprio reconheça os limites de seu lugar de fala e transfira autoridade para as vítimas ("pergunte aos negros").

Para demonstrar como essa universalização abstrata é recebida e por vezes reforçada nos comentários, selecionamos duas falas contrastantes do [Vídeo 6](#):

Comentário 1: *“Sensato e necessário como sempre!”*

Comentário 2: *“Sou negra, graduada em licenciatura em História e casada com um Analista Ambiental Federal. Por vivermos um padrão social de certo conforto sinto constantemente a estranheza de meus vizinhos de bairro quando ousar frequentar os ambientes sociais comuns como academia do bairro ou escola particular dos meus filhos. Sofro como qualquer negro neste país o estigma de ser negra demais para estar em certos ambientes. Também é comum quando me declaro negra em conversas com algumas pessoas mais próximas, tentarem me "consolar" afirmando que eu não sou tão negra, apenas "clarinha" . Racismo no Brasil existe, nega-lo apenas faz parte desta dramática e triste realidade vivida por um de nós, negros e negras brasileiros.”*

O primeiro comentário revela o efeito da universalização abstrata: o espectador lê o discurso de Karnal como isento porque o professor branco fala de racismo sem a suspeita do envolvimento emocional. Essa percepção confirma o mecanismo de hierarquização epistêmica: a voz branca é vista como neutra e racional; a voz negra, como suspeita de “vitimismo”. O segundo comentário, por sua vez, é um contra-discurso testemunhal que rompe a universalização abstrata ao trazer a materialidade da experiência racial. Ele confirma o que a análise aponta: a universalização abstrata silencia as assimetrias concretas. Do ponto de vista frankfurtiano, essa dinâmica ilustra como a indústria cultural digital pode domesticar a crítica: mesmo um conteúdo explicitamente antirracista, ao ser mediado por uma voz hegemônica, corre o risco de ser consumido como entretenimento esclarecido que não exige transformação subjetiva ou política.

A análise aponta que o vídeo opera dentro de uma crítica liberal ao racismo, focada na desconstrução intelectual, sem apontar para ações coletivas ou reparações.

Em contraponto aos discursos de perpetuação do racismo, os vídeos que contestam o racismo estrutural mobilizam estratégias igualmente identificáveis: a fundamentação empírica em dados, o testemunho em primeira pessoa, a articulação teórica conceitual e a pedagogia crítica. Essas estratégias, embora distintas, frequentemente se combinam para produzir narrativas de resistência.

a) Ancoragem empírica e autoridade estatística

O vídeo "5 fatos sobre racismo no Brasil" do canal Minutos Psíquicos ([Vídeo 7](#)) exemplifica o uso estratégico de dados para desnaturalizar o racismo. Organizado em formato de lista numerada, o vídeo apresenta cada fato como asserção categórica: *"Fato número 1 - o racismo contra pessoas negras no Brasil está profundamente enraizado no modo como a nossa sociedade funciona"*. A estrutura de lista cumpre aqui uma função retórica específica — não no sentido pejorativo, mas como técnica persuasiva: apresentar o racismo não como opinião, mas como realidade empiricamente verificável, em sequência didática e memorável.

A análise do vídeo revela o uso recorrente de estatísticas - *"75% das pessoas que morrem em ações policiais são negras"*, *"2,7 mais chances de serem assassinadas"* - e referências institucionais — *"estudo conduzido por pesquisadores das universidades de Cambridge, Oxford e do Espírito Santo"*. Essa fundamentação empírica confere autoridade ao discurso e opera como contra-narrativa ao negacionismo racial. A voz narrativa em off, sem apresentador visível, constrói uma impessoalidade que reforça a objetividade pretendida: os fatos falam por si.

No vídeo de Jones Manoel, um corte do canal Cortes Podcast 3 irmãos [oficial] cujo título se chama Jones Manoel fala sobre o racismo no Brasil ([Vídeo 4](#)), a fundamentação empírica assume a forma de comparação histórica entre Brasil e Estados Unidos. Ao contrastar os dois contextos, Jones evidencia a especificidade do racismo brasileiro - menos baseado em leis explícitas de segregação, mais operante por meio de uma "chave ideológica" de negação. Ele afirma: *"No Brasil se criou o crime perfeito. [...] Quando começava a ter uma radicalização, uma organização maior do movimento negro, eles viravam a chave, criam o mito da democracia racial"*.

Para comprovar como essa estratégia é apropriada pelos espectadores, selecionamos um comentário do [Vídeo 7](#): *"As pessoas mentem, os dados revelam."*

Este comentário demonstra a eficácia da ancoragem empírica. O espectador não apenas reproduz o dado, mas o utiliza como munição discursiva para confrontar

negacionistas. A operação “os dados revelam” desloca o debate do campo da opinião para o campo dos fatos, desarmando a retórica da “hipersensibilidade”. Do ponto de vista da teoria crítica, essa estratégia responde diretamente à semiformação: ao fornecer dados sólidos, o vídeo e seus comentários combatem o conhecimento fragmentado que alimenta a negação do racismo. No entanto, Adorno alertaria que o mero acúmulo de informações não garante transformação; é preciso que o dado se converta em consciência crítica e ação. Os comentários que se limitam a ecoar os dados sem avançar para a convocação política correm o risco de permanecer no nível da informação estéril.

Comentários frequentemente ecoam os dados apresentados, utilizando-os como munição discursiva: “As pessoas mentem, os dados revelam.”. Outro comentário internaliza o conteúdo e o reposiciona como contra-argumento: *“Quando começarem a lotar a sacola, reclamando das cotas para negros, utilizem a lei de 1968, mencionada pela apresentadora. Aliás, competentíssima.”*. Aqui, o comentário não apenas valida o vídeo, mas demonstra apropriação ativa do conhecimento.

b) O testemunho como contra-discurso

O testemunho em primeira pessoa emerge como estratégia poderosa de contestação, particularmente nos vídeos protagonizados por pessoas negras. No debate mediado por MC Carol presente no canal GNT cujo vídeo tem como título O Brasil é um país racista? MC Carol | Mude minha ideia | Quebrando o tabu ([Vídeo 5](#)), a artista utiliza relatos de violência policial, humilhação em blitz e exclusão em espaços de elite para confrontar a negação do racismo. Ela afirma: “A senhora nunca vai ser colocada deitada no chão numa blitz. Eu fui colocada deitada no chão, oferecendo o meu documento, sendo xingada de todos os nomes que você possa imaginar”. Sua fala é carregada de indignação, o que reforça seu caráter performático e político - a performance da raiva não é teatral, mas sim uma encenação retórica que confronta a neutralidade exigida de corpos negros em espaços brancos. Por performativo e político entende-se: a performance da raiva não é teatral, mas sim uma encenação retórica que confronta a neutralidade exigida de corpos negros em espaços brancos — é política porque denuncia estruturas de poder e mobiliza o espectador a tomar posição.

Ao responder a argumentos como “racismo é vitimismo” ou “problema é social, não racial”, Carol desestabiliza a neutralidade discursiva dos interlocutores brancos, expondo como a experiência vivida constitui uma forma de conhecimento.

No vídeo do Canal GNT intitulado Racismo reverso ou hipersensibilidade branca | Papo rápido | Papo de segunda ([Vídeo 3](#)), o testemunho é coletivo: participantes negros compartilham experiências e constroem argumentos em diálogo. A análise destaca o uso de metáforas potentes como "pacto narcísico da branquitude" e "ferida aberta", que traduzem conceitos abstratos em imagens de forte apelo emocional. O formato dialógico, com relatos que se complementam, produz um efeito de validação mútua e construção coletiva de saber, contrastando com a autoridade individual típica dos discursos hegemônicos.

Para comprovar como o testemunho se desdobra nos comentários, selecionamos uma fala de espectadora e um comentário do [Vídeo 5](#):

Transcrição da fala de MC Carol ([Vídeo 5](#)): *“A senhora nunca vai ser colocada deitada no chão numa blitz. Eu fui colocada deitada no chão, oferecendo o meu documento, sendo xingada de todos os nomes que você possa imaginar. E aí, isso é vitimismo?”*

Comentário presente no [Vídeo 5](#): *“Um homem branco andando de chinela ou de qualquer jeito no shopping não chama tanta atenção como o negro do mesmo jeito, mesmo que os dois tenham a mesma classe social. Outra coisa que ela falou que o negro no carro chique se for parado, vai chamar atenção tbm. Do mesmo jeito. Lembro de um caso da delegada negra que foi convidada a sair da loja ZARA no shopping.”*

A fala de MC Carol opera como contra-discurso porque: (1) ancora-se em experiência vivida, não em abstração; (2) confronta diretamente o interlocutor branco, quebrando a neutralidade exigida em espaços hegemônicos; (3) expõe a materialidade da violência racial como contraponto à narrativa de “harmonia racial”. O comentário da espectadora, por sua vez, transforma a seção de comentários em uma comunidade de testemunho e validação mútua. Ao narrar a dor e encontrar eco em outras vozes, o sujeito rompe o isolamento e a individualização do sofrimento, transformando experiência pessoal em evidência de um problema coletivo. Sob a perspectiva frankfurtiana, essa apropriação da plataforma para a construção de solidariedade horizontal representa uma brecha na lógica da indústria cultural: ainda que o sofrimento possa ser cooptado como mercadoria emocional, a formação de redes de reconhecimento mútuo aponta para um potencial emancipatório que Adorno e Horkheimer talvez tenham subestimado.

c) A articulação teórico-conceitual

A mobilização de conceitos das ciências sociais e da teoria crítica racial constitui outra estratégia central nos discursos de contestação. No vídeo do canal QoT “O que é racismo estrutural | Desenhando” ([Vídeo 10](#)), destinado a um público infantojuvenil, a complexidade

do racismo estrutural é traduzida em linguagem acessível: “O racismo é uma forma de discriminação que tem raça como alvo, que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, como um conjunto de hábitos, situações ou falas embutidas em nossos costumes”. O formato “desenhando” opera como tradução intersemiótica, permitindo que conceitos antes restritos à academia cheguem a públicos amplos.

No vídeo do Tempero Drag ([Vídeo 9](#)), a articulação teórica é explícita e sistemática. A youtuber cita diretamente autores como Silvio Almeida, Lia Vainer Schucman e Lilia Schwarcz, e lista leis racistas na história brasileira — de 1837 a 1968 - como prova material da ação deliberada do Estado na perpetuação da desigualdade racial. A análise destaca o impacto da menção à lei de 1968, que estabelecia 80% de cotas em universidades, a chamada Lei do Boi: este achado desarma o argumento liberal contra cotas raciais, mostrando que as elites brasileiras sempre usaram cotas, mas para si mesmas.

Para demonstrar como essa articulação é apropriada pelos espectadores, selecionamos dois comentários do [Vídeo 9](#) e um do [Vídeo 10](#):

Comentário 1 ([Vídeo 9](#)): *“Quando começarem a lotar a sacola, reclamando das cotas para negros, utilizem a lei de 1968, mencionada pela apresentadora. Aliás, competentíssima.”*

Comentário 2 ([Vídeo 9](#)): *“Adoro teus vídeos porque não são meras opiniões... com referências e tudo. Amo.”*

Comentário 3 ([Vídeo 10](#)): *“Video excelente Quero passar para meus alunos quando as aulas presenciais voltarem”*

O primeiro comentário assume a função de educar outros leitores, posicionando o comentarista como mediador do conhecimento e deslocando a autoridade do produtor do vídeo para a “comunidade esclarecida” que habita os comentários. O segundo comentário demonstra a apropriação ativa do conhecimento: o espectador não consome passivamente, mas busca aprofundamento nas fontes, convertendo o consumo de vídeo em um projeto de formação intelectual. O terceiro comentário revela o potencial pedagógico da plataforma: o vídeo torna-se ferramenta de ensino em sala de aula, alcançando públicos que não buscariam ativamente por esse conteúdo. Sob a perspectiva frankfurtiana, essa estratégia representa uma apropriação crítica das ferramentas da indústria cultural para fins emancipatórios, ainda que sempre sob o risco de cooptação e domesticação.

Comentários que assumem a função de educar outros leitores aparecem em quase todos os vídeos: *“Difícil é que depois de toda essa explicação maravilhosa, ainda terá quem diga que para criar termos basta querer, não precisa de ciência, que acha que para ser*

racista basta ofender o outro pela cor, sem pensar na estrutura social racista e em conceitos milimetricamente estudados para definir isso. Mas, eu tenho fé que pelo menos quem quer aprender, se esforce". Este comentário posiciona o leitor como alguém que precisa ser educado e o comentarista como um mediador do conhecimento, deslocando a autoridade do produtor do vídeo para a "comunidade esclarecida" que habita os comentários.

d) A pedagogia crítica e a interpelação do espectador

Por fim, os vídeos de contestação frequentemente assumem uma função pedagógica explícita, buscando não apenas informar, mas transformar o espectador. No vídeo de Karnal ([Vídeo 6](#)), a interpelação direta ao público branco — "você acha que não é racista?" — cria um efeito de responsabilização individual que, combinado com a exposição das estruturas, pretende mobilizar para a ação antirracista.

No vídeo "5 fatos" ([Vídeo 7](#)), a conclusão opera uma transição da exposição para a convocação: "é necessário que todos nós tenhamos uma postura antirracista ativa e explícita". O uso do "nós" no final cria uma comunidade interpretativa que inclui produtor e espectador, convidando este último a assumir uma posição no debate. O call to action típico do YouTube — "clique no joinha, inscreva-se" — é aqui ressignificado como parte de um projeto pedagógico mais amplo: o engajamento com o canal é também um compromisso com a continuidade do aprendizado.

Para comprovar os efeitos dessa pedagogia, selecionamos comentários do [Vídeo 6](#) e do [Vídeo 7](#):

Comentário 1 ([Vídeo 6](#)): *"Depois de te ouvir Profº Karnal, não serei mais a mesma pessoa. Gratidão pela aula de humanidade e sobrevivência!."*

Comentário 2 ([Vídeo 7](#)): *"Vídeos que deveriam passar nas escolas"*

Comentário 3 ([Vídeo 6](#)): *"Não conheço o sr karnal nem sua influência mas até aposto que segue ideologias de extrema esquerda."*

O primeiro comentário ilustra o efeito pretendido da pedagogia crítica: o espectador branco reconhece seu lugar de privilégio e manifesta disposição à mudança, ainda que no nível individual. O segundo comentário reforça a demanda por institucionalização desse saber, ecoando a luta histórica pela inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar (Lei 10.639/2003). O terceiro comentário, por sua vez, revela o limite dessa pedagogia: há resistências que não são abaladas pelo apelo à razão ou aos dados, confirmando

o diagnóstico frankfurtiano de que a indústria cultural pode produzir bolhas ideológicas onde o espectador busca apenas a confirmação de suas crenças prévias. A guerra de likes e dislikes, mediada pelo algoritmo, tende a amplificar vozes antagônicas e a criar câmaras de eco, em vez de promover o debate racional. A transformação do sofrimento em mercadoria também aparece aqui: o comentário de boa-fé (“*não serei mais a mesma pessoa*”) pode ser consumido como entretenimento moral, sem necessariamente gerar ação transformadora.

A análise dos dez vídeos revela um campo discursivo marcado por intensa disputa simbólica. De um lado, discursos que reproduzem hierarquias raciais operam por meio da negação, da inversão e da universalização abstrata, frequentemente ancorados em ideologias como a meritocracia e o mito da democracia racial. De outro, discursos de contestação mobilizam dados empíricos, testemunhos, teoria crítica e pedagogia para desnaturalizar o racismo e convocar à ação.

É importante notar que essas duas posições não são mutuamente excludentes em um mesmo vídeo. O caso de Leandro Karnal ([Vídeo 6](#)) é exemplar: embora seu discurso seja explicitamente antirracista e utilize conceitos sofisticados, a análise da prática discursiva revela tensões relacionadas ao lugar de fala e à autoridade epistêmica. Isso evidencia que a contestação ao racismo no YouTube não é uma questão de conteúdo apenas, mas também de posição social dos produtores e das condições de produção e circulação dos discursos.

A análise também aponta para a dualidade do YouTube como plataforma: ao mesmo tempo que reproduz a lógica da indústria cultural - formatação padronizada, busca por engajamento, monetização —, abre espaços para discursos contra-hegemônicos que, de outra forma, dificilmente alcançariam visibilidade massiva. O vídeo do canal Desenhando ([Vídeo 10](#)), com sua proposta de alfabetização racial de uma forma diferente, e o vídeo do Tempero Drag ([Vídeo 9](#)), com sua erudição acessível, são exemplos de apropriação crítica das ferramentas da indústria cultural para fins emancipatórios.

No próximo capítulo, aprofundaremos essa reflexão, interpretando os achados à luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt e discutindo o papel do YouTube na perpetuação e contestação do racismo estrutural na sociedade brasileira contemporânea

5. O papel do YouTube na perpetuação do racismo estrutural sob a perspectiva frankfurtiana

Nos últimos anos, com o avanço das plataformas digitais de conteúdo, o YouTube consolidou-se como uma das maiores ferramentas de disseminação de informação e entretenimento no mundo contemporâneo. Sua suposta natureza democratizante, ao permitir que qualquer indivíduo crie e compartilhe conteúdos, parece promover uma aparente diversidade de vozes e representações. No entanto, por trás dessa aparente neutralidade tecnológica, escondem-se dinâmicas sociais profundamente marcadas por estruturas históricas de poder, opressão e exclusão.

Este capítulo investiga criticamente o papel do YouTube na reprodução e perpetuação do racismo estrutural, utilizando como lente teórica a Escola de Frankfurt — especialmente autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse — cujas reflexões sobre cultura de massa, indústria cultural e razão instrumental revelam-se particularmente relevantes para compreender os mecanismos ideológicos em operação nas plataformas digitais. A partir dessa perspectiva crítica, analisamos como os algoritmos, as recomendações automatizadas e a própria arquitetura de organização do conteúdo audiovisual podem reforçar estereótipos raciais, amplificar discursos de ódio e normalizar a desumanização de grupos historicamente marginalizados. Ao final, pretendemos evidenciar que, longe de ser meramente uma ferramenta técnica, o YouTube atua como um campo simbólico onde se reproduzem e se atualizam velhas formas de dominação racial sob novas roupagens tecnológicas.

A categoria central legada por Adorno e Horkheimer (1985) para a compreensão dos meios de comunicação de massa é a de "indústria cultural". Os autores frankfurtianos argumentavam que, nas sociedades capitalistas avançadas, a cultura havia se transformado em mercadoria, produzida em série e destinada ao consumo massificado. Essa produção padronizada, longe de promover a emancipação dos indivíduos, operava como mecanismo de controle social, neutralizando a capacidade crítica e reforçando a conformidade com a ordem estabelecida.

Os discursos de hierarquização racial identificados no Capítulo 4 não são meramente expressões de preconceito individual; eles operam segundo a lógica que Adorno e Horkheimer (1985) atribuíram à indústria cultural. Três mecanismos frankfurtianos são particularmente confirmados pelos nossos achados:

A transformação do debate racial em espetáculo padronizado. A estrutura dos vídeos que negam o racismo (como o de Marcelo Madureira, [Vídeo 8](#)) obedece a formatos

pré-fabricados de entretenimento: debate mediado, edição dinâmica, chamadas para engajamento. A crítica ao racismo, quando existe, é enquadrada em uma "dramaturgia da opinião" que neutraliza seu potencial transformador. Como previam os frankfurtianos, a forma mercadoria coloniza até mesmo o conteúdo crítico.

A "semiformação" (Halbbildung) nos comentários racistas. O conceito adorniano de semiformação descreve o processo pelo qual a informação é consumida como adorno, sem efetiva apropriação crítica. Nos comentários que negam o racismo estrutural ("Sou negro e nunca sofri racismo. Isso é mimimi"), observa-se exatamente isso: o usuário apropria-se de um dado individual (sua própria experiência) para invalidar uma realidade estrutural, demonstrando um conhecimento fragmentado que serve à manutenção do status quo, não à emancipação.

A razão instrumental aplicada ao debate racial. A invocação da meritocracia por Madureira ("sou pela meritocracia") é um exemplo perfeito do que Horkheimer chamou de razão instrumental: um cálculo de eficácia que reduz a justiça à "igualdade formal" entre indivíduos abstratos, ignorando as condições históricas e materiais que produzem desigualdades. A razão instrumental, ao desconsiderar a dimensão histórica da opressão, torna-se ela mesma um instrumento de dominação racial.

Dessa forma, os debates racistas no YouTube não apenas reforçam estereótipos, mas exemplificam e confirmam os diagnósticos centrais da Escola de Frankfurt: a indústria cultural digital reproduz, sob nova roupagem algorítmica, os mesmos mecanismos de padronização, mercantilização da crítica e neutralização do potencial emancipatório que Adorno e Horkheimer identificaram no rádio e no cinema do século XX.

A análise dos vídeos realizada no capítulo anterior permite observar como o YouTube atualiza e potencializa essa lógica no século XXI. Embora a plataforma se apresente como um espaço democrático onde qualquer pessoa pode produzir e compartilhar conteúdo, sua estrutura é profundamente moldada por imperativos comerciais e por uma racionalidade algorítmica que privilegia o engajamento e a monetização. Como observa Silva (2020, p. 124), "o racismo algorítmico opera pela codificação de vieses e desigualdades sociais nos sistemas técnicos", onde narrativas racializadas são amplificadas ou silenciadas sob o disfarce da neutralidade técnica.

O vídeo do canal Nostalgia ([Video 1](#)) ilustra essa dualidade. Trata-se de um conteúdo explicitamente crítico ao racismo, que desnaturaliza o mito da abolição como redenção e expõe a continuidade das exclusões pós-abolição. No entanto, a análise da prática discursiva revela que o vídeo "opera dentro da lógica da indústria cultural: conteúdo formatado para

engajamento, com chamadas para 'curtir', 'compartilhar' e 'se inscrever'". A crítica à estrutura racial, embora presente, é enquadrada em um formato padronizado que visa antes a audiência do que a mobilização política. A solução proposta — a educação — é individualizante e não problematiza o papel da própria plataforma na reprodução das desigualdades que denuncia.

Essa tensão entre conteúdo crítico e forma mercantilizada atravessa todos os vídeos analisados. Mesmo os discursos mais combativos, como o do Papo de Segunda ([Vídeo 3](#)) ou o de MC Carol ([Vídeo 5](#)), estão inseridos em uma estrutura que os transforma, em alguma medida, em produtos culturais consumíveis. A presença de celebridades, a edição dinâmica, os cortes para o YouTube - todos esses elementos são marcas da indústria cultural operando também nos conteúdos contra-hegemônicos.

Um dos aspectos mais distintivos do YouTube em relação à mídia de massa tradicional é a mediação algorítmica. O sistema de recomendação da plataforma, ao priorizar conteúdos com alto potencial de engajamento, não apenas reflete as preferências do público, mas ativamente as molda, criando bolhas e reforçando certos tipos de discurso em detrimento de outros.

A análise comparativa dos vídeos sugere que conteúdos produzidos por vozes hegemônicas — como os de Leandro Karnal (Vídeos 2 e 6) — tendem a alcançar maior visibilidade e a ser recebidos como "esclarecedores" ou "didáticos", mesmo quando sua abordagem apresenta limitações do ponto de vista da crítica racial. Por outro lado, vídeos protagonizados por vozes negras periféricas, como o de MC Carol ([Vídeo 5](#)), enfrentam maior resistência e são frequentemente alvo de polarização nos comentários.

Essa assimetria na visibilidade não é um acidente, mas sim um efeito da arquitetura da plataforma combinada com as estruturas sociais mais amplas. Como argumenta Noble (2021, p. 58), "as plataformas moldam ativamente o que vemos e, por extensão, como pensamos". No Brasil, essa mediação algorítmica opera em conjunto com a colonialidade do poder (Quijano, 2005), naturalizando a branquitude como padrão de normalidade e legitimidade, enquanto discursos que contestam essa ordem são relegados a nichos ou enfrentam barreiras adicionais de monetização e alcance.

O vídeo de Jones Manoel ([Vídeo 4](#)) é ilustrativo desse processo. Apesar de sua consistência teórica e da relevância de seus argumentos, o vídeo tem número significativamente menor de visualizações (41 mil) em comparação com vídeos de Karnal sobre temas similares (mais de 400 mil e 1,9 milhão). Essa diferença não pode ser atribuída apenas à qualidade do conteúdo, mas reflete desigualdades estruturais na distribuição de

capital simbólico e na capacidade de determinadas vozes serem reconhecidas como autorizadas.

Um dos conceitos centrais para a compreensão do racismo brasileiro é o "mito da democracia racial", consolidado por Freyre (1933) e posteriormente criticado por autores como Florestan Fernandes (1965) e Abdias do Nascimento (1978). Esse mito, ao propagar a ideia de convivência harmoniosa entre as raças no Brasil, opera como mecanismo ideológico que oculta as desigualdades e dificulta a mobilização política da população negra.

A análise dos vídeos mostra como esse mito se atualiza no ambiente digital, assumindo novas formas. No discurso de Marcelo Madureira ([Vídeo 8](#)), ele aparece na afirmação "somos todos iguais" e na recusa em "ver cor". Trata-se do que Bonilla-Silva (2017) chama de "racismo sem raças" ou "color-blind racism": uma ideologia que, ao negar a relevância da raça, justifica a inação diante das desigualdades raciais. A debatedora Thais responde a essa estratégia com precisão: "O fato de você não ver não significa que a sociedade não veja".

No vídeo de Karnal ([Vídeo 6](#)), o mito é desconstruído explicitamente, com o historiador ironizando a ideia de "paraíso racial" e expondo como o racismo opera mesmo em um país miscigenado. No entanto, a análise da prática discursiva sugere que a própria autoridade de Karnal para fazer essa crítica pode, paradoxalmente, reforçar a dinâmica que ele denuncia, na medida em que a voz branca contínua centrada na mediação do debate racial.

Essa ambiguidade aponta para um desafio fundamental: como produzir discursos contra-hegemônicos em plataformas cuja própria estrutura é moldada por lógicas hegemônicas? Os vídeos do Papo de Segunda ([Vídeo 3](#)) e do Tempero Drag ([Vídeo 9](#)) oferecem pistas importantes: ambos são protagonizados por pessoas negras e LGBTQIAPN+, utilizam linguagem acessível sem abrir mão do rigor conceitual, e convocam o espectador não ao consumo passivo, mas ao engajamento crítico e à leitura das referências citadas.

Adorno (1996) desenvolveu o conceito de "semiformação" (Halbbildung) para descrever o processo pelo qual a cultura, ao ser transformada em mercadoria, perde seu potencial formativo e se converte em mero adorno, em conhecimento superficial que não transforma efetivamente os sujeitos. Esse conceito revela-se particularmente útil para analisar os limites dos discursos antirracistas no YouTube.

A análise dos comentários, por sua vez, oferece um termômetro empírico dessa dinâmica. Como observado no Capítulo 4, a seção de comentários do YouTube não é um espaço neutro de diálogo, mas sim um campo de disputa simbólica onde as estratégias discursivas de hierarquização e contestação se confrontam em tempo real. Sob a perspectiva

frankfurtiana, os comentários confirmam a tese de que a indústria cultural digital não promove o debate racional, mas sim a formação de bolhas que reforçam identidades preexistentes. A guerra de likes e dislikes, mediada pelo algoritmo que privilegia os "melhores comentários" (os mais curtidos), tende a amplificar vozes antagônicas e a criar câmaras de eco. Como registrado na análise, o comentário raramente é um espaço de diálogo genuíno; é, sobretudo, um espaço de afirmação identitária: "nós, os esclarecidos" versus "eles, os negacionistas".

Essa polarização não é acidental. Ela é funcional à lógica de engajamento da plataforma, que lucra com o conflito e a repetição. A transformação do sofrimento em mercadoria também aparece nos comentários de testemunho pessoal. Embora importantes do ponto de vista político — pois rompem o isolamento e criam redes de solidariedade —, esses relatos são também consumidos por outros espectadores como conteúdo emocional, integrando a lógica do entretenimento e da audiência. O sofrimento real torna-se um "produto" que gera engajamento, likes e compartilhamentos. Como alertam Adorno e Horkheimer, a indústria cultural digere até mesmo a crítica, transformando-a em mais um item do cardápio de opções.

No entanto, a análise frankfurtiana precisa ser tensionada com a agência dos sujeitos. Os comentários também são um espaço de contra-hegemonia. Vozes negras e periféricas utilizam o espaço para: (1) romper o isolamento — testemunhos compartilhados criam redes de solidariedade; (2) corrigir e educar — comentários que explicam conceitos ou fornecem fontes funcionam como uma pedagogia paralela, muitas vezes mais acessível do que o vídeo original; (3) policiar o discurso do próprio vídeo — comentários que apontam contradições ou problematizam o "lugar de fala" do apresentador exercem um controle de qualidade democrático sobre o conteúdo, desafiando a autoridade tradicional do produtor. A luta antirracista, portanto, deve ocorrer dentro dos comentários, disputando sentido e visibilidade, e não apenas nos vídeos.

Vídeos como o de Karnal ([Vídeo 6](#)) ou o canal Nostalgia ([Vídeo 1](#)) cumprem uma importante função de divulgação e conscientização, mas correm o risco de permanecer no nível da "informação" sem gerar efetiva transformação subjetiva ou política. O espectador pode consumir esses conteúdos, sentir-se esclarecido e até mesmo compartilhá-los, sem que isso implique qualquer mudança em suas práticas ou em sua posição na estrutura racial.

Por outro lado, vídeos que articulam testemunho, teoria e convocação à ação — como o de MC Carol ([Vídeo 5](#)) e o do Papo de Segunda ([Vídeo 3](#)) — aproximam-se mais do que Adorno entendia como formação cultural autêntica: um processo que mobiliza o sujeito

integralmente, articulando razão e sensibilidade, e que o capacita para a crítica e para a ação transformadora.

A análise evidencia que o YouTube, enquanto plataforma, não determina unilateralmente os efeitos dos discursos que veicula. Ele oferece as condições materiais para que diferentes tipos de conteúdo circulem, mas o sentido e o impacto desses conteúdos dependem das estratégias discursivas mobilizadas pelos produtores, das posições sociais que ocupam e das formas como os espectadores os recebem e ressignificam.

À luz da análise realizada, podemos identificar tanto potencialidades quanto limites para a luta antirracista no YouTube.

Entre as potencialidades, destaca-se a possibilidade de visibilidade para vozes historicamente marginalizadas. Canais como *Tempero Drag*, *Papo de Segunda* e *Desenhando* alcançam públicos que dificilmente teriam acesso a esses conteúdos por meio dos canais tradicionais de comunicação ou da academia. O YouTube funciona, assim, como uma esfera pública híbrida, onde discursos contra-hegemônicos podem circular e disputar sentidos.

Outra potencialidade é a capacidade de tradução e mediação. Conceitos complexos das ciências sociais e da teoria crítica racial - como racismo estrutural, branquitude, lugar de fala — são vertidos em linguagem acessível, ilustrados com exemplos concretos e ancorados em dados empíricos, permitindo que um público amplo se aproprie dessas ferramentas analíticas.

No entanto, os limites são igualmente significativos. O primeiro deles é a própria lógica comercial da plataforma, que subordina a produção de conteúdo à busca por engajamento e monetização. Essa lógica tende a privilegiar formatos padronizados, temas sensacionalistas e posições moderadas em detrimento de discursos mais radicais ou transformadores.

O segundo limite é a assimetria estrutural na distribuição de visibilidade. Vozes negras e periféricas, mesmo quando produzem conteúdos de alta qualidade, enfrentam barreiras adicionais para alcançar grandes audiências, em parte devido ao funcionamento dos algoritmos, em parte devido à concentração de capital simbólico em figuras já consagradas pela mídia tradicional.

O terceiro limite é a possibilidade de cooptação e domesticação da crítica. Discursos antirracistas, ao circularem na plataforma, podem ser absorvidos pela lógica da indústria cultural, transformando-se em mais um produto consumível, esvaziado de seu potencial transformador. A presença de hashtags como *#antirracismo* e *#consciêncianegra* em vídeos patrocinados ou em conteúdos meramente performáticos ilustra esse risco.

A perspectiva frankfurtiana, aplicada à análise do YouTube, permite compreender a plataforma não como um espaço neutro ou intrinsecamente democrático, mas como um campo de disputa simbólica onde se reproduzem e se contestam as estruturas de dominação racial.

De um lado, a plataforma opera como indústria cultural digital, submetendo a produção cultural à lógica da mercadoria e mediando a visibilidade por algoritmos que codificam vieses raciais. De outro, ela oferece brechas para a circulação de discursos contra-hegemônicos, permitindo que vozes subalternizadas alcancem públicos amplos e contribuam para a desnaturalização do racismo.

A análise dos vídeos mostrou que não há determinismo tecnológico: o YouTube pode tanto reproduzir quanto contestar o racismo estrutural, dependendo das estratégias discursivas mobilizadas, das posições sociais dos produtores e das formas de recepção do público. A crítica frankfurtiana, longe de estar superada, oferece ferramentas essenciais para desvendar essas dinâmicas e para pensar os limites e possibilidades da luta antirracista no ambiente digital.

O desafio que se coloca para os movimentos sociais e para os produtores de conteúdo comprometidos com a transformação racial é duplo: por um lado, ocupar os espaços abertos pela plataforma, produzindo discursos críticos que mobilizem testemunho, teoria e convocação à ação; por outro, manter uma vigilância constante sobre os mecanismos de cooptação e domesticação da crítica, resistindo à transformação da luta antirracista em mais um produto da indústria cultural.

6. Síntese dos achados

Esta dissertação teve como objetivo descrever as estratégias discursivas de hierarquização racial no YouTube e suas formas de contestação, a partir da perspectiva teórica da Escola de Frankfurt. Para tanto, realizamos uma análise crítica do discurso de dez vídeos de grande circulação na plataforma, articulando os achados com a teoria crítica da indústria cultural e com a análise histórica do racismo estrutural brasileiro.

A trajetória percorrida ao longo dos capítulos permitiu construir uma compreensão multifacetada do fenômeno investigado.

No primeiro capítulo, examinamos as raízes históricas do racismo no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, evidenciando como a escravidão não foi apenas um sistema econômico, mas uma arquitetura social que institucionalizou hierarquias raciais e moldou o inconsciente coletivo brasileiro. A análise mostrou que o mito da democracia racial, longe de descrever uma realidade, opera como sofisticado dispositivo ideológico que apaga as desigualdades e dificulta a mobilização política da população negra.

No segundo capítulo, apresentamos a crítica frankfurtiana da indústria cultural e discutimos sua atualização para o ambiente digital. Argumentamos que plataformas como o YouTube, embora se apresentem como espaços democratizantes, reproduzem a lógica da mercadoria cultural e subordinam a produção de sentido a imperativos comerciais e algorítmicos. Autores brasileiros como Sodré (2023), Silva (2020) e Almeida (2019) foram mobilizados para articular a crítica frankfurtiana com a análise do racismo estrutural no contexto nacional.

O terceiro capítulo dedicou-se à exposição da Análise Crítica do Discurso de Fairclough como ferramenta metodológica. O modelo tridimensional - texto, prática discursiva e prática social - mostrou-se particularmente adequado para investigar como os discursos sobre raça no YouTube não apenas refletem, mas também constroem e reproduzem relações de poder e ideologias.

No quarto capítulo, aplicamos esse modelo aos dez vídeos selecionados, identificando estratégias recorrentes tanto de hierarquização quanto de contestação racial. A análise revelou que discursos de hierarquização operam por meio da negação do racismo estrutural, da invocação do "racismo reverso" e da universalização abstrata da experiência racial. Já os discursos de contestação mobilizam ancoragem empírica, testemunhos, articulação teórico-conceitual e pedagogia crítica para desnaturalizar o racismo e convocar à ação.

O quinto capítulo interpretou esses achados à luz da teoria frankfurtiana, discutindo o YouTube como nova configuração da indústria cultural, o papel da mediação algorítmica na reprodução de hierarquias raciais, a atualização digital do mito da democracia racial e os limites e potencialidades da luta antirracista no ambiente digital.

Portanto, esta dissertação partiu de uma questão central: como o YouTube, a maior plataforma de compartilhamento de vídeos do mundo, reproduz e amplifica o racismo estrutural na sociedade brasileira? Para responder a essa pergunta, estabelecemos como objetivo geral descrever as estratégias discursivas de hierarquização racial no YouTube e suas formas de contestação, a partir da perspectiva teórica da Escola de Frankfurt. Os objetivos específicos, por sua vez, orientaram a investigação em quatro direções: selecionar vídeos com alta popularidade que abordassem questões raciais; identificar e descrever narrativas, estereótipos e representações racializadas nesses conteúdos; (3) compreender as estratégias discursivas que sustentam a hierarquização racial e as manifestações de contestação; e interpretar os achados à luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt, especialmente no que diz respeito à produção de ideologia, cultura de massa e reprodução de desigualdades nas mídias digitais. Ao longo dos capítulos, percorremos um caminho teórico-metodológico que nos permitiu alcançar cada um desses objetivos, e é chegado o momento de sintetizar os resultados e refletir sobre suas implicações.

Primeiramente foi feita a seleção de vídeos com alta popularidade que abordassem questões raciais, desta forma a pesquisa constituiu um corpus representativo composto por dez vídeos publicados entre 2019 e 2025, com número de visualizações variando de 41 mil a mais de 3 milhões. A estratégia de busca, deliberadamente construída para capturar tanto discursos de hierarquização quanto de contestação, permitiu uma apreensão dialética do campo discursivo. Termos como "racismo no Brasil exagero", "racismo reverso existe mesmo?" e "democracia racial no Brasil" revelaram conteúdos que reproduzem ou naturalizam hierarquias raciais, enquanto expressões como "racismo estrutural Brasil realidade", "luta antirracista" e "dados do racismo no Brasil" conduziram a vídeos que contestam ativamente a ordem racial. Essa estratégia mostrou-se acertada, pois permitiu capturar a complexidade do debate público sobre racismo no YouTube, evitando tanto uma amostra exclusivamente crítica quanto uma exclusivamente negacionista.

Logo após foi possível identificar e descrever as principais narrativas, estereótipos e representações racializadas presentes nesses conteúdos, desta forma a análise revelou um panorama multifacetado. Nos discursos de hierarquização, identificamos a persistência de narrativas ancoradas no mito da democracia racial, na ideologia da meritocracia e na noção de

"racismo reverso". O vídeo de Marcelo Madureira ([Vídeo 8](#)) exemplifica como a recusa em "ver cor" e a defesa abstrata da meritocracia operam como mecanismos de naturalização das desigualdades, deslocando a discussão das estruturas para o indivíduo. Já nos vídeos de Leandro Karnal (Vídeos 2 e 6), observamos uma ambiguidade: embora o conteúdo seja explicitamente crítico ao racismo, a posição social do produtor e o formato do discurso podem reforçar uma dinâmica de autoridade branca sobre a questão racial, evidenciando que a contestação ao racismo não depende apenas do conteúdo, mas também das condições de produção e circulação dos discursos.

Nos discursos de contestação, por sua vez, emergiram narrativas poderosas de denúncia e resistência. O testemunho de MC Carol ([Vídeo 5](#)) sobre violência policial e humilhação cotidiana, a análise histórica de Jones Manoel ([Vídeo 4](#)) sobre a especificidade do racismo brasileiro, a desconstrução teórica do "racismo reverso" pelo canal Tempero Drag ([Vídeo 9](#)) e a pedagogia acessível do canal Desenhando ([Vídeo 10](#)) são exemplos de como o YouTube pode ser apropriado para produzir contra-narrativas que desafiam a hegemonia racial. Esses vídeos não apenas informam, mas também instrumentalizam o espectador com ferramentas conceituais e empíricas para compreender e enfrentar o racismo.

Quanto à compreensão das estratégias discursivas que sustentam as formas de hierarquização racial e as manifestações de contestação observadas nos vídeos, a aplicação do modelo tridimensional de Fairclough (1992) revelou-se particularmente benéfica. Na dimensão textual, identificamos escolhas lexicais e estruturas argumentativas recorrentes: nos discursos de hierarquização, o uso de termos como "mulato", "meritocracia" e "somos todos iguais"; nos discursos de contestação, a mobilização de conceitos como "racismo estrutural", "branquitude" e "reparação histórica", frequentemente ancorados em dados estatísticos e referências acadêmicas.

Na dimensão da prática discursiva, a análise evidenciou como as posições sociais dos produtores e as condições de produção dos vídeos influenciam seus efeitos de sentido. Vídeos produzidos por intelectuais brancos consagrados, como Leandro Karnal, tendem a alcançar maior visibilidade e a ser recebidos como "esclarecedores", mesmo quando apresentam limitações do ponto de vista da crítica racial. Já vídeos protagonizados por vozes negras periféricas, como o de MC Carol, enfrentam maior resistência e polarização, mas cumprem a função crucial de tornar visível a experiência do racismo a partir da perspectiva de quem o vivencia.

Na dimensão da prática social, os discursos foram situados no contexto mais amplo do racismo estrutural brasileiro e da lógica da indústria cultural digital. A análise mostrou como

os discursos de hierarquização reproduzem ideologias historicamente consolidadas - o mito da democracia racial, a meritocracia, o "racismo reverso" —, enquanto os discursos de contestação articulam-se com lutas sociais mais amplas por reconhecimento, reparação e transformação estrutural.

Quanto à interpretação dos achados à luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt, a pesquisa demonstrou a fecundidade do pensamento frankfurtiano para a compreensão das dinâmicas midiáticas contemporâneas. O conceito de indústria cultural, formulado por Adorno e Horkheimer (1985) no contexto do rádio e do cinema, mostrou-se plenamente atualizável para o ambiente digital. O YouTube, longe de ser um espaço neutro ou intrinsecamente democrático, opera como uma indústria cultural digital que subordina a produção de sentido a imperativos comerciais e algorítmicos, formatando os discursos em padrões consumíveis e muitas vezes esvaziando seu potencial crítico.

Faz-se necessário explicitar como as dimensões analíticas do racismo adotadas na pesquisa (p. 41) superioridade branca, população negra vista como degenerada, branqueamento e hierarquia racial, e hierarquização racial que permanece operante nas relações sociais contemporâneas - foram mobilizadas e identificadas ao longo da análise dos discursos. É o que apresento a seguir, como anexo às considerações finais.

A pesquisa partiu da compreensão do racismo como um sistema de poder histórico e socialmente construído, que opera por meio de discursos, representações e práticas que atribuem valor desigual a grupos humanos com base na raça. Para operacionalizar essa compreensão, foram estabelecidas quatro dimensões analíticas fundamentais, derivadas da literatura sobre relações raciais no Brasil e na América Latina, especialmente dos trabalhos de Quijano (2005), Munanga (2004), Theodoro (2022) e Schucman (2012). A análise dos dez vídeos buscou identificar a presença (ou contestação) dessas dimensões nos discursos sobre raça que circulam no YouTube.

A primeira dimensão analítica refere-se à construção discursiva da branquitude como padrão normativo de humanidade, civilização e beleza, em contraposição à negritude como desvio ou inferioridade.

Esta dimensão apareceu de forma recorrente nos discursos analisados, tanto nos que reproduzem hierarquias raciais quanto nos que as contestam. No vídeo de Marcelo Madureira ([Vídeo 8](#)), manifesta-se na defesa abstrata da meritocracia: *"Perante aqui, a Deus, todo mundo é igual. Eu acho que as cotas estão aí pra agradar as pessoas de baixa renda"*. Nos comentários, essa mesma ideologia é reproduzida em frases como "O que atrapalha é o vitimismo. Basta se esforçar" e "Sou negro e nunca sofri racismo. Isso é mimimi". Ambas

operam uma falsa universalização da experiência individual, silenciando o dado estrutural e deslegitimando políticas de reparação.

No discurso de Leandro Karnal ([Vídeo 6](#)), a superioridade branca é explicitamente nomeada e criticada. O historiador utiliza a metáfora do "nascimento salvo" para descrever o privilégio estrutural de ser branco no Brasil, contrastando-o com a experiência de "nascer com estigma" que marca a trajetória de pessoas negras. Ao afirmar "eu, Leandro, jamais fui seguido em supermercado", Karnal reconhece seu lugar de privilégio e utiliza essa posição para, paradoxalmente, desestabilizar a norma branca. A análise da prática discursiva, no entanto, problematizou os limites dessa estratégia, apontando que "a autoridade para definir o que é racismo permanece centralizada em vozes hegemônicas, mesmo quando estas se propõem críticas".

O vídeo do Papo de Segunda ([Vídeo 3](#)) trouxe uma contribuição fundamental ao introduzir o conceito de "pacto narcísico da branquitude", que nomeia com precisão o mecanismo pelo qual pessoas brancas, mesmo quando bem-intencionadas, tendem a reproduzir solidariedades intrarraciais que perpetuam a exclusão de negros. A análise destacou como esse conceito opera como ferramenta de desnaturalização da superioridade branca, expondo-a não como característica inata, mas como construção social mantida por práticas cotidianas.

A dimensão da superioridade branca foi amplamente contemplada na análise, aparecendo tanto como ideologia a ser desconstruída quanto como estrutura a ser nomeada e combatida. Os discursos de contestação dedicaram-se precisamente a tornar visível o que a ideologia dominante torna invisível: o privilégio branco como norma não dita.

A segunda dimensão analítica diz respeito à construção discursiva da população negra como associada à criminalidade, à pobreza, à falta de inteligência ou à inadequação social — representações que historicamente justificaram a exclusão e a violência.

Esta dimensão apareceu principalmente nos discursos de hierarquização, mas também foi objeto de contestação nos vídeos críticos. No debate com MC Carol ([Vídeo 5](#)), a própria existência de argumentos como "racismo é vitimismo" e "o problema é social, não racial" evidencia a persistência de narrativas que patologizam a população negra. Nos comentários, essa dimensão se manifesta de forma explícita: "se a maioria dos presos é negra, não é racismo, é estatística". Este comentário, ancorado em um dado bruto descontextualizado, reproduz a lógica de criminalização da negritude que remonta ao período pós-abolicionista. O vídeo "5 fatos sobre racismo no Brasil" ([Vídeo 7](#)) desmonta essa dimensão ao apresentar

dados objetivos que mostram que as desvantagens resultam de um sistema de opressão, não de características inatas.

No vídeo do canal Nostalgia ([Vídeo 1](#)), a representação da população negra como "jogada à própria sorte" após a abolição expõe como a ausência de políticas públicas de inclusão produziu uma associação perversa entre negritude e marginalidade. A análise destacou que, embora o vídeo critique essa associação, ele também a documenta, evidenciando como a representação da população negra como "degenerada" foi ativamente produzida pelo Estado e pelas elites brasileiras no pós-abolição.

O vídeo "5 fatos sobre racismo no Brasil" ([Vídeo 7](#)) desmonta essa dimensão ao apresentar dados objetivos sobre as condições de vida da população negra, mostrando que as desvantagens não resultam de características inatas, mas de um sistema de opressão historicamente construído. A análise apontou que "a ênfase em dados (75% das mortes, 2,7 mais chances de serem assassinadas, mortalidade por Covid) é uma resposta ao discurso abstrato que nega o racismo apelando para a 'miscigenação' ou para supostas características culturais".

A dimensão da representação da população negra como degenerada aparece na análise principalmente por meio de sua contestação. Os discursos críticos dedicam-se a desmontar essa representação, mostrando que as desvantagens da população negra não resultam de características intrínsecas, mas de um sistema histórico de exclusão. A análise documenta como essa desmontagem opera por meio de dados, testemunhos e teoria social.

A terceira dimensão analítica refere-se ao processo pelo qual a miscigenação foi historicamente promovida como estratégia para "branquear" a população brasileira, eliminando gradualmente a presença negra, e à hierarquização que coloca o branco no topo e o negro na base da escala social.

Esta dimensão apareceu de forma particularmente clara em diversos vídeos. No vídeo do canal Nostalgia ([Vídeo 1](#)), a análise histórica das políticas de branqueamento — incluindo o incentivo à imigração europeia e a criminalização das culturas afro-brasileiras — evidencia como o Estado brasileiro atuou ativamente para promover a ideologia do branqueamento. A análise destacou que "o vídeo desnaturaliza o mito da abolição como redenção, expondo a continuidade das exclusões" e mostrando como o projeto de branqueamento moldou as políticas públicas nas primeiras décadas da República.

No discurso de Marcelo Madureira ([Vídeo 8](#)), a ideologia do branqueamento manifesta-se no uso de termos como "mulato" e "pardo claro", remetendo à miscigenação como ideal de "melhoria" racial. Nos comentários, essa hierarquia se reproduz na recusa da

identidade negra: usuários frequentemente se referem a pessoas negras como "morenas" ou "pardas claras", evitando o termo "negro" e reproduzindo a escala de tons que coloca o branco no topo. O vídeo de Jones Manoel ([Vídeo 4](#)) contesta essa dimensão ao mostrar como o mito da democracia racial e a ideologia da mestiçagem operaram como "crime perfeito" — um dispositivo ideológico que oculta as hierarquias sob a aparência de harmonia.

O vídeo de Jones Manoel ([Vídeo 4](#)) oferece uma contestação sistemática dessa dimensão. Ao discutir a especificidade do racismo brasileiro, Jones mostra como o mito da democracia racial e a ideologia da mestiçagem operaram como "crime perfeito" — um dispositivo ideológico que oculta as hierarquias raciais sob a aparência de harmonia e dificulta a mobilização política da população negra. A análise destacou que "Jones desmonta o mito da democracia racial como instrumento de dominação que substituiu o racismo científico, dificultando a mobilização negra no Brasil".

O vídeo do Tempero Drag ([Vídeo 9](#)) também contribui para a desconstrução dessa dimensão ao listar as leis racistas na história brasileira, incluindo a lei de 1968 que estabelecia 80% de cotas para brancos nas universidades. Este dado é particularmente contundente porque evidencia que as elites brasileiras sempre utilizaram mecanismos de reserva de vagas para si mesmas, ao mesmo tempo que negavam à população negra o acesso à educação superior sob o argumento da "meritocracia".

A dimensão do branqueamento e da hierarquização racial foi amplamente contemplada na análise, aparecendo tanto em sua manifestação histórica (políticas de imigração, criminalização da cultura negra) quanto em suas atualizações contemporâneas (uso de categorias fenotípicas, defesa abstrata da meritocracia). Os discursos de contestação dedicaram-se a expor como essa ideologia opera para manter a hierarquia racial sob a aparência de harmonia.

A quarta dimensão analítica diz respeito à constatação de que, apesar das transformações formais e legais, a hierarquia racial continua estruturando as relações sociais no Brasil contemporâneo, manifestando-se em desigualdades persistentes e em práticas cotidianas de discriminação.

Esta dimensão é, talvez, a mais presente em todos os vídeos analisados, constituindo o pano de fundo contra o qual todos os discursos - tanto os de hierarquização quanto os de contestação - se posicionam.

O vídeo "5 fatos sobre racismo no Brasil" ([Vídeo 7](#)) oferece a evidência mais sistemática: "75% das pessoas que morrem em ações policiais são negras". O testemunho de MC Carol materializa essa dimensão em experiências concretas de violência policial e

humilhação cotidiana. Nos comentários, a naturalização dessa hierarquia aparece em afirmações como "sempre foi assim" e na resistência a qualquer mudança estrutural. Um comentário típico afirma: "O Brasil não é racista, existem pessoas racistas" — frase que, ao reduzir o racismo a desvios individuais, contribui ativamente para a manutenção da hierarquia racial, pois nega a necessidade de transformações estruturais. Os discursos de contestação, por sua vez, dedicam-se a tornar visível essa hierarquia, mostrando que a "naturalização da ausência negra" ([Vídeo 10](#)) é, ela mesma, o mecanismo mais eficaz de perpetuação do racismo.

O testemunho de MC Carol ([Vídeo 5](#)) materializa essa dimensão em experiências concretas de violência policial, humilhação em blitz e exclusão em espaços de elite. A análise apontou que "através de relatos cotidianos, Carol expõe como o racismo opera nas instituições (polícia, mercado de trabalho, educação) e no imaginário social", demonstrando que a hierarquia racial não é abstração teórica, mas experiência vivida cotidianamente por milhões de brasileiros.

O vídeo de Leandro Karnal ([Vídeo 6](#)) também contribui para evidenciar essa dimensão, ao contrastar a fala do vice-presidente ("Brasil não é racista") com dados e relatos de experiências negras. A análise destacou o uso de "exemplificação intensiva: enumeração de casos cotidianos de racismo (ser confundido com babá, ser seguido em lojas, ser parado pela polícia) - estratégia para tornar visível o invisível". Essa estratégia é fundamental porque o racismo estrutural, por sua própria natureza, tende a se tornar invisível para quem não o sofre.

O vídeo do canal Desenhando ([Vídeo 10](#)), destinado a crianças e adolescentes, sintetiza essa dimensão ao afirmar que "a sociedade brasileira já naturalizou a nossa ausência". A análise destacou que "não são necessárias leis de segregação quando a ausência negra é vista como normal", evidenciando como a hierarquia racial contemporânea opera precisamente pela naturalização da exclusão.

A dimensão da hierarquização racial que permanece operante nas relações sociais contemporâneas foi a mais presente em todos os vídeos analisados. Os discursos de contestação dedicaram-se a tornar visível essa hierarquia, enquanto os discursos de hierarquização (como o de Madureira) contribuíram para sua perpetuação ao negá-la ou minimizá-la.

A análise dos dez vídeos demonstrou que as quatro dimensões analíticas do racismo - superioridade branca, representação da população negra como degenerada, ideologia do

branqueamento e hierarquização racial contemporânea — estão presentes e operantes nos discursos sobre raça que circulam no YouTube brasileiro.

Os discursos de hierarquização racial tendem a reproduzir essas dimensões de forma implícita ou explícita: pela defesa da meritocracia abstrata que ignora privilégios brancos (superioridade branca); pela deslegitimação das denúncias de racismo como "vitimismo" (representação da população negra como degenerada); pelo uso de categorias fenotípicas que remetem à miscigenação como ideal (branqueamento); e pela negação da persistência do racismo (ocultamento da hierarquia contemporânea).

Os discursos de contestação, por sua vez, dedicam-se a desnaturalizar cada uma dessas dimensões: nomeiam o privilégio branco e o "pacto narcísico da branquitude"; expõem como a representação da população negra como degenerada foi historicamente construída para justificar a exclusão; desmontam a ideologia do branqueamento mostrando seu caráter violento e excludente; e evidenciam, por meio de dados e testemunhos, como a hierarquia racial continua operante em todas as esferas da vida social.

A articulação entre as quatro dimensões revela-se fundamental para a compreensão do racismo como sistema. Não se trata de fenômenos isolados, mas de dimensões interconectadas que se reforçam mutuamente: a ideologia da superioridade branca justifica a hierarquização racial; a hierarquização produz a exclusão que, por sua vez, alimenta a representação da população negra como degenerada; a ideologia do branqueamento oferece a promessa ilusória de superação da hierarquia pela miscigenação, ocultando a permanência das desigualdades.

A análise mostrou que o YouTube, enquanto plataforma que reproduz a lógica da indústria cultural digital, é ao mesmo tempo espaço de reprodução e de contestação dessas dimensões. Os algoritmos e a arquitetura da plataforma tendem a privilegiar vozes hegemônicas e formatos padronizados, o que pode reforçar a naturalização das hierarquias raciais. No entanto, a plataforma também abre brechas para que vozes subalternizadas produzam contra-narrativas que desnaturalizam cada uma dessas dimensões, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre o racismo estrutural brasileiro.

Os vídeos analisados dividem-se em dois grupos, conforme os termos de busca utilizados. O primeiro grupo, que chamaremos de discursos de contestação, é composto por vídeos que buscam explicar, denunciar e desnaturalizar o racismo estrutural. O segundo grupo, de discursos de hierarquização (ou negação), veicula narrativas que minimizam, invertem ou negam a existência do racismo no Brasil, frequentemente recorrendo a conceitos como "racismo reverso" ou ao "mito da democracia racial" para manter o status quo. A seguir,

aprofundamos a análise de alguns casos paradigmáticos, integrando as dimensões textuais, discursivas e sociais.

Considerações finais

Ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar que o racismo no YouTube não é um fenômeno acidental ou meramente episódico, mas sim estrutural, enraizado tanto na história da sociedade brasileira quanto na lógica de funcionamento das plataformas digitais. A perspectiva frankfurtiana, com sua ênfase na crítica da indústria cultural e da razão instrumental, ofereceu as lentes adequadas para desvendar essas dinâmicas e para pensar os limites e possibilidades da luta antirracista no século XXI.

A análise dos vídeos mostrou que, apesar dos constrangimentos impostos pela lógica algorítmica e comercial, o YouTube pode ser apropriado como espaço de resistência e de produção de contra-narrativas. Vozes negras, periféricas e dissidentes têm utilizado a plataforma para denunciar o racismo, educar o público e convocar à ação, demonstrando que a tecnologia não determina unilateralmente os sentidos sociais, mas é permanentemente disputada.

Os resultados desta pesquisa revelam que o YouTube não constitui um espaço exclusivamente voltado à reprodução do racismo, mas um campo de disputa simbólica no qual coexistem discursos de hierarquização racial e discursos antirracistas. Se, por um lado, foram identificadas narrativas que negam a existência do racismo estrutural, reproduzem a ideologia da democracia racial e naturalizam desigualdades historicamente construídas, por outro, observou-se a presença de conteúdos que denunciam essas estruturas, mobilizam dados empíricos, experiências vividas e conceitos críticos para desnaturalizar as relações raciais no Brasil. Nesse sentido, o discurso antirracista emerge como uma forma de resistência que busca tornar visíveis mecanismos de exclusão frequentemente ocultos por ideologias como a meritocracia abstrata e o mito da democracia racial. Tal constatação evidencia que o YouTube opera simultaneamente como espaço de reprodução e de contestação da ordem racial vigente. Essa ambivalência também reforça a atualidade da teoria da indústria cultural formulada pela Escola de Frankfurt. Embora elaborada em um contexto marcado pelo rádio e pela televisão, sua preocupação central com a mercantilização da cultura, a produção de consenso e a reprodução de relações de dominação permanece pertinente para compreender as plataformas digitais contemporâneas. No caso do YouTube, essas dinâmicas são reconfiguradas por algoritmos e modelos de negócio orientados pelo engajamento, que

influenciam a circulação dos discursos sem, contudo, eliminar a possibilidade de emergência de vozes contra-hegemônicas e práticas discursivas voltadas ao enfrentamento do racismo.

O desafio que se coloca para o futuro é o de fortalecer essas vozes e amplificar esses discursos, ao mesmo tempo em que se pressiona por transformações estruturais que tornem as plataformas mais democráticas e menos reféns dos imperativos do mercado. A luta antirracista no ambiente digital é, afinal, parte indissociável da luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária, onde a cor da pele deixe de ser destino e passe a ser, simplesmente, um traço da diversidade humana.

Como nos lembra a epígrafe desta dissertação, a Sociologia tem como especificidade o fato de que seu objeto de estudo — a sociedade — é também seu agente constitutivo. Que esta pesquisa possa contribuir, ainda que modestamente, para que agentes sociais comprometidos com a transformação racial encontrem ferramentas analíticas e subsídios empíricos para suas lutas. Pois, no fim das contas, desvelar o racismo é também um ato de resistência - e resistir é, sempre, afirmar a possibilidade de um mundo novo.

7. Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**, Cambridge: Polity, 2019. Disponível em: https://courses.complex-systems-laboratory.org/system/files/Race%20After%20Technology%20-%20Ruha%20BenjaminChapter1_0.pdf. Acesso em: 11/06/2025
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. (1997). Rethinking racism: toward a structural interpretation. **American Sociological Review**. 62 (3): 465-480. Tradução disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76858/40064>.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CAMPOS, Leonardo Lacerda; TEBET, Gabriela. **Da redenção à reparação: a construção da questão racial no Brasil**. Revista Teias, v. 25, n. 76, p. 3-15, 2024.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>.

- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura: a sociedade em rede**, Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CHAZKEL, Amy. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31–48, 2013. DOI: 10.5007/1984-9222.2013v5n9p31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p31>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- CHOMSKY, Noam. **Os guardiões da linguagem**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979.
- COSTA, Naiara Leite. Representações e narrativas negras: uma análise dos casos Cláudia Silva Ferreira e Luana Barbosa. **XIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**. Ponencia presentada al GT 8: Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía. p.75-81, Universidad de Costa Rica 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.
- DE ALMEIDA ARAÚJO, Jurandir. Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 1, p. 75-96, 2014.
- DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. Ilustrações de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Veneta, 2021.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. - Salvador : EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of 'platforms'. **New media & society**, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

GOMES, Laurentino. **Escravidão - Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O racismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Organização por União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1-4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES. Antônio Sérgio Alfredo. Raças e racismos: junções e disjunções. **Tempo social**, 36 (2), 37-59, 2024.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Sheila Grillo e Sandra Regina Newland. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde pública**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno** - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 109-126, 2002.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARTINS, B. S. (2012). **Teoria crítica** (pp. 203-204). Edições Almedina.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Ed. Antígona. 2014.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** (Especial curso ERER), n. 12, p. 1-384, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Marcikele da Silva; MELO, Érika Manuella dos Santos. **Racismo no youtube: uma perspectiva da infra-humanização de mulheres negras**. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão: Como o Google fomenta e lucra com o racismo**. Santo André: São Paulo: Rua do Sabão, 2021.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do negro. São Paulo, **Revista Psicologia Política**, 2, 267-295, 2002.

POSTMAN, Neil. **O divertimento até morrer**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. Companhia das Letras, 2011. Disponível em: https://periferiaactiva.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/07/formacao-do-brasil-contemporaneo-caio-prado-jr_-1.pdf.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, João C. **O negro brasileiro e o cinema** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, v. 28, p. 144-158, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/3jFkh5GdtSrJVrRJmzFpDBz/?format=pdf&lang=pt>.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo de miscigenação. **Estudos avançados**, v.8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SILVA, Tarcízio. Racismo algoritmo em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**, p. 121-135, 2020.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas** - São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

SOUZA, Paulo César. **A Sabinada: A Revolta separatista da Bahia - 1837**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor : uma radiografia do racismo nacional**. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Zahar, 2021.

SUZOR, Nicolas. **Internet rules: a framework for content governance** . Cambridge: MIT Press, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 567, p. 331-391, 2004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUFEKCI, Zeynep. Algorithmic harms beyond Facebook and Google: Emergent challenges of computational agency. **Colo. Tech. LJ**, v. 13, p. 203, 2015. Disponível em: <https://ctlj.colorado.edu/wp-content/uploads/2015/08/Tufekci-final.pdf>.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse as structure and process. Discourse Studies: A multidisciplinary Introduction Volume I**. SAGE Publications Ltd 1997.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. London Sage, 2009.